

MÁRCIA CRISTINA BERGAMIM

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO:
constituição, modernização e reprodução socioeconômica**

**UBERLÂNDIA
2004**

MÁRCIA CRISTINA BERGAMIM

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO:
constituição, modernização e reprodução socioeconômica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Jr.

**UBERLÂNDIA
2004**

Márcia Cristina Bergamim

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO: Constituição,
modernização e Reprodução Socioeconômica**

Prof. Dr. João Cleps Jr. (Orientador/UFU)

Prof^a. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa (UFU)

Prof. Dr. Glaucio Marafon (UERJ)

Uberlândia ___/___/___

*Para Theofanes, estímulo e ternura
e Antonio, inspiração deste trabalho.
Meus pais.*

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa.

Ao Prof. João Cleps Jr., pela orientação e liberdade concedida na elaboração desta pesquisa.

Ao Prof. Carlos Teixeira de Campos Jr., da Universidade Federal do Espírito Santo, pelas sugestões e troca de informações no processo de elaboração desta pesquisa, além da confiança e estímulos fundamentais na minha trajetória acadêmica.

À Prof.^a Aurélia Hermínia Castiglioni, também da Universidade Federal do Espírito Santo, por introduzir-me no mundo dos cálculos através do índice de Gini, que possibilitou a construção dos cartogramas apresentados nesta pesquisa.

A Márcio Bergamim, cuja habilidade com a informática possibilitou a elaboração dos mapas que integram esta pesquisa.

A José Francisco da Silva, por conduzir-me até o agricultor familiar e Jucilene Cruz da Silva, pela contribuição na realização das entrevistas. Ambos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura de Boa Esperança e personagens imprescindíveis na realização do trabalho de campo.

E um agradecimento especial aos agricultores familiares de Boa Esperança pela paciência e atenção nas entrevistas, cujas informações fornecidas subsidiaram a análise da reprodução socioeconômica desses sujeitos sociais.

RESUMO

O estudo aborda a agricultura familiar no município de Boa Esperança, localizado no Espírito Santo, com o objetivo de compreender a reprodução socioeconômica dessa forma de organização da produção. É analisada a trajetória de reprodução da agricultura familiar no Espírito Santo desde a sua constituição até o presente. Diferentemente da maioria dos estados brasileiros, no Espírito Santo, na transição do trabalho compulsório para o trabalho livre ocorreu a fragmentação do latifúndio e a constituição e difusão da pequena propriedade rural. A partir desse período a estrutura produtiva se assenta na pequena propriedade, fundada no trabalho familiar e no cultivo do café sem recursos técnicos. Essa estrutura produtiva promove a ocupação do território capixaba e se reproduz de forma hegemônica até os anos 1960, quando entra em crise. Na década posterior, inicia-se o processo de modernização da agricultura capixaba. Seus impactos em um contexto estagnado ampliam a desestruturação da agricultura familiar, ocorrida na crise na estrutura produtiva. Na década de 1980, a agricultura familiar começa a dar sinais de recuperação, expressos pela ampliação do trabalho familiar e do número e da área dos estabelecimentos agropecuários inferiores a 50 ha. Uma forma de organização da produção excluída do processo de desenvolvimento do país, a agricultura familiar passou a ser prioridade no direcionamento das políticas agrícolas. A mudança na orientação política do desenvolvimento rural deve-se ao reconhecimento da superioridade competitiva da agricultura familiar. Nesse contexto, é que se desenvolve a análise da reprodução da agricultura familiar de Boa Esperança. Fortemente dependente da cafeicultura, a agricultura familiar é pouco capitalizada, com baixo nível de incorporação de tecnologias e uma estrutura de comercialização precária. São agricultores desorganizados e as associações que os representam funcionam de forma limitada. A mão-de-obra da família é fundamental para a reprodução do estabelecimento e a pluriatividade é incipiente. Desenraizados, os agricultores são desvinculados territorialmente da terra, mas extremamente identificados com a profissão de agricultor, o que faz com que prefiram a vida no campo à cidade.

Palavras-chave: agricultura familiar, modernização e reprodução socioeconômica.

RESUME

L' étude aborde l' agriculture familiale dans le District de Boa Esperança, situé dans l' État de Espírito Santo au Brésil, et dont l' objectif est de comprendre la reproduction socio-économique de cette structure de production. La trajectoire de la reproduction de l' agriculture familiale dans l' État de Espírito Santo est analysée en face de la perspective du processus depuis son institution jusqu' à ce jour. Au contraire de la majorité des États brésiliens, en Espírito Santo, durant la transition du travail compulsif au travail libre, il y a eu la fragmentation de la vaste propriété et la constitution et diffusion des petites propriétés rurales. A partir de cette période la structure productive se fonde sur la petite propriété rurale, avec la main-d'oeuvre familiale et la culture du café sans moyens techniques. Cette structure productive a dominé l' occupation du territoire capixaba et se reproduit avec hégémonie jusqu'aux années 1960, quand elle entra en crise. La décennie postérieure le processus de modernisation de l' agriculture capixaba avait été initié, et ses impacts, dans un contexte de stagnation, ampliaient la déstructuration de l' agriculture familiale. Dans les années 1980, l' agriculture familiale initie sa récupération témoignée par l' ampliation de la main-d'oeuvre familiale, du nombre des établissements agricoles et de la superficie des propriétés inférieure à 50 ha. Une forme d' organisation de la production exclue du processus de développement du Pays, l' agriculture familiale revient comme priorité dans la nouvelle orientation des politiques publiques. Ce changement dans l' orientation politique du développement rural est dû à l' attestation de la supériorité et de la compétitivité de l' agriculture familiale. C' est dans ce contexte que se réalise l' analyse de la reproduction de l' agriculture familiale de Boa Esperança. Fortement dépendante de la culture de caféier, l' agriculture familiale est peu capitalisée, avec un faible niveau d' incorporation technologique et une structure de commercialisation précaire où l' on ressent le manque d' organisation et une représentation associative défailante.

Mots- clé: agriculture familiale, modernisation, reproduction socio-économique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 - Espírito Santo: Divisão Regional.....	8
2 - Brasil e Espírito Santo: Evolução da População Rural (1950 – 2000).....	66
3 - Espírito Santo: Valor Bruto da Produção Agropecuária (1998 - 2001).....	68
4 - Espírito Santo: Concentração Fundiária – 1960.....	77
5 - Espírito Santo: Concentração Fundiária – 1970.....	78
6 - Espírito Santo: Concentração Fundiária –1975.....	79
7 - Espírito Santo: Concentração Fundiária –1980.....	70
8 - Espírito Santo: Concentração Fundiária –1985.....	71
9 - Espírito Santo: Concentração Fundiária – 1995.....	72
10 - Espírito Santo: Evolução da Condição do Pessoal Ocupado na Agropecuária (1960 – 1995/96).....	90
11 – Espírito Santo: Posição Geográfica do Município de Boa Esperança	97
12 – Norte do Espírito Santo: Fluxos Migratórios da Zona Pioneira	99
13 - Boa Esperança: Paisagem Rural.....	102
14 – Boa Esperança: Relações de Trabalho na Agricultura (1970-1995-96) (%).....	109
15 – Boa Esperança: Cultivo de Café.....	127
16 - Boa Esperança: Cultivo de Milho.....	130
17 – Boa Esperança: Trabalho Familiar na Colheita da Pimenta.....	136
18 – Boa Esperança: Habitação Típica do Imigrante Italiano.....	146
19 – Boa Esperança: Habitação da Zona Rural.....	146

LISTA DE TABELAS

1 – Características das fazendas cafeicultoras hipotecadas ao Banco do Brasil em 1883	9
2 – Espírito Santo: estrutura fundiária em 1940.....	35
3 – Espírito Santo: evolução da produção de café e pecuária bovina (1940 - 1995/96).....	54
4 – Espírito Santo: distribuição do crédito rural segundo a finalidade (1960/1985).....	57
5 – Espírito Santo: evolução da área de reflorestamento e produção de cana-de-açúcar (1960 – 1995/96).....	59
6 – Espírito Santo: evolução do número de tratores (1960 – 1995/96).....	63
7 – Brasil e Espírito Santo: área média (ha) explorada por trator (1970 – 1995/96).....	63
8 – Espírito Santo: estabelecimentos com indicação de uso de fertilizantes e defensivos (1970 – 1995/96) (em %).....	65
9 – Brasil: estabelecimentos com indicação de uso de fertilizantes e defensivos (1970 – 1995/96) (em %).....	65
10 – Distribuição da terra no Brasil: evolução do índice de Gini de acordo com as unidades da federação (1970 – 1995/96).....	74
11- Espírito Santo: evolução da estrutura fundiária (1960 – 1995/96)	83
12 – Espírito Santo: evolução da estrutura fundiária (1960 – 1995/96) (%).....	83
13 – Espírito Santo: área média dos estabelecimentos agropecuários (1960 – 1995/96).....	84
14 – Brasil: área média dos estabelecimentos agropecuários (1970 – 1995/96).....	84
15 – Espírito Santo: comparativos da distribuição da produção física das culturas por grupos de área – 1995/96 (em %).....	92
16 - Boa Esperança: evolução da estrutura fundiária (1970 – 1995/96).....	105
17- Boa Esperança: Evolução da produção de café (1970 – 1995/96).....	108
18 – Boa Esperança: Indicadores da modernização (1970 – 1995/1996).....	108

19 – Boa Esperança: população rural e urbana (1970 – 2000).....	111
20 - Boa Esperança: indicação de uso de fertilizantes e defensivos nas principais culturas agrícolas (%)......	125
21- Boa Esperança: distribuição da renda monetária bruta anual entre os agricultores familiares.....	126
22 – Boa Esperança: indicação de acesso a alguns objetos.....	145

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO	v
RESUME.....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
1 A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO ESPÍRITO SANTO: constituição e crise	5
1.1 A emergência da cultura cafeeira e a ocupação do território	6
1.1.1 A ocupação da região sul do Espírito Santo: <i>a formação de grandes fazendas escravistas e cafeeiras</i>	9
1.1.2 A região central: <i>papel do imigrante estrangeiro</i>	13
1.1.3 A região norte: <i>a zona pioneira</i>	18
1.2 Transição para o trabalho livre e constituição da pequena propriedade rural no Espírito Santo.....	26
1.3 Crise na estrutura produtiva e erradicação do café no Espírito Santo.....	36
2 A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E EVOLUÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO.....	40
2.1 Modernização da agricultura no Brasil: trajetória e políticas agrícolas.....	41
2.2 O desenvolvimento agrícola no Espírito Santo e a “modernização violenta”	51
2.3 Os principais indicadores da modernização agrícola do Espírito Santo.....	61
2.4 Panorama recente da agropecuária capixaba.....	67
2.5 A concentração da terra na estrutura fundiária brasileira.....	71
2.6 A estrutura fundiária capixaba e a importância da agricultura familiar.....	76
3 A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	95
3.1 A formação socioespacial de Boa Esperança: a chegada do movimento pioneiro.....	96
3.2 Boa Esperança: quadro natural.....	101

3.3 Boa Esperança: manifestações da crise e da modernização da agricultura nos anos 1970.....	104
3.4 Agricultura familiar: breve contextualização da realidade brasileira.....	111
3.5 Agricultura familiar: o debate acadêmico e político.....	117
3.6 Boa Esperança: reprodução socioeconômica da agricultura familiar.....	120
3.6.1 Agricultura familiar: produção e comercialização.....	122
3.6.2 Agricultura familiar: organização do trabalho e dos agricultores.....	133
3.6.3 Agricultura familiar: o patrimônio fundiário e as estratégias familiares.....	138
3.7 Agricultores familiares: quem são e como vivem?.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
ANEXOS.....	159
ANEXO A - Evolução do índice de Gini da concentração da terra nos municípios capixabas.....	159
ANEXO B – Roteiro de entrevistas.....	159

INTRODUÇÃO

A reprodução socioeconômica da agricultura familiar é a questão central analisada nesse trabalho. Escolhemos o município de Boa Esperança, localizado no extremo norte do Espírito Santo, para realização de um estudo de caso que serviu como parâmetro para compreendermos como essa forma de organização da produção se reproduz no presente.

A opção pela temática “agricultura familiar” está relacionada, de um lado, aos vínculos de parentesco com a trajetória desses sujeitos sociais no Espírito Santo, iniciada a partir da introdução do imigrante europeu e, de outro, às influências que o nascer no campo proporcionaram no sentido de despertar o interesse pela compreensão, numa perspectiva geral, da dinâmica do espaço agrário.

Mais uma vez, os limites da razão são estaprolados e o que justifica a escolha de Boa Esperança, como delimitação espacial para realização dessa pesquisa, são os vínculos afetivos com o lugar, que representa não só o local de origem da minha naturalidade mas, onde, também, após uma trajetória marcada por sucessivos deslocamentos espaciais, meus os ancestrais se estabeleceram.

Definido o recorte temático e espacial, estabelecemos como delimitação temporal o período entre a segunda metade do século XIX até o presente. Um recorte temporal com tal dimensão tornou-se necessário para contextualizarmos a trajetória e o ambiente socioeconômico em que se estruturou e reproduziu a agricultura familiar no Espírito Santo. Nesse sentido, o percurso analítico utilizado abordou, em uma perspectiva processual, a constituição da pequena propriedade rural, a modernização da agricultura e a reprodução socioeconômica da agricultura familiar.

Adotamos a segunda metade do século XIX como início do recorte temporal, porque nesse período de um lado, a cafeicultura emerge como a principal atividade econômica e de outro, foram criadas as condições para a constituição da pequena propriedade rural através da introdução do imigrante europeu no Espírito Santo. Utilizado como propaganda para atrair imigrantes europeus, que substituíam o trabalho escravo nas fazendas cafeicultoras do país, o Espírito Santo possibilitou aos

migrantes, que se dirigiram para seu território, o acesso à propriedade da terra. A estratégia política em questão desencadeou a constituição e a difusão da pequena propriedade rural com tamanha expressividade que a estrutura produtiva fundada na cafeicultura, na pequena propriedade e no trabalho familiar, sobretudo do imigrante europeu, efetivou e possibilitou a ocupação do território capixaba.

Durante mais de meio século, a pequena propriedade rural, assentada no trabalho familiar e no cultivo do café sem recursos técnicos, reproduziu-se de forma predominante no Espírito Santo. Em suas estratégias de sobrevivência, o agricultor familiar ao realizar contantes deslocamentos espaciais, assegurou ao mesmo tempo, a sua reprodução e o predomínio da pequena propriedade com as características mencionadas. Nos anos 1960, a reprodução dessa estrutura produtiva esbarra-se nos seus próprios limites e entra em crise, cujos efeitos acentuaram-se ainda mais com a erradicação do café, ocorrida no mesmo período.

Este constituiu-se no primeiro grande golpe sofrido pela agricultura familiar, porque a crise desestruturou as bases em que se assentava a sua reprodução. O segundo golpe ocorreu com a modernização da agricultura. A crise destruiu a estrutura produtiva, mas esta não foi substituída de imediato por outra, de forma que no hiato temporal existente entre a crise e o início da modernização, ou seja, durante quase uma década, a agricultura capixaba ficou totalmente estagnada. Nessas condições, os impactos desencadeados pela modernização da agricultura surtiram efeitos mais intensos, cuja dimensão lhe conferiu a denominação de “modernização violenta”. A violência desse processo, expressa pela intensificação da concentração fundiária e do êxodo rural, promoveu o desaparecimento de inúmeros estabelecimentos familiares.

As evidências da desestruturação da agricultura familiar ocorridas nesse período manifestam-se ainda no presente. No contexto brasileiro, o Espírito Santo destaca-se como um dos estados que possui menos estabelecimentos familiares, mas ao mesmo tempo apresenta uma das melhores distribuições da propriedade da terra. Uma realidade em princípio contraditória, mas que está associada esse processo de desestruturação da agricultura familiar e à introdução e expansão de algumas culturas agrícolas relacionadas ao setor agroindustrial, como a cana-de-açúcar e o eucalipto, grandes empregadoras de mão-de-obra assalariada na agricultura.

Essas atividades, associadas à pecuária, vêm imprimindo novos contornos na estrutura fundiária do Espírito Santo, que se destaca como o único estado brasileiro com uma tendência progressiva de concentração da terra. Especialmente é possível verificar que as regiões de maior concentração fundiária são justamente aquelas em que há predomínio das atividades mencionadas. A concentração ocorre nos estabelecimentos com área maior e, portanto, ainda não representa uma ameaça à reprodução da agricultura familiar, desenvolvida sobretudo em pequenos estabelecimentos agropecuários. Acrescente-se também que a utilização do trabalho organizado em torno da família vem se ampliando nos últimos anos, como manifestação de um processo de reestruturação e recuperação da agricultura familiar.

Negligenciada pelo Estado e excluída das políticas agrícolas nacionais em quase toda a sua trajetória, a agricultura familiar é a forma de organização da produção predominante na agricultura brasileira. Em suas estratégias de reprodução, por adaptar-se de forma extraordinária às transformações da sociedade, a agricultura familiar permanece e predomina no setor agrícola da maioria dos países.

A partir dos anos 1990, o governo brasileiro reconhece a superioridade competitiva da agricultura familiar e a elege como a protagonista do desenvolvimento rural. A mudança radical na orientação política resultou na criação de políticas agrícolas específicas para a agricultura familiar, como por exemplo o PRONAF. A agricultura familiar passa, então, a reproduzir-se em um contexto socioeconômico com condições de produção mais favoráveis que as pretéritas, mas que ainda estão distantes das ideais.

A opção política pela agricultura familiar contribuiu diretamente para ampliar o debate acadêmico sobre essa forma de organização da produção. Estruturado agora em torno do conceito de agricultura familiar, que é entendido como uma categoria de análise genérica, mas que combina simultaneamente família, trabalho e propriedade. Sob essa perspectiva de análise e no âmbito das recentes políticas públicas destinadas à agricultura familiar, conduzimos a compreensão da reprodução dessa forma de organização da produção em Boa Esperança.

Contextualizada a realidade socioespacial na qual o município encontra-se inserido, elaboramos um roteiro de entrevistas com questões organizadas de forma que

a compreensão do processo de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares fosse assegurado. Na seqüência, baseado nas informações fornecidas pelo Censo Agropecuário de 1995/96 sobre a estrutura fundiária do município, definimos uma amostra de agricultores familiares para serem entrevistados. As informações obtidas através dessas entrevistas subsidiaram a compreensão da reprodução socioeconômica da agricultura familiar no presente, que para efeitos analíticos foi estruturada a partir de três eixos temáticos: a produção e comercialização agrícola, a organização do trabalho familiar e dos agricultores e as estratégias familiares e o patrimônio fundiário.

No primeiro eixo, analisamos as condições em que se processam a produção agrícola e a comercialização na agricultura familiar. Nesse sentido, trabalhamos com informações relacionadas à inserção do agricultor familiar nas políticas agrícolas atuais (como o acesso ao crédito rural ou à assistência técnica), à incorporação de tecnologias, ao nível de diversificação das atividades agrícolas, à estrutura da cadeia de comercialização entre outras.

No segundo eixo, sobre a organização do trabalho e do agricultor familiar, abordamos de um lado, as relações de trabalho utilizadas na agricultura familiar, com destaque para o peso do trabalho dos membros da família, uma característica fundamental dessa forma de organização da produção, na reprodução da unidade produtiva, associado também à manifestação da pluriatividade. De outro, discutimos as formas de organização dos agricultores familiares em entidades que os representem, como as associações de produtores, relacionadas ao capital social do município.

E por último, no terceiro eixo, as estratégias familiares e o patrimônio fundiário contribuíram para entender a extraordinária capacidade de adaptação da agricultura familiar. Abordamos a importância da terra para a reprodução da família, bem como o vínculo que o agricultor familiar estabelece com esse meio fundamental para a agricultura, cuja intensidade ultrapassa os limites produtivos.

1 A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO ESPÍRITO SANTO: CONSTITUIÇÃO E CRISE

O recorte temporal estabelecido nesta análise remete ao período compreendido entre a segunda metade do século XIX e estende-se até a década de 1960, onde serão abordados os principais fatores socioeconômicos presentes no processo histórico de ocupação do território capixaba. Objetiva-se compreender a constituição e a consolidação de uma estrutura produtiva predominantemente assentada na agricultura familiar, através de uma abordagem fundamentada em informações secundárias, uma vez que os trabalhos produzidos acerca do assunto são considerados suficientes para atingir o objetivo proposto neste capítulo. A análise inicia-se por volta de 1850, quando a emergência da cultura cafeeira começa a abrir caminhos para efetivar a ocupação do interior do território capixaba.

Em conformidade com o perfil espacialmente diferenciado de ocupação territorial, no Espírito Santo estruturaram-se três regiões geográficas, cujas origens encontram-se na formação de regiões produtivas ainda no período colonial. As especificidades presentes em cada região são os elementos explicativos para a conformação de distintas formações socioespaciais em território capixaba.

Como a lógica de produção do espaço capixaba estabeleceu um processo inverso ao verificado na maioria dos estados brasileiros, pois enquanto nestes estados consolidava-se o latifúndio, no final do século XIX e durante grande parte do XX, no Espírito Santo, a formação espacial caracterizava-se pelo predomínio de uma estrutura produtiva fundada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos. Essa forma de organização da produção deixou evidente seus limites no desenvolvimento socioeconômico estadual.

Busca-se entender a crise na estrutura produtiva, cuja reprodução esbarra-se, ao mesmo tempo, nos limites intrínsecos a ela e nos limites impostos pelo encerramento da zona pioneira, agravada ainda mais pela política de erradicação do café.

1.1 A emergência da cultura cafeeira e a ocupação do território

Para compreender o processo de ocupação do Espírito Santo, a partir da emergência da cultura cafeeira, utilizamos o conceito de território no sentido de contigüidade espacial. Trata-se do território contínuo, no qual o que precisa ser considerada é a estrutura espacial interna (SOUZA, 2001). Nesse sentido, é esta estrutura espacial interna, resultante das relações sociais de produção estabelecidas no decorrer do processo de formação sócio-espacial, que será analisada como um conjunto de elementos atuante na formação do território capixaba.

Até o século XIX a ocupação da capitania do Espírito Santo restringia-se apenas à fundação de alguns núcleos populacionais esparsos e localizados no litoral. Nessa época, apesar de incipiente no contexto nacional, a produção de açúcar traduzia-se na principal atividade econômica do Espírito Santo. No entanto, a emergência da cultura cafeeira na província, no final da primeira metade do século XIX, imprimiu transformações significativas não somente na base espacial mas também demográfica. A partir de então, inicia-se efetivamente a ocupação do território capixaba e o crescimento populacional manifesta-se como um dos indicadores desse processo. Entre 1856 e 1872 a população elevou-se de 49.092 para 82.137 habitantes (SALETTI, 1996b), representando um crescimento bastante expressivo, sobretudo quando se considera o padrão de desenvolvimento capixaba no período em questão.

O volume da produção de café do Espírito Santo nem sempre apresentou importância no contexto econômico brasileiro, pois em 1872 representava apenas 4,7% da produção nacional, mas sua expressividade na formação econômica e na ocupação do território capixaba é inegável. A atividade cafeeira representou a primeira oportunidade efetiva de desenvolvimento econômico experimentada pela capitania, integrando-a no contexto das trocas internacionais e, durante mais de um século foi a atividade econômica mais importante desenvolvida em território capixaba. Seu cultivo iniciou-se por volta de 1845 e em 1853 já superava a produção açucareira (CAMPOS JR., 1996), ou seja num período inferior a dez anos.

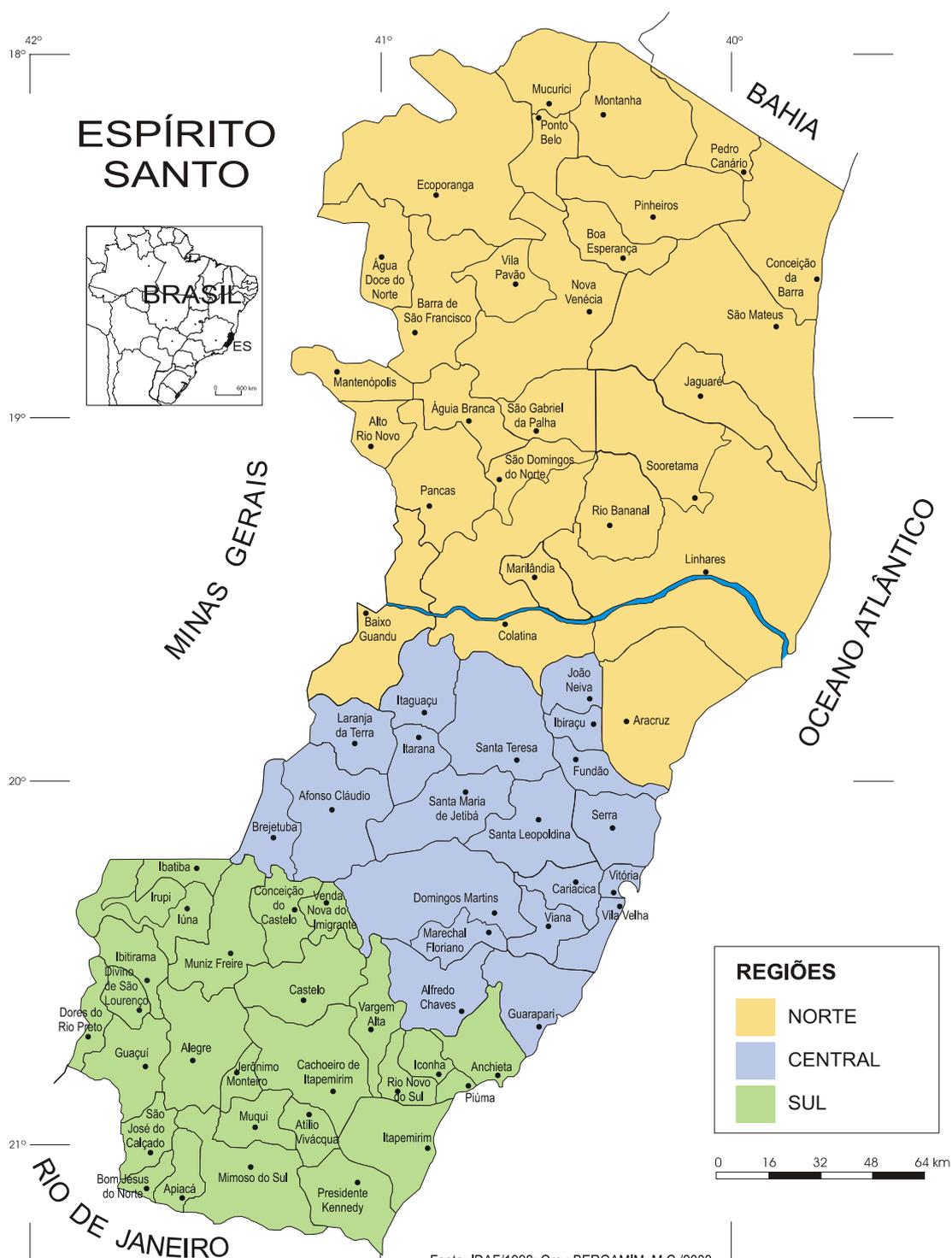
Ainda no final da primeira metade do século XIX, a cafeicultura permitiu o início da ocupação do interior da região sul e da região central da província. Nesse período, o

café também alcança a região norte do Espírito Santo, mas ocorre um recuo expressivo no desenvolvimento dessa cultura e a produção diminui, de forma que a ocupação dessa região por intermédio dessa atividade econômica somente veio a efetivar-se a partir do século XX. O processo de ocupação dessas regiões não ocorreu de forma homogênea, o que resultou na constituição de distintas formações espaciais ao longo do território capixaba.

Segundo Corrêa, “uma sociedade só se torna concreta através do seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade” (2001, p. 26). E ainda, considerando que “a formação de um dado espaço [...] está associada a um certo tipo de organização da produção” (CAMPOS JR. 1996, p. 68), ou seja, o espaço é produzido através das relações sociais de produção, admitimos que, guardadas as devidas peculiaridades, os diferentes grupos sociais predominantes nas regiões produtivas capixabas, traduzem-se em um elemento de extrema relevância para compreender o motivo pelo qual nessas regiões se constituíram distintas formações socioespaciais.

Assim, o espaço consiste em uma relação social e é por meio da ação humana, ou seja, das relações sociais de produção que a organização do espaço é produzida. De acordo com Corrêa (1996), nesse processo a ação de dois atores sociais, o estado e os proprietários dos meios de produção, imprime suas marcas no espaço geográfico, resultando na constituição de diferentes formações socioespaciais. É dessa forma que podemos compreender o surgimento de diferentes regiões geográficas no processo de ocupação territorial do Espírito Santo, cuja abordagem remete à constituição, no século XIX, das três regiões produtivas (Figura 1), localizadas no sul, centro e norte capixaba, conforme veremos na abordagem que se segue.

FIGURA - 01
ESPÍRITO SANTO: DIVISÃO REGIONAL



1.1.1 A ocupação da região sul do Espírito Santo: a formação de grandes fazendas escravistas e cafeeiras

A ocupação do interior do sul da província do Espírito Santo iniciou-se no final da primeira metade do século XIX por intermédio da cafeicultura. Essa região foi ocupada em decorrência da expansão da fronteira agrícola fluminense e mineira. Naquela ocasião, esses fazendeiros migraram para o sul do Espírito Santo, pois havia grande disponibilidade de terras incultas nesta Província, e reproduziram nessa região a mesma estrutura produtiva das províncias de origem, ou seja, formaram grandes fazendas produtoras de café baseadas no trabalho escravo (*plantation*), com algumas características distintas, uma vez que “apresentavam tamanho médio muito superior ao das fazendas situadas no Vale do Paraíba e Oeste Paulista, do mesmo modo que o número de pés de café por hectare, por fazenda e por escravo sempre esteve muito abaixo do verificado naquelas regiões” (BUFFON, 1992, p. 80).

Essas características ganham maior visibilidade na tabela 1, na qual Saletto (1996a) a partir dos dados de Van Delden Laerne, baseados em informações das fazendas hipotecadas ao Banco do Brasil, deixa evidente algumas peculiaridades do desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo.

TABELA 1
CARACTERÍSTICAS DAS FAZENDAS CAFEICULTORAS HIPOTECADAS
AO BANCO DO BRASIL EM 1883

Regiões	Nº de pés de café	Extensão em hectares	Pés de café/ha	Nº de escravos	Relação pé de café/escravo
Rio de Janeiro	197.060	628	314	5.608	3.513
São Paulo (Paraíba)	148.698	984	151	3.749	3.966
Minas Gerais	134.856	591	228	3.639	3.705
São Paulo (Oeste)	88.384	663	133	3.606	2.450
Espírito Santo	65.916	2.066	32	4.741	1.390

Fonte: (SALETTTO, 1996a, p.37)

Adaptação: BERGAMIM, M.C., 2003.

Verifica-se que a produção de café no Espírito Santo, por hectare, apresentava-se bem menor que a produção das fazendas localizadas nas principais regiões produtoras do país. Segundo Buffon (1992) o menor número de cafeeiros por hectare

indicava que apenas uma porcentagem da área das fazendas era destinada ao cultivo do produto, pois a ocorrência de um relevo montanhoso tornava algumas áreas inaptas ao desenvolvimento da cafeicultura, ao mesmo tempo, impossibilitando o plantio de grandes extensões de café. Ainda segundo Buffon (1992), baseado em Ferreira (1987), o pequeno número de cafeeiros por escravos pode ser explicado pela abundância de cativos, sobretudo quando se considera que a dimensão da produção de café das fazendas capixabas era bastante inferior a das províncias vizinhas.

Região de relevo bastante acidentado, quando comparado com as Províncias vizinhas, o sul do Espírito Santo utilizou, no cultivo do café, as mesmas formas tradicionais e predatórias empregadas pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais, cujos quadros naturais eram mais apropriados. Como o plantio dessa cultura nas encostas dos morros do estado não era realizado em curvas de nível mas em fileiras, acentuou-se o processo de erosão, diminuiu-se a fertilidade natural dos solos, o que resultou não só na redução do tempo de vida útil, mas da produtividade dos cafeeiros.

Fazendas com dimensão física superior às grandes regiões cafeicultoras do país, mas com pequena produção de café expressam a forma como estava organizada a cafeicultura no sul capixaba. Com essas características, a acumulação capitalista realizada pela atividade cafeicultora desenvolvida nessas fazendas, só poderia ser muito pequena. Acrescente-se a esse quadro que exportava-se a produção de café dessa região pelo Rio de Janeiro, de forma que parte considerável do excedente aqui produzido era apropriado pelo capital mercantil fluminense (BUFFON, 1992).

Naquele período as fazendas capixabas caracterizavam-se pela pequena mercantilização, o café representava o único produto com valor comercial e voltado para o mercado externo, a divisão do trabalho era incipiente e produziam-se quase todos os bens necessários à sobrevivência. A mão-de-obra escrava era utilizada tanto na produção de alimentos quanto na rudimentar indústria doméstica, de forma que essas fazendas constituíram-se em unidades produtivas quase auto-suficientes. Dadas essas características, “as fazendas capixabas seriam muito mais auto-suficientes que suas congêneres na época” (SALETTTO, 1996a, p. 39).

O sistema de transporte era bastante deficiente e a produção de café era escoada em lombos de animais até os portos. A acumulação realizada pela cafeicultura

capixaba não foi capaz de construir uma extensa rede de transporte ferroviário, como ocorreu em São Paulo. Dessa forma, naquele período, a debilidade do sistema de transporte do Espírito Santo contribuiu para promover de um lado o isolamento no interior das regiões produtivas e de outro o isolamento entre elas, uma vez que não havia trocas comerciais entre elas. Naturalmente, ampliava-se a necessidade da auto-suficiência produtiva das fazendas e como conseqüência havia um direcionamento de parte da mão-de-obra para essas atividades em detrimento da atividade cafeeira. Assim, as fazendas não se especializavam produtivamente e retardavam a formação do mercado consumidor interno, já comprometido pela utilização do trabalho escravo.

No Espírito Santo, nem as incipientes atividades econômicas desenvolvidas antes da cafeicultura e tampouco a própria cafeicultura promoveram um processo de acumulação que possibilitasse o financiamento da construção de uma infra-estrutura potente e eficaz à semelhança do que ocorreu em São Paulo. A província também não dispunha de um sistema comercial e financeiro desenvolvido e nem de capital local suficiente para promover seu desenvolvimento econômico. Segundo Saletto, “o resultado dessas condições poucos favoráveis foi a subordinação à praça do Rio de Janeiro [...], até a década de 1880, todo o café era comprado pelos comissários do Rio e escoado por este porto” (1996, p. 113). Somente a partir de 1880 é que Vitória conseguiu exportar parte de sua produção de café diretamente para o exterior. No entanto, ressalta-se que a maior parte das casas exportadoras que se fixaram em Vitória era representada por filiais de firmas estrangeiras e, conseqüentemente, a maior parte da acumulação também não ficava retida no estado.

Considerado o contexto econômico da Província e a forma como estava organizada a produção cafeeira, mesmo com todo o dinamismo alcançado pela cafeicultura da região sul, a incipiente acumulação daí advinda não se desdobrou em outras atividades. A acumulação cafeeira não possibilitou a construção de um adequado sistema de transporte ferroviário, nem o desenvolvimento de um sistema bancário e tampouco a industrialização. No Espírito Santo, não se produziram as condições para a constituição de um complexo cafeeiro conforme verificado em São Paulo, na transição do trabalho compulsório para a mão-de-obra livre.

Para reter no estado a acumulação da produção cafeeira da região sul, Moniz Freire defendia a necessidade de estabelecer uma praça comercial em Vitória. Durante seu governo (1892 - 1896), na tentativa de consolidar essa praça comercial, iniciou-se a construção de uma estrada de ferro, ligando Cachoeiro de Itapemirim (sul do estado) a Vitória. Devido a carência de recursos estaduais, apenas uma parte do trecho ligando Vitória a Matilde foi construída e as obras foram paralisadas. Em 1907, o Governo vendeu o trecho construído à Leopoldina Railway, sob a condição da empresa concluir a ligação proposta inicialmente. As obras foram concluídas em 1910, mas ressalta-se que desde 1903 a estrada de ferro que ligava Cachoeiro de Itapemirim ao Rio de Janeiro já havia sido concluída pela própria Leopoldina Railway, fortalecendo ainda mais as relações comerciais do sul do Espírito Santo com aquele estado. Essa situação só foi revertida a partir da década de 1920, quando a produção de café do sul do Espírito Santo começou a ser exportada pelo porto de Vitória. Mesmo assim, em 1929, 23,58% da produção cafeeira capixaba ainda eram exportadas pelos portos do Rio de Janeiro (AGUIAR, 1932 apud FERREIRA, 1987).

Esse quadro evidencia que a origem das principais fontes de recursos participantes na construção da estrada de ferro encontravam-se no capital estrangeiro e no capital estadual. Este viabilizou sua participação por intermédio da aquisição de empréstimos externos, garantidos pelas receitas do governo do estado, fundadas em última instância, na atividade cafeeira. Assim, depreende-se que participação do capital privado local foi bastante restrita.

Nessa época, o deficiente sistema de transporte desenvolvido no Estado contribuía para reduzir ainda mais os lucros auferidos pela cafeeira. Tanto na região sul quanto na região central, a produção de café era transportada em lombo de mulas, das regiões produtivas até um porto fluvial, daí para um porto marítimo e só então o produto era exportado. Essa forma de escoar a produção ampliava os gastos e reduzia o lucro dos produtores.

A expansão da cultura cafeeira no Espírito Santo processou-se de forma lenta, quando comparada com o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista. Estas duas regiões, dado o seu dinamismo de ocupação, eram consideradas zonas pioneiras no século XIX segundo Waibel (1955), enquanto o sul do Espírito Santo não constituía uma zona

pioneira. Isso serve para reafirmar ainda mais o reduzido movimento de expansão da cafeicultura espírito-santense, pois as zonas pioneiras caracterizam-se sobretudo pelo dinamismo e acelerado ritmo de expansão da agricultura (WAIBEL, 1955).

Soma-se a esse quadro o fato da expansão da cafeicultura no Espírito Santo coincidir com o período pré-abolicionista, encarecendo substancialmente o valor da mão-de-obra. Segundo Saletto (1996a), em 1883 o plantel de escravos representava a maior parte do valor das fazendas capixabas (52%) hipotecadas ao Banco do Brasil.

A atividade cafeicultora foi a grande responsável pelo dinamismo econômico alcançado pela região sul. Além de ter promovido a ocupação dessa região, alterou seu quadro demográfico, de forma que no período compreendido entre 1856 e 1872 sua população elevou-se de 49.092 para 81.889 habitantes, passando a representar 44% da população total da Província e o maior crescimento populacional verificado entre as regiões produtivas capixabas (ALMADA, 1983 apud FERREIRA, 1987). A explicação para o elevado crescimento populacional ocorrido encontra-se no movimento migratório das províncias vizinhas para o sul do Espírito Santo. Ressalta-se, também, que a população escrava da região sul apresentou o maior crescimento ocorrido na província, pois os fazendeiros que migraram para essa região trouxeram consigo seus escravos.

Assentada em bases escravistas de produção, na ausência de recursos técnicos e em formas predatórias no cultivo do café, a estrutura produtiva da região sul dinamizou sua economia e imprimiu transformações na base espacial e demográfica da Província. O que não impediu que, aproximadamente cinco décadas após a emergência da cultura cafeeira nessa região, apenas 15,4% das terras estaduais fossem apropriadas privadamente (ROCHA; COSSETTI, 1983), uma expressão do lento ritmo de desenvolvimento do Espírito Santo.

1.1.2 A região central: o papel do imigrante estrangeiro

Na segunda metade do século XIX, a região central do Espírito Santo, da mesma forma que as outras regiões produtivas da Província, não se constituía em uma grande área produtora de cana-de-açúcar. A formação socioespacial dessa região traduzia-se

na existência de alguns poucos engenhos, grandes propriedades e utilização da mão-de-obra escrava. Quando houve a substituição da cultura açucareira pela cafeeira, por volta da década de 1850 nessa região, inversamente ao processo ocorrido na região sul, não se constituíram grandes propriedades, mas houve “um processo de subdivisão das fortunas e, conseqüentemente, uma tendência à desconcentração da propriedade da terra” (FERREIRA, 1987, p. 10).

Enquanto na região sul o principal segmento social responsável pela expansão da cafeicultura manifesta-se na figura do grande fazendeiro, proprietário de escravos e capitalizado, na região central foi o imigrante europeu quem desempenhou essa função. Descapitalizado e contando apenas com o trabalho proporcionado pela família, difundiu a pequena propriedade de forma preponderante nessa região.

Polarizada comercialmente por Vitória, a capital da província, a região central encontrou na chegada do imigrante perspectivas para ampliar a sua ocupação e dinamizar as atividades econômicas. Em princípio, foi fundada a colônia oficial de Santo Agostinho em 1813, por 50 casais açorianos, e posteriormente Santa Isabel em 1847, por 163 imigrantes alemães e Santa Leopoldina em 1856, por 140 imigrantes suíços (ROCHA; COSSETTI, 1983). Por essa época, com a introdução do imigrante europeu em sucessivas levas, o trabalho familiar (mão-de-obra livre) e a pequena propriedade começam a se generalizar em detrimento da grande propriedade e da produção assentada em bases escravistas, até então desenvolvidas de forma predominante.

É importante ressaltar que a política de imigração no Espírito Santo assumiu caráter distinto da experiência ocorrida em São Paulo. Por se tratar de uma província que em pleno final do século XIX apresentava ocupação territorial incipiente e reduzido número de habitantes, em princípio, o imigrante não veio substituir o trabalho compulsório como em São Paulo, mas povoar o então desabitado território. Dessa forma, foram criados núcleos oficiais de imigração subvencionados pelo Estado, localizados principalmente na região central, onde os imigrantes tiveram acesso à propriedade da terra.

Os imigrantes que formaram as colônias de Santa Izabel e Santa Leopoldina chegaram ao Espírito Santo pela cidade de Vitória e, de canoa, navegaram pelo rio Santa Maria da Vitória até onde terminava o trecho navegável. Daí foram distribuídos

pelos lotes de terra, cuja demarcação acompanhou o fundo dos vales, “de modo a se apresentarem com testada para o curso d’água e com fundos para as cumeeiras dos interflúvios” (PETRONE, 1962, p. 27). Dessa forma, a ocupação das colônias efetivou-se então, ao longo dos fundos dos vales e a margem do curso d’água.

Considerando o relevo bastante acidentado apresentado pela região e a forma como os lotes foram demarcados, naturalmente em um mesmo lote havia grande variação da altitude. A acentuada declividade dos lotes interferiu no desenvolvimento da agricultura, realizada sem a utilização de recursos técnicos contribuindo para intensificar a degradação dos solos.

Como tratavam-se de núcleos oficiais de imigração, subvencionados pelo Estado, os imigrantes não receberam apenas os pequenos lotes de terra, cuja dimensão variava entre 25 a 50 hectares, mas também ferramentas, sementes e, durante seis meses, gêneros alimentícios. Após quatro anos de carência, os imigrantes começavam a pagar em parcelas, as despesas empreendidas com a imigração, incluindo o transporte da Europa para o Brasil.

Apesar de terem tido acesso à propriedade da terra, os imigrantes enfrentaram dificuldades para se estabelecerem como agricultores familiares nos núcleos coloniais. Estes consistiam em áreas cobertas pela vegetação primitiva, distantes dos núcleos urbanos e sem nenhuma infra-estrutura para receber o imigrante, a não ser um barracão coletivo, no qual se alojavam enquanto esperavam a entrega dos lotes. A responsabilidade pela construção da habitação, o desmatamento e o desenvolvimento da agricultura eram atribuições exclusivas dos imigrantes. Somam-se a isso as dificuldades em combater as desconhecidas doenças tropicais existentes no Espírito Santo e que vitimaram muitos imigrantes.

Como reação ao descaso do governo do Espírito Santo perante a situação dos imigrantes nos núcleos coloniais, o governo italiano proibiu a imigração para a Província através do decreto de 20 de julho de 1895 (ROCHA; COSSETTI, 1983). No entanto essa medida não cessou a imigração italiana e novas frentes de imigrantes chegaram ao Espírito Santo.

Por sua vez, considerando as já descritas características predominantes no processo de formação espacial da região central, constituiu-se então uma estrutura

produtiva baseada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos nos cultivos. A produção agrícola destinava-se à subsistência e desenvolvia-se também o cultivo do café, representando quase que o único produto com valor comercial e voltado para o mercado externo. Tratava-se de uma formação espacial bastante distinta da região sul, no que se refere às relações de trabalho e à estrutura de propriedade da terra.

A cultura do café representava a principal atividade econômica tanto das propriedades localizadas na região central quanto nas do sul do estado. No entanto, ambas se diferenciavam nos seguintes aspectos: no sul os proprietários de terra eram sobretudo de nacionalidade brasileira e a estrutura produtiva fundava-se na grande propriedade e no trabalho escravo, enquanto na região central os proprietários eram imigrantes europeus e predominava a pequena propriedade e o trabalho familiar.

Devido às características da estrutura produtiva constituída nessa região, o potencial de produção de cada propriedade estava relacionado com a capacidade de trabalho proporcionada pelos membros da família. Conseqüentemente, a produção de café por unidade produtiva só poderia ser reduzida. Tais características nos levam a admitir que o lucro auferido pela produção de café por unidade produtiva, não permitiu a acumulação de excedentes, a não ser o suficiente para garantir a reprodução simples da unidade produtiva. Nesse sentido, a acumulação de capital não se realizava na esfera da produção, mas da circulação, de forma que emergiu uma estrutura comercial adequada à estrutura produtiva familiar, descrita como

uma rede de pequenas casas de comércio que comprava o café diretamente dos produtores, em geral em troca de crédito que lhes era concedido para a aquisição de mercadorias essenciais à sua sobrevivência. Esses pequenos armazéns vendiam, por sua vez, o café a casas maiores que lhes forneciam os produtos que comercializavam com os produtores agrícolas, e essas repassavam, por fim, para as grandes casas comerciais que se foram instalando em Vitória, responsáveis pela exportação do café e a importação dos produtos necessários à reprodução daquela economia. (FERREIRA, 1987, p. 27).

Verifica-se que a subordinação da produção ao comércio ocorrida no Espírito Santo foi mais intensa que em São Paulo (CAMPOS JR., 1996). Adiciona-se a esse quadro, em conformidade com a estrutura comercial descrita, que os principais atores

que a constituíam estavam personificados na pessoa do “colono¹, vendeiro ou pequeno comerciante local, negociante ambulante, comerciante médio ou de segunda classe e as grandes casas comerciais exportadoras ou importadoras” (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 73). As crises nos preços do café atingiam, de forma diferenciada, o colono e os comerciantes. Para o primeiro representava uma retração no seu poder de compra, mas não comprometia sua reprodução como agricultor familiar. Para os comerciantes, principalmente os de procedência local, representavam uma redução nos lucros, podendo os levar à falência. (ROCHA; COSSETTI, 1983).

A produção cafeeira capixaba era exportada pelo porto do Rio de Janeiro, e como a acumulação se realiza na esfera da circulação, conseqüentemente aquela província monopolizava parcela expressiva do capital comercial advindo da produção cafeeira do Espírito Santo. Mas, a partir da década de 1880, o café da região central começou a ser exportado pelo porto de Vitória, de forma que essa cidade passou a representar a sede do capital comercial, iniciando a ligação entre as regiões produtoras e o mercado externo. Até a época mencionada, toda a produção de café capixaba ainda era exportada pelo Rio de Janeiro (SALETTTO, 1996a).

Acerca da imigração, o irrisório número de imigrantes instalados nas colônias, logo nos primeiros anos após à fundação, não possibilitou imprimir transformações que alterassem a base produtiva da região central. A partir de 1872, a base demográfica dessa região experimenta um incremento populacional conferido pela abertura de novas frentes de imigração européia, compostas principalmente por italianos. As colônias iniciais desdobraram-se em novos núcleos de colonização que se estenderam até as terras localizadas ao sul do vale do rio Doce.

Para exemplificar as transformações na base demográfica, na colônia de Santa Leopoldina², a população elevou-se de 5.000 habitantes em 1874 para 11.000 em 1884 (BUFFON, 1992). Esse incremento populacional apresenta-se muito significativo, quando se considera que já em 1890 a população do Espírito Santo restringia-se a apenas 135.997 habitantes (SALETTTO, 1996b).

¹ O termo colono é empregado no sentido de designar o imigrante que se dirigiu para os núcleos de colonização.

² A partir de 1872, os imigrantes que se dirigiram para a colônia de Santa Leopoldina eram originários da Itália. Dessa forma, passou a predominar nessa colônia, imigrantes italianos.

Conseqüentemente, com esse quadro demográfico a ocupação do território capixaba, no período em questão, ainda apresentava-se bastante incipiente. A política oficial imigração constituía-se em uma alternativa para o governo do Espírito Santo incrementar o quadro demográfico e promover a ocupação do território da Província.

A introdução do imigrante cumpriu esse papel e também promoveu o dinamismo econômico da estagnada região central, compatível com os padrões econômicos da época, através do aumento da produção de café. Em 1884, esta região passou a ser responsável por 40% de toda a produção de café da Província e a próspera colônia de Santa Leopoldina por 40% da produção da região central (ROCHA; COSSETTI, 1983).

1.1.3 A região norte: a zona pioneira

A região norte é formada pelas terras localizadas no vale (margem sul e norte) e ao norte do rio Doce. Mesmo que nessa região, desde o período colonial, tenha se constituído uma região produtiva, sua ocupação só começou a se efetivar no final da década de 1920, após a construção da ponte sobre o rio Doce no município de Colatina, no contexto da abertura da zona pioneira.

A origem do povoamento do norte capixaba remonta à fundação de São Mateus no século XVI, resultante de uma expedição ao rio Cricaré (atualmente rio São Mateus), cujo objetivo consistia em proteger a zona costeira (BUFFON, 1992). Inicialmente, essa região encontrava-se polarizada comercialmente por São Mateus e dedicava-se sobretudo ao cultivo de mandioca, enquanto a produção de café ocupava uma posição secundária. Essa característica a diferenciava das outras regiões produtivas do Espírito Santo e representava apenas uma das especificidades inerentes ao seu processo de formação socioespacial.

Segundo Almada (1981), no período compreendido entre os anos de 1852 e 1873, quando ocorria a expansão da cafeicultura nas regiões central e sul, o norte experimentou um declínio expressivo na produção de café. Ainda, a mesma autora afirma que entre 1856 e 1872 o crescimento da população escrava da região norte praticamente prevaleceu inalterado, enquanto nas outras regiões, principalmente a sul,

o crescimento foi expressivo. Naquela época, essas características servem como parâmetro para demonstrar o incipiente ritmo de desenvolvimento processado no norte, quando relacionado com as demais regiões produtivas do Espírito Santo. O isolamento geográfico e a inexistência de um sistema de transportes que viabilizasse o escoamento da produção, traduziram-se em fatores determinantes para o ritmo de desenvolvimento alcançado pela região norte, naquele momento.

Última fração do território capixaba a ser ocupada, a região norte, até o início do século XX, encontrava-se quase totalmente desabitada. O rio Doce colocava-se como um limite natural entre o norte e sul, separando geograficamente as duas regiões e, durante muitos anos, representou um entrave à ocupação das terras localizadas ao norte de suas margens. Naquela época, inicia-se lentamente a criação da zona pioneira nessa região.

Em decorrência da efetivação da ocupação do norte capixaba só se concretizar a partir do século XX, essa região praticamente não se beneficiou da política de colonização européia ocorrida na segunda metade do século XIX. Os primeiros imigrantes estrangeiros foram introduzidos apenas a partir de 1888, em número bastante reduzido e os poucos núcleos criados não prosperaram economicamente.

A partir da época mencionada foram instaladas aproximadamente 600 famílias de imigrantes italianos na localidade de São Mateus, na qual criaram-se alguns núcleos de colonização. Alguns desses núcleos, como o de Santa Leocádia, encontravam-se localizados em áreas infectadas pela malária, com solos apresentando baixos níveis de fertilidade e muito distantes da sede de São Mateus (EGLER, 1951). Devido a essas condições, segundo o mesmo autor, nessas colônias a miséria era total, vindo a constituir-se em um dos fatores que culminou na proibição da imigração para o Espírito Santo.

Os outros núcleos criados nessa região, com melhor localização como o de Nova Venécia, conseguiram prosperar e até uma pequena estrada de ferro ligando esse núcleo a São Mateus foi construída em 1924. No entanto, o governo estadual determinou, em 1940, a extinção de todas as estradas de ferro de bitola estreita, de forma que a Nova Venécia - São Mateus foi transformada em uma rodovia (EGLER, 1951).

Uma outra experiência de colonização européia no norte do Espírito Santo ocorreu em Águia Branca em 1928, quando foram instaladas 252 famílias de poloneses pela Sociedade Colonizadora de Varsóvia (EGLER, 1951). Apesar de aparentemente o núcleo colonial estar bem organizado, aproximadamente metade das famílias abandonaram o núcleo.

Por sua vez, São Mateus e Conceição da Barra, fundadas ainda durante o período colonial e Linhares e Colatina³ no século XIX, correspondiam aos principais núcleos urbanos existentes no norte capixaba no início do século XX. Além do reduzido número de habitantes, a produção originária dos estabelecimentos rurais era irrisória, representando em 1920 apenas 9% do café produzido no estado, segundo o Recenseamento Geral do Brasil, dando mostras de que sua base espacial apresentava-se muito pouco modificada. Esse quadro torna-se mais inexpressivo quando se considera que a região norte ocupa mais da metade da área total do Espírito Santo. Portanto, considerando as condições em que se processava a ocupação dessa região e o seu dinamismo econômico, mais uma vez fica evidente o seu lento ritmo de desenvolvimento, enquanto as outras regiões do estado, sobretudo a sul, já demonstravam pequena disponibilidade de terras a serem ocupadas.

Na transição do século XIX para o XX, Colatina começou a receber um contingente de imigrantes originários da região central. O excelente desempenho econômico promovido pelos imigrantes nesse núcleo urbano, o elevaram à categoria de município no início do século XX. Segundo Buffon (1992), além de Colatina ter se constituído em um ponto de apoio para a zona pioneira que se abria ao norte do rio Doce, foi beneficiada pela construção da estrada de ferro Vitória – Minas, cujos trilhos chegaram até o município em 1906, possibilitando sua ligação com Vitória.

Ainda, o crescimento da produção de café no âmbito estadual associado aos elevados preços alcançados pelo produto no mercado internacional, na década de 1920, ampliaram as receitas do Estado permitindo o investimento em obras públicas. A construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina, no ano de 1928, ligando o norte ao sul capixaba, é uma delas. Essa obra de um lado contribuiu para aumentar a ocupação e promover o desenvolvimento do norte capixaba e de outro possibilitou o escoamento

³ Dentre estes núcleos urbanos, Colatina era o único localizado às margens sul do rio Doce.

da produção, também facilitado pela Estrada de Ferro Vitória – Minas. Em decorrência da localização estratégica de Colatina e do seu sistema de transporte bem desenvolvido para a época, o município começou a polarizar comercialmente a região norte.

A chegada dos trilhos da estrada de ferro em Colatina, atraiu a instalação de serrarias nas suas proximidades, que encontrou nessa região grande disponibilidade de madeira utilizada como dormentes na construção da ferrovia. Mesmo com todos os avanços na área dos transportes, a velocidade em que se processava a ocupação da fronteira, bem como a exploração madeireira continuaram ocorrendo lentamente, intensificando-se somente a partir da metade da década de 1950. A forma como se organizou a expansão da zona pioneira, assumiu um caráter bastante precário, sobretudo quando comparado com as regiões de fronteira dos outros estados do Sudeste, muito mais dinâmicas (BECKER, 1973b).

É importante ressaltar que a partir de 1920, no vale do rio Doce, desenvolveu-se a cultura do cacau, configurando-se como a única área do estado destinada a essa cultura. Apesar da cacauicultura apresentar-se bem distante do papel desempenhado pela cafeicultura no desenvolvimento econômico capixaba, é inegável a sua importância para o município de Linhares, destacado como grande produtor de cacau no estado.

Dentre os principais movimentos migratórios verificados no povoamento do território capixaba, identificamos processos diferenciados para cada região produtiva. Na região sul o grupo étnico predominante estava representado pelos imigrantes originários de Minas Gerais e Rio de Janeiro e na região Central pelos europeus, ou seja, eram movimentos migratórios cujas origens da população eram de outras unidades da federação e de outros países. No entanto, na região norte o movimento tinha suas origens no próprio estado, pois os imigrantes que formaram essa região eram provenientes do sul e do centro do Espírito Santo, conferindo ao norte uma formação étnica mais diversificada.

O principal fluxo migratório que se dirigiu para zona pioneira, era proveniente das regiões sul e central do estado. Esses migrantes transpuseram o rio Doce em Colatina e adentraram o norte capixaba. Outros fluxos, de intensidade menor, procedentes do leste de Minas Gerais, do sul da Bahia e do rio São Mateus, também povoaram a região norte.

Sobre o fluxo de migrantes do sul e do centro do Espírito Santo em direção à zona pioneira ao norte do rio Doce, a explicação para a origem desse movimento reside, segundo Valadão (1999), no desgaste natural dos solos dessas regiões, em decorrência da ausência de recursos técnicos no cultivo do café, e também no tamanho insuficiente das propriedades para comportar o crescimento familiar e, assim, alguns membros da família, principalmente os filhos mais jovens, encontram na migração para outras regiões uma forma de conquistarem novas terras e continuarem assegurando a sua reprodução socioeconômica como agricultores familiares. A mobilidade espacial do agricultor é um traço que revela o desenraizamento territorial desses indivíduos, como resultado da realidade socioeconômica na qual estão inseridos.

Na zona pioneira capixaba ao norte do rio Doce, reproduziu-se a mesma forma de organização da produção constituída nas regiões central e sul. O trabalho familiar, a pequena propriedade sem a utilização de recursos técnicos e a cultura do café representam a estrutura produtiva predominantemente estabelecida na ocupação da região norte. Apesar do reduzido potencial de acumulação capitalista auferido por essa forma de produzir, sua reprodução difundiu-se de forma predominante por aproximadamente durante um século, vindo dar mostras de falência somente no contexto do fechamento da zona pioneira espírito-santense, na segunda metade do século XX.

Sucessivas crises, desde o final do século XIX, afetavam as exportações de café. O desempenho econômico da cafeicultura alternava períodos de prosperidade com outros de dificuldade, decorrentes das oscilações nos preços internacionais do café. Mesmo que essa cultura representasse quase que o único produto comercial, mais uma vez, a crise ocorrida nos preços em 1929 não desestabilizou a estrutura produtiva capixaba assentada em bases familiares de produção e também reproduzida na zona pioneira ao norte. Pois esses agricultores, num contexto de crise, podiam renunciar aos produtos comprados sem comprometer a sua reprodução socioeconômica (BUFFON, 1992).

Superada a crise da cafeicultura iniciada em 1929, os preços do produto voltam a crescer a partir do final da década de 1940. A melhora nos preços estimulou o plantio

de novas áreas, de forma que o número de cafeeiros plantados alcançou um crescimento de 73%, entre os anos 1940 e 1960 (ROCHA; MORANDI, 1991). No entanto, a partir de 1955 inicia-se uma nova crise nos preços do café, cujos resultados expressam-se através de transformações espaciais ainda não experimentadas pela agricultura capixaba, no contexto das outras crises ocorridas, como, por exemplo, a diversificação de algumas atividades produtivas. A partir desse período a exploração madeireira e a pecuária passam a apresentar elevadas taxas de crescimento.

Elevadas taxas de crescimento, verificadas tanto na cafeicultura quanto na pecuária, resultam da expansão das áreas de cultivo, uma vez que a forma como se encontrava organizada a produção da agropecuária capixaba, ainda não havia incorporado o progresso técnico.

Por sua vez, a fronteira é⁴ ao mesmo tempo o lugar de encontros e desencontros, ou seja, encontros de diferentes atores sociais, cujas distintas temporalidades históricas em que estão situados culminam em desencontros (MARTINS, 1997). Na fronteira do norte do Espírito Santo, os desencontros personificam-se na figura do madeireiro e do agricultor familiar produtor de café. Enquanto a natureza econômica da exploração madeireira “repousando em bases capitalistas de produção está apta a contornar muitas dificuldades, abrindo estradas, mantendo caminhões próprios para o transporte de toras e adquirindo a baixo preço grandes áreas de matas” (EGLER, 1951, p. 80), a produção de café desenvolve-se sobretudo baseada no trabalho familiar e sem recursos técnicos. Nesse sentido, o caráter capitalista da exploração madeireira conferiu a essa atividade uma dinâmica produtiva marcada por um ritmo acelerado em contraste com a lenta velocidade da produção familiar.

A partir da década de 1950 acelera-se o crescimento da exploração madeireira, estimulado de um lado pelo aumento do consumo de madeira pela construção civil e setor moveleiro, decorrente do processo de urbanização em curso no país, e do outro, pela política de erradicação do café. Nesse momento, a exploração madeireira emergia como uma das alternativas econômicas à crise (ROCHA; MORANDI, 1991).

⁴ Guardada as devidas especificidades de cada ciência, o que conceitualmente os geógrafos consideram como zona pioneira é o que os sociólogos consideram como fronteira.

Legislações, para disciplinar o desenvolvimento da exploração madeireira, foram criadas pelo governo estadual durante o século XX, por si só, não se constituíram em um instrumento eficaz no controle do desmatamento indiscriminado, pois já era previsto “que a ausência de uma política de proteção, por parte do Poder Público, fatalmente redundaria na destruição do revestimento florístico original” (CAPES, 1959, p. 56). A previsão se concretizou, uma vez que a ineficiente fiscalização não impediu que a Mata Atlântica, sobretudo a localizada no norte capixaba, sofresse um dos processos mais rápidos de desmatamento ocorrido no país. Isso se explica pelo fato da intensificação do processo de ocupação da região norte coincidir com o ciclo madeireiro, e como a maior parte dessa região ainda era coberta pela vegetação primitiva, diferentemente das outras regiões produtivas, o desmatamento atingiu uma área maior e ocorreu de forma rápida. Ressalta-se que a Mata Atlântica situada no norte do Espírito Santo, segundo os relatos dos viajantes, impressionava pela sua exuberância, sendo considerada uma das mais imponentes formações vegetais ocorridas no país.

Além da exploração madeireira, a pecuária também cresceu de forma extraordinária a partir dos anos 1950. A área ocupada por essa cultura apresentou elevados índices de crescimento, sobretudo no norte do estado, onde se encontrava zona pioneira. Nesse sentido, entre 1950 e 1975, segundo os Censos Agropecuários, a taxa de crescimento para o estado foi da ordem de 265% e para o norte de 681%. Diversos fatores contribuem para explicar esse elevado crescimento, tais como: a) a erradicação do café, pois a maior parte das terras liberadas pelos cafeeiros foi ocupada pela pecuária; b) o aumento da demanda carne pelo Espírito Santo e estados vizinhos decorrente do processo de urbanização; c) o desgaste dos solos devido ao emprego de técnicas inadequadas, tornou algumas áreas impróprias ao cultivo do café, sendo portanto, ocupadas pela pecuária, e d) o rompimento do ciclo tradicional empregado na agricultura capixaba.

É importante ressaltar, também, o rompimento do tradicional ciclo produtivo da agricultura capixaba “mata-café-pastagem” e a substituição por um ciclo mais curto, o de “mata-pastagem”. O ciclo tradicional consistia nas seguintes fases: primeiro ocorria o desmatamento, depois se plantava o café e, quando os solos estivessem desgastados ou os cafeeiros velhos, formavam-se as pastagens. Já no ciclo curto, após o

desmatamento, os solos eram ocupados de imediato por pastagens. Os fatores que contribuía para a reprodução do ciclo tradicional eram determinados

pela grande disponibilidade de terras que garantia à cafeicultura áreas virgens e férteis para sua reposição e ampliação, e,[...] e pelos métodos arcaicos e depredadores utilizados na lavoura cafeeira, que exauriam com grande rapidez os elementos orgânicos e a fertilidade natural do solo, tornando-o pouco apto para novos plantios (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 68).

Soma-se a esses fatores a ocorrência de áreas inaptas ao cultivo do café, sobretudo no extremo norte, onde a vegetação primitiva foi substituída diretamente pelas pastagens. Essa forma de ocupação espacial, peculiar no contexto capixaba, tornou viável o desenvolvimento do ciclo curto mata-pastagem. Para exemplificar, no norte do estado, conforme descrito por Borgo; Rosa; Pacheco, baseados em depoimento de um entrevistado “que, na década de 1950, assistiu, em Mucurici, a queimadas de 100 alqueires de terras, para que nelas se formassem pastos” (1996, p. 40). No mesmo município, em 1955, não havia produção de café e desenvolvia-se apenas a pecuária (BECKER, 1973b).

Uma das principais conseqüências do rompimento do ciclo tradicional, manifestou-se na constituição de uma estrutura fundiária um pouco mais concentrada nessa região, em relação ao restante do estado. Entre 1960 e 1975, houve acentuada concentração da terra, uma vez que o índice de Gini elevou-se de 0,520 para 0,636 e o norte passou a figurar pela primeira vez como a região capixaba cuja estrutura fundiária encontrava-se mais concentrada. Isso representa, sobretudo, quando se considera a estrutura fundiária capixaba, um elevado índice de concentração e todas as conseqüências socioeconômicas daí advindas.

Na ocupação da zona pioneira ao norte do Espírito Santo, cujo resultado culminou na conformação de uma estrutura fundiária mais concentrada, o trabalho familiar foi a relação de produção predominantemente estabelecida nessa região. Ao mesmo tempo em que a estrutura fundiária concentrou-se, a utilização do trabalho familiar elevou-se de 56,49% para 67,55 % entre 1960 e 1970. Esse índice torna-se mais expressivo quando somado à parceria, já que esta relação de produção também

funda-se no trabalho familiar. Dessa forma podemos admitir que em 1970, 85% do trabalho empregado na agricultura era organizado em torno dos membros da família.

Devido a elevada disponibilidade de terras devolutas no norte capixaba e ainda ocupadas pela vegetação primitiva, o preço da terra era reduzido, possibilitando aos agricultores familiares o acesso à propriedade privada da terra. Isso fica evidente quando se considera que menos de uma safra de café era suficiente para o “colono” cobrir as despesas contraídas com a compra da terra (EGLER, 1951).

É bem verdade que a ocupação da região norte só veio a iniciar-se efetivamente na primeira metade do século XX, enquanto as regiões sul e central experimentaram esse processo ainda em meados do século XIX. No entanto, a ocupação iniciada tardiamente ocorreu de forma mais rápida e intensa que nas outras regiões do estado. Em aproximadamente cinquenta anos, ou seja, entre 1920 e 1970, encerrou-se a zona pioneira ao norte do Espírito Santo, quando nas outras regiões do estado esse processo alongou-se por quase um século.

Compreendido o processo geral da formação socioespacial capixaba, enfatizando a constituição de uma estrutura produtiva fundamentalmente assentada em bases familiares de produção, podemos admitir que o Espírito Santo assumiu um caráter bastante distinto dos estados integrantes da região Sudeste. Segundo Becker (1973), incapacitado de acompanhar o crescimento econômico do Sudeste tornou-se uma “periferia intermetropolitana” e que ainda nesse contexto, o norte capixaba deixou de ser a zona pioneira e passou a desempenhar o papel de região periférica deprimida do estado.

1.2 A Transição para o trabalho livre e constituição da pequena propriedade rural no Espírito Santo

Enquanto o latifúndio se firmava como um dos sustentáculos da estrutura produtiva brasileira, ocupando na divisão internacional do trabalho, a condição de produtor de produtos primários para o mercado externo, inversamente no Espírito Santo, ocorria a constituição da pequena propriedade e a fragmentação do latifúndio.

Nesse sentido, serão analisados os principais fatores que contribuíram para que a formação socioespacial do Espírito Santo configurasse tal forma de organização no processo de ocupação territorial.

A constituição da pequena propriedade no Espírito Santo está amplamente relacionada com dois acontecimentos históricos: a abolição da escravidão e a chegada do imigrante europeu. O fim da escravidão contribuiu para promover a desconcentração da terra no sul do Estado. A maioria das fazendas ali existentes, desapareceram ou fragmentaram-se em pequenas propriedades em razão da carência de mão-de-obra.

Devido a elevada disponibilidade de escravos existentes nas grandes propriedades do Espírito Santo, os fazendeiros vieram a preocupar-se com o problema da carência de mão-de-obra “somente a partir de 1886, quando não havia mais dúvidas sobre o término da escravatura” (BUFFON, 1992, p. 89). Soma-se a isso o isolamento da Província, contribuindo de um lado para que os fazendeiros se mantivessem alheios ao processo abolicionista em curso no país, e de outro para que não tivessem força política junto ao governo da província para interferirem no modelo de imigração adotado no Espírito Santo.

Perante tal realidade, a política oficial de imigração capixaba demonstrava não estar relacionada com os interesses dos grandes proprietários escravistas do sul da província. E como a preocupação com a substituição do trabalho compulsório pela mão-de-obra livre somente veio a ser manifestada por esses proprietários às vésperas da abolição, durante a colheita do café muitos fazendeiros foram pegos de surpresa com o fim da escravidão e o abandono das fazendas pelos escravos. Por não estarem preparados para a mudança nas relações de trabalho, muitos proprietários perderam aquela safra de café, desorganizando a produção naquele momento (SALETTTO, 1996a).

A abolição da escravidão e o perfil político e econômico dos fazendeiros representam um dos principais fatores que contribuíram para promover uma nova configuração espacial no sul da Província, uma vez que houve desconcentração fundiária decorrente do processo de fragmentação de parte considerável das grandes propriedades escravistas e produtoras de café. Muitas dessas fazendas foram vendidas aos próprios imigrantes europeus. Para exemplificar

a colônia de Venda Nova, ainda na região de Castelo, surgiu da partilha, por colonos italianos, de várias fazendas abandonadas após a Abolição. Burarama, situada acima de Cachoeiro de Itapemirim, foi também estabelecida por colonos italianos, nas terras da Fazenda Floresta, já na década de 1910 (SALETTTO, 1996a, p. 105).

Também é relevante enfatizar que o fracionamento da grande propriedade localizada no sul do Espírito Santo não está relacionado com o esgotamento dos solos, conforme verificado em São Paulo. Nessa Província, as terras fracas ou esgotadas, que já não prestavam “para as culturas extensivas e predatórias do latifúndio, vão se transformando cada vez menos em chácaras ou sítios e muito mais em minúsculas explorações que nem sequer chegam a produzir o necessário para o autoconsumo” (GUIMARÃES, 1989, p. 150).

Diferentemente, no Espírito Santo, só uma pequena parte da área das fazendas era ocupada pelo cultivo do café, enquanto a maior parte consistia na vegetação natural (Mata Atlântica), ou seja, predominavam as terras virgens. Portanto, admite-se que os principais fatores que contribuíram para o fracionamento ocorrido nas fazendas do sul espírito-santense foram a abolição da escravidão e a queda internacional nos preços do café (SALETTTO, 1996a).

No período que antecede a abolição da escravidão, foram fundados pelo governo da Província do Espírito Santo vários núcleos oficiais de colonização, constituídos em sua maioria por imigrantes italianos e localizados principalmente na região central. Nos núcleos oficiais os imigrantes tiveram acesso à propriedade da terra, na qual trabalhavam com os membros da família e, portanto, não substituíram o trabalho compulsório, contrariando, por exemplo do modelo de imigração adotado nas fazendas cafeicultoras de São Paulo, onde foi estabelecido o sistema do colonato. Assim, nos núcleos coloniais, para “cada família de imigrantes chegada no Espírito Santo [...] o governo cedia uma parcela de terra equivalente, em média, a 25 hectares para que o imigrante dela tirasse o seu sustento e da família e procedesse ao povoamento das áreas incultas do Estado” (CAMPOS JR., 1996, p. 97).

Em princípio, os fazendeiros capixabas não se opuseram à política de imigração praticada na Província, pois a elevada disponibilidade de terras incultas existentes

permitia que o acesso a esse bem pelo imigrante não comprometesse a reprodução do latifúndio.

Pode-se admitir que o modelo de imigração adotado no Espírito Santo serviu como propaganda de maneira a mostrar que o país estava comprometido com a viabilização do acesso à terra para imigrante e assim atraí-los para outros estados do Brasil (CAMPOS JR., 1996). A política de imigração desenvolvida pelos capixabas proporcionava ao imigrante europeu o acesso à pequena propriedade, diferentemente do que ocorreu na maior parte do país.

Como expressão das peculiaridades da imigração europeia para o Espírito Santo, com a abolição da escravidão o problema da carência de mão-de-obra emerge nas fazendas escravistas. Começa, então, em busca de alternativas para solucionar o problema decorrente da demanda de trabalho, a procura dos imigrantes por parte dos fazendeiros. Estes recorreram tanto ao governo imperial quanto ao provincial, no intuito de requer a entrada de novos imigrantes ou os já chegados ao Espírito Santo, para trabalharem nas fazendas.

Intensifica-se o processo de imigração europeia para o Espírito Santo, uma vez que os elevados preços alcançados pelo café no período compreendido entre 1886 a 1896 ampliaram a receita estadual, permitindo o financiamento da entrada de novos imigrantes. Mas, a partir desse período, a imigração assume novas características, pois a maioria dos imigrantes não só deixou de se estabelecer nos núcleos oficiais existentes e passou a trabalhar nas fazendas como parceiros, mas também dirigiu-se para a região sul, em oposição à região central.

Saletto (1996a) afirma que o presidente do Espírito Santo, Moniz Freire (1892-1896), elaborou um ousado programa de governo, em que a questão do povoamento ocupava um dos pontos centrais. Dessa forma, através da Lei n.º 4 de 1892, foram regulamentados contratos e estabelecidos critérios para a introdução dos imigrantes. Embora não se tenha alcançado o número de imigrantes previstos e nem assegurados a estes todas as condições de instalação garantidas pelos contratos de imigração, o número de imigrantes que se instalou no Estado, nesse período, aumentou substancialmente. Enquanto no período compreendido entre 1847 a 1887, ou seja,

durante meio século, entraram apenas 15.203 imigrantes no Estado e após a abolição, no curto período entre 1888 e 1892, entraram 27.906 imigrantes (SALETTTO, 1996b).

Entre 1892 e 1895, o Espírito Santo recebeu 13.244 imigrantes, sendo que deste contingente, quase 7.000 dirigiram-se para a região sul do Estado, ou seja, pouco mais de 50% (SALETTTO, 1996a). E como nesta região, após a abolição, ““não foi fundado nenhum núcleo oficial”, presume-se “que eles foram para as fazendas na condição de parceiros”” (ROCHA; COSSETE, 1983, apud BUFFON, 1992, p. 104). Quando se considera o Estado como um todo, a partir de 1888 aproximadamente 65% dos imigrantes fixaram-se fora dos núcleos coloniais (BUFFON, 1992).

Porém os parceiros das fazendas capixabas conquistaram condições de trabalho bastante favoráveis em relação aos seus congêneres dispersos pelo país, pois só dividiam a produção de café e não eram obrigados a trabalhar gratuitamente para o fazendeiro. Devido à abundância de terras no estado e a necessidade de mão-de-obra dos fazendeiros, o imigrante só se sujeitava trabalhar como parceiro se fossem oferecidas condições que lhe permitisse tornar-se proprietário posteriormente, pois “só aceitaria trabalhar para o fazendeiro se ele lhe oferecesse uma situação mais vantajosa do que os núcleos coloniais ou os loteamentos particulares. Mais vantajosa no sentido da realização do seu projeto: tornar-se proprietário” (SALETTTO, 1996a, p 130).

Para o imigrante a parceria representava uma condição transitória para a conquista da terra. Assim que acumulasse recursos suficientes para tornar-se proprietário, abandonaria a fazenda. Nesse sentido, os fazendeiros que conseguiram contornar a crise da mão-de-obra através da introdução do imigrante como parceiro nas fazendas não encontraram nessa relação de trabalho uma alternativa que lhes proporcionassem segurança acerca da solução da carência de mão-de-obra. Nessas condições, a parceria convertia-se em uma alternativa desfavorável para o fazendeiro capixaba, fragilizando a reprodução da grande propriedade.

Além do problema da mão-de-obra, que culminou na falência de muitas das fazendas escravistas do sul espírito-santense, os grandes proprietários que conseguiram contornar o problema da mão-de-obra, enfrentaram a crise nos preços do café a partir de 1896, prolongada até 1910⁵. Iniciada menos de uma década após a

⁵ A partir dessa crise, o programa imigratório para o Espírito Santo foi interrompido.

abolição e somado a todas as dificuldades daí advindas para os grandes proprietários, poucas fazendas permaneceram. Assim, o sul capixaba experimentou uma transformação na sua base espacial, no que tange à estrutura fundiária. Houve a fragmentação do latifúndio em pequenas propriedades, ou seja, ocorreu um processo de desconcentração fundiária.

Naquele período, a reprodução da pequena propriedade, fundada no trabalho familiar, não era ameaçada pela crise nos preços do café. O desenvolvimento dessa cultura sempre foi acompanhado pela policultura, expressa nos cultivos de feijão, arroz, milho, legumes, frutas, etc. Dessa forma, como produziam quase todos os bens necessários à sobrevivência, e compravam apenas as poucas mercadorias que não eram possíveis de serem produzidas, não dependiam exclusivamente da produção do café. As oscilações na renda desses agricultores representavam apenas uma variação no seu poder de compra, ora comprimido, ora ampliado.

Apesar da constituição da pequena propriedade estar diretamente relacionada com a chegada do imigrante europeu, há registros da existência de pequenas propriedades anterior a esse período, formadas por trabalhadores nacionais. Saletto (1996a) destaca, baseada em Ofícios da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, a existência de pequenas propriedades fundadas no trabalho livre, cujos proprietários eram provenientes de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Portanto, em 1959, Cachoeiro de Itapemirim possuía 40 fazendas e 80 situações. É importante salientar que essas propriedades representavam um número bastante irrisório em relação às propriedades dos imigrantes europeus.

Promovidas por intermédio da abolição da escravidão e da imigração européia, as transformações nas relações de trabalho e na estrutura fundiária do Espírito Santo, expressam o começo da constituição de uma nova estrutura produtiva na agricultura capixaba. Nessa nova forma de produzir, as principais características definem-se pela pequena propriedade, utilização da mão-de-obra familiar e ausência de recursos técnicos nos cultivos. Cada propriedade consistia em uma unidade produtiva familiar autônoma e produtora de quase todos os bens necessários à subsistência. Mesmo nas poucas fazendas que conseguiram resistir à crise na mão-de-obra e nos preços do café, a produção desenvolvia-se em bases familiares, através adoção do sistema da parceria

como relação de trabalho. A mão-de-obra familiar foi a principal relação de trabalho estabelecida no processo de ocupação territorial capixaba.

Numa perspectiva mais geral, além de ter promovido alterações na forma de propriedade da terra e nas relações de trabalho, a imigração também contribuiu para promover o povoamento e a ocupação do território espírito-santense. O imigrante europeu, através do desenvolvimento da cultura do café, incrementou, inicialmente o processo de ocupação da região central e posteriormente o sul e no norte do Espírito Santo.

É preciso acrescentar que com a aprovação da Lei de Terras em 1850, o acesso à terra passou a ser possível apenas através da compra. Dessa forma, esta lei impedia que o imigrante europeu e o escravo liberto pudessem ter acesso a propriedade privada da terra. Segundo Martins (1990), os ocupantes de terras e os sesmeiros legitimaram suas posses até 1854, através do registro paroquial, mas este registro não impediu que fosse forjada uma onda de falsificações de títulos através da prática de suborno aos cartórios. No entanto,

tais procedimentos, porém, eram geralmente inacessíveis ao antigo escravo e ao imigrante, seja por ignorância das praxes escusas seja por falta de recursos financeiros para cobrir despesas judiciais e subornar autoridades (essas despesas eram provavelmente ínfimas em relação à extensão e ao valor potencial das terras griladas, mas eram também desproporcionais aos ganhos do trabalhador sem recursos (MARTINS, 1990, p. 29).

No Espírito Santo, o imigrante não foi impedido de ter acesso à propriedade da terra, pois antes mesmo da abolição da escravidão foram fundadas colônias oficiais de imigrantes europeus, subvencionadas pelo estado. Cada família de imigrantes recebeu um pequeno lote de terra para cultivar. Já o ex-escravo e seus descendentes não tiveram a mesma sorte, uma vez que para este segmento social capixaba o acesso à terra foi dificultado ou mesmo negado pelo Estado (ALMADA, 1993).

Mesmo que a Lei de Terras tenha sido aprovada em 1850, o processo de legalização das terras capixabas só começou a efetivar-se no final do século XIX, com o advento da República. A partir da época mencionada, os Estados passaram a ter autonomia para legislar sob seus territórios e então o Espírito Santo criou instrumentos legais para regularizar a propriedade da terra, pois até então, estas eram transferidas

de uma pessoa para outra, por instrumentos não oficiais, como a herança ou recibos particulares, em detrimento dos mecanismos de legalização previstos na Lei de Terras (ALMADA, 1993). No entanto, o processo de legalização das terras no estado, de caráter “extremamente liberal, não podia deixar de ter como resultado não apenas desmandos, mas ainda todo o tipo de abusos cometidos pelos que estavam envolvidos na sua aplicação” (ALMADA, 1993, p. 74). A corrupção permeou a legalização das terras pelo serviço de terras estadual, de forma que medidas rígidas foram tomadas no sentido de coibir algumas práticas indevidas de alguns funcionários do estado.

Por sua vez, é inegável a contribuição da política de terras do governo estadual para a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo. No entanto, sobretudo nas áreas de colonização, o acesso à propriedade da terra manifesta-se de forma diferenciada entre a população estrangeira e a nacional. A primeira obteve mais condições de acesso a terra em detrimento da segunda. Esse quadro fica evidente ao considerarmos que em 1920 “enquanto um em cada 4,4 estrangeiros era proprietário rural, entre os brasileiros essa relação era 1/27” (SALETTTO, 1996b, p. 209), apesar destes possuírem 80% dos estabelecimentos rurais do Estado, segundo a mesma autora.

Alguns exemplos evidenciam a predominância de proprietários nacionais em alguns núcleos, como o Costa Pereira, Castelo, Pau Gigante e Afonso Cláudio, o qual em 1909, a população nacional representa 90% do número de habitantes (SALETTTO, 1996a). Salienta-se também o estímulo à vinda de imigrantes nacionais (nordestinos) para o Estado.

A elevada disponibilidade de terras devolutas ainda no início do século XX levou os governadores do Espírito Santo a adotarem inúmeras medidas facilitando a aquisição de pequenas propriedades à população nacional. Assim, visando estimular o desenvolvimento econômico e o povoamento do território, algumas medidas foram adotadas, como a redução dos preços da terra, simplificação dos processos de compra, regularização das posses de famílias fixadas no estado há um determinado número de anos, com área máxima de 60 ha, desde que localizadas em regiões com grande

disponibilidade de terras devolutas⁶. Essa medida abriu caminhos para promover a ocupação da zona pioneira localizada ao norte do rio Doce, constituída nesse período, em sua maioria ainda, por terras incultas.

No que se refere à redução do preço da terra como uma forma de tornar a propriedade privada da terra acessível ao pequeno agricultor, é bem verdade que a grande disponibilidade de terras devolutas, ocupadas pela vegetação primitiva, na fronteira agrícola ao norte do rio Doce, por si só já eram suficientes para conferir reduzido valor a essas terras. Entre 1910 e 1912 o preço médio da terra praticado no Espírito Santo variava entre 10\$ e 25\$ réis o hectare, enquanto em São Paulo em 1913 consistia em média, 124\$ o hectare (SALETTTO, 1996a).

Os resultados desse processo de ocupação territorial podem ser percebidos parcialmente através da estrutura fundiária pouco concentrada, conforme a tabela 2, onde, em 1940, as pequenas propriedades, com área inferior a 100 ha correspondiam a 91% do número de estabelecimentos agropecuários, bem como representavam 61% da área agrícola do Estado. As propriedades com área superior a 500 ha, representavam menos de 10% da área dos estabelecimentos agropecuários. Portanto, essa estrutura fundiária revela o predomínio da pequena propriedade no Espírito Santo, ao contrário do processo de ocupação da maioria dos estados brasileiros, onde impera o predomínio do latifúndio.

Mesmo na zona pioneira no norte capixaba, onde a partir da década de 1970 se constituiu a estrutura fundiária mais concentrada do Estado, Becker afirma que na ocupação dessa região que não há “nada que se assemelhe a um “mar de café” a perder de vista. Pelo Contrário, é reduzido o tamanho dos cafezais, restringidos que são pela topografia irregular e pequena dimensão da propriedade” (1973b, p. 47).

⁶ Essa medida foi instituída durante o governo de Florentino Avidos (1920-1928) e as famílias beneficiadas pagavam apenas as despesas empreendidas com a medição dos lotes de terra.

TABELA 2
ESPÍRITO SANTO – ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM 1940

Classes de área	Nº de propriedades	%	Área ocupada	%
de 5	1.478	3,53	4.789	0,24
de 5 a 10	3.859	9,21	30.814	1,57
de 11 a 20	7.323	17,47	104.286	5,30
de 21 a 50	17.554	41,88	538.586	27,39
de 51 a 100	8.103	19,33	525.883	26,74
de 101 a 200	2.553	6,09	331.917	16,88
de 201 a 500	828	1,98	237.377	12,07
de 501 a 1000	156	0,37	106.043	5,39
de 1001 a 2500	60	0,14	86.822	4,42
Total	41.914	100	1.966.517	100

Fonte: Recenseamento do Brasil – 1940 (apud SALETTO, 1996, p. 44)

Adaptação: BERGAMIM, M.C., 2003.

Devido às características apresentadas pela estrutura fundiária e produtiva da agricultura estadual, que consistiam no predomínio da pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos, a dimensão das propriedades estava relacionada com capacidade de produzir que uma família possuía (CAMPOS JR, 1996). Assim, a produção, que tinha o café como único produto de valor comercial, era pequena, de subsistência, pouco capitalizada propiciando, dessa forma, apenas a reprodução simples da unidade produtiva. Nessas condições, a agricultura permitia um processo de acumulação capitalista bastante incipiente.

Assim, o pequeno potencial de acumulação capitalista propiciado pela agricultura, tanto das pequenas quanto das grandes propriedades, associado ao precário sistema comercial capixaba, não permitiram que fossem realizadas obras de infra-estrutura como a construção de estradas e nem a dinamização da produção de café, conforme ocorrera em São Paulo. Conseqüentemente isso interferiu de forma negativa no processo de desenvolvimento econômico do Espírito Santo.

Essa estrutura produtiva fundada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos consolidada com a introdução do imigrante europeu e a abolição da escravidão proporcionou a ocupação do Espírito Santo no sentido do sul para o norte, e reproduziu-se de forma predominante até a década de 1960, quando encerrou a zona pioneira para o café.

1.3 Crise na estrutura produtiva e a erradicação do café no Espírito Santo

Considerada as condições gerais em que se organizou a formação sócio-espacial do Espírito Santo, o estado sempre ocupou uma posição periférica no âmbito da região Sudeste. Impossibilitado de acompanhar o desenvolvimento alcançado pelos estados dessa região, também não contou com os incentivos destinados à região Nordeste, embora suas estatísticas registrassem indicadores socioeconômicos inferiores a vários estados nordestinos. Ainda, a forma como se estruturou sua principal atividade econômica, ou seja, a cafeicultura, resultou ao mesmo tempo em baixos índices de qualidade e produtividade, conforme já abordado. No entanto, a importância dessa cultura é marcada por uma “contradição entre o papel fundamental do café no Espírito Santo e o papel marginal do café espírito-santense no plano nacional” (BECKER, 1973a, p. 112). Apesar de configurar-se como a principal atividade econômica, até então desenvolvida no estado, a cultura cafeeira além de ocupar uma posição inexpressiva na produção do país, sempre foi comercializada com um dos menores preços no mercado nacional.

Diferentemente do Espírito Santo, a cafeicultura paulista, segundo Monbeig (1984), desde o século XIX, caracterizava-se pela incorporação de tecnologias de acordo com os padrões da época. Algumas dessas tecnologias consistiam no aperfeiçoamento das máquinas utilizadas no processo de secagem, despulpamento e classificação do café, agregando maior valor ao produto. De modo geral, esses recursos técnicos não estiveram presentes no processo produtivo da cafeicultura capixaba até a segunda metade do século XX.

No entanto, índices de crescimento positivos e superiores à média das principais regiões cafeeiras do país, caracterizam a trajetória da produção de café no Espírito Santo. Segundo Almada (1993), em análise que remete ao recorte temporal estabelecido entre 1881 e 1960, até mesmo nos períodos de crise as exportações de café apresentaram taxas de crescimento positivas, excetuando-se apenas os períodos compreendidos entre 1905 a 1914 e 1935 a 1945, quando alcançaram índices negativos.

A estrutura produtiva capixaba sempre apresentou reduzido potencial de acumulação capitalista. Mesmo assim, reproduziu-se de forma predominante por mais de um século, vindo a dar sinais de falência no contexto do fechamento da zona pioneira estadual. A dinâmica dessa forma de organização da produção não foi capaz de acumular excedentes suficientes para incorporar progresso técnico, de forma que quando os solos davam sinais de esgotamento, os agricultores em vez de recorrerem a técnicas adequadas de utilização e recuperação dos solos, deslocavam-se para novas áreas ocupadas por terras virgens e reproduziam o mesmo processo agrícola, até o esgotamento dos solos. Esta estrutura produtiva encontra seus limites de reprodução no fechamento da zona pioneira, quando se reduz substancialmente a disponibilidade de terras, e entra em decadência.

Buffon (1992) admite que os sinais de falência da estrutura produtiva começam a ser evidenciados desde os anos 1950, quando o saldo migratório estadual torna-se negativo em decorrência de quase metade do crescimento vegetativo ter saído do estado, representando nada mais que a “expressão de uma economia agrária estagnada e destituída de maiores perspectivas” (BUFFON, 1992, p. 262).

Um outro sinal da crise pode ser atribuído à redução da utilização da parceria, considerada também uma relação de trabalho familiar. Como o manejo do café necessita de bastante mão-de-obra, a parceria foi amplamente utilizada na agricultura, chegando a representar em 1940, 50% das relações de trabalho empregadas no espaço rural capixaba. No entanto, duas décadas após a época mencionada, ou seja, no período que antecede a deflagração da crise, o emprego da parceria foi reduzido à metade. A parceria somada ao trabalho familiar representava em 1940, 97 % da mão-de-obra agrícola, sendo reduzida para 80% em 1960. Percebe-se aí o início de um processo de desagregação de umas das principais bases de sustentação da estrutura produtiva vigente: o trabalho familiar.

No entanto, após um período de crescente elevação nos preços do café a partir do pós Segunda Guerra, cujo preço médio da saca de 60 kg aumentou de US\$16,18 em 1945 para US\$ 86,83 em 1954, inicia-se em 1955 mais uma queda nos preços do produto, decorrente da superprodução (ROCHA; MORANDI, 1991). A gravidade dessa crise levou à criação do Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura –

GERCA, o qual estabeleceu, entre outras medidas, a política nacional de erradicação dos cafeeiros antieconômicos, a diversificação das atividades a serem desenvolvidas nas áreas liberadas pela erradicação e até mesmo a renovação de parte dos cafeeiros antieconômicos, para melhorar a qualidade e a produtividade. Realizada em duas etapas, iniciadas, respectivamente em 1962 e 1966, a erradicação atingiu um número de cafeeiros bem superior ao valor estabelecido, de forma que o Espírito Santo erradicou duas vezes mais a cota que lhe fora definida. Isso se explica pelo fato da cafeicultura capixaba apresentar-se tão antieconômica que o valor das indenizações pagas pelos cafeeiros erradicados era superior ao rendimento obtido com a produção do café, estimulando dessa forma a ampla adesão dos agricultores ao programa de erradicação. Proporcionalmente, o Espírito Santo foi o Estado que apresentou o maior número de cafeeiros erradicados e conseqüentemente foi o mais atingido. Segundo Rocha; Morandi (1991) 53,8% dos cafeeiros capixabas foram erradicados, enquanto este índice para os estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo foi da ordem, respectivamente de 33,0%, 28,4% e 26,0%.

Deflagra-se, então, uma grave crise econômica no Espírito Santo, uma vez que a economia capixaba dependia exclusivamente da monocultura cafeeira, a qual destacava-se pela sua posição hegemônica, por ser a atividade mais importante desenvolvida em território capixaba. Em 1960, em plena crise da cafeicultura, os trabalhadores do setor agrícola representavam 68,1% da população economicamente ativa e desse percentual 80% ainda encontravam-se empregados na cafeicultura (ROCHA; MORANDI, 1991). Mas, a erradicação não pode ser apontada como a responsável pela crise, mas sim como um fator agravante dessa realidade. A crise reside no caráter antieconômico da estrutura produtiva da agricultura, pois “fosse a cafeicultura capixaba, produtiva, competitiva e lucrativa no contexto nacional a erradicação não teria alcançado proporções tão marcantes como as verificadas no Espírito Santo” (BUFFON, 1992, p. 195).

A conseqüência mais perversa da erradicação é de ordem social. Segundo Rocha; Morandi (1991), o desemprego agrícola gerado pela erradicação atingiu de forma direta, aproximadamente 60 mil pessoas, que em grande parte migraram para as cidades. O resultado do êxodo rural fica evidente nos indicadores demográficos, os

quais apontam entre as décadas de 1960 e 1970 um crescimento da ordem de 95% para população urbana e de apenas 10% para a rural. Em termos proporcionais, o campo perdeu um quarto de sua população.

As áreas liberadas pela erradicação foram ocupadas sobretudo pela pecuária em detrimento de outras culturas, contrariando um dos objetivos estabelecidos pelo GERCA, que consistia na diversificação das atividades agrícolas. A falta de êxito alcançada pelo programa, de um lado, provocou a redução da utilização de mão-de-obra agrícola, uma vez que a pecuária é uma atividade econômica cujo manejo se realiza com um número reduzido de trabalhadores em oposição às características da cafeicultura, e de outro lado, desencadeou um processo progressivo de concentração fundiária. O índice de Gini da concentração da terra para o estado indica uma elevação de 0,524 pra 0,580 no período compreendido entre 1960 e 1970.

A maior tendência à concentração foi verificada justamente na região central, onde além da terra ser menos concentrada foi aí que a agricultura familiar consolidou-se primeiramente. Isso significa que a crise na estrutura produtiva desestruturou em primeira instância a reprodução da agricultura familiar, forma social predominante na estrutura fundiária do Espírito Santo, que sempre figurou como o estado brasileiro cujo índice de concentração da terra é um dos menores.

Dependente da monocultura cafeeira, por configurar-se como a principal atividade econômica desenvolvida no Espírito Santo, quando da ocorrência das outras crises nos preços internacionais do café, não houve um processo de diversificação da agricultura que culminasse na substituição desse produto por uma outra atividade agrícola. Somente no âmbito da política de erradicação do café é que as áreas liberadas por esta cultura foram substituídas sobretudo pela pecuária, mas não se chegou a efetivar um movimento de diversificação das atividades agrícolas.

Iniciaram-se transformações na estrutura produtiva do Espírito Santo, processadas no âmbito das relações de trabalho, no progresso técnico e na estrutura fundiária. É que na década de 1970, mesmo que de forma tardia, inicia-se o processo de modernização da agricultura capixaba, que será analisado no capítulo que se segue.

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E EVOLUÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NA AGRICULTURA CAPIXABA

Nesse capítulo busca-se compreender como se processou a modernização da agropecuária no Brasil e no Espírito Santo, bem como suas implicações para a reprodução da agricultura familiar. Dessa forma analisa-se o papel do Estado, agente categórico na produção do espaço, através da implementação de políticas agrícolas voltadas para a modernização.

Considerado no Espírito Santo como um processo violento, a modernização introduziu, em ritmo acelerado e intenso, modernos insumos e tecnologias em uma estrutura produtiva totalmente estagnada. Ao mesmo tempo em que essas transformações reduziram a subordinação da agricultura à dinâmica da natureza com ganhos produtivos, intensificou a concentração da propriedade da terra e a expropriação dos agricultores familiares, segmento social presente de forma expressiva no processo de ocupação do território capixaba.

Embora apresente uma das melhores distribuições da propriedade da terra, dois aspectos são relevantes no espaço agrário capixaba. O primeiro consiste na manifestação de uma tendência progressiva de concentração fundiária, desencadeada pela expansão de algumas atividades agropecuárias tradicionalmente relacionadas à grandes propriedades. No entanto, num primeiro momento, essa concentração atingiu diretamente os pequenos estabelecimentos, reduzindo-os de forma substancial e, num segundo momento, atingiu os médios e grandes, de forma que não se constitui em uma ameaça à reprodução dos agricultores familiares, os quais estão em processo de expansão.

O segundo aspecto refere-se ao peso da agricultura familiar no Espírito Santo. O número de estabelecimentos agropecuários considerados familiares e o emprego da mão-de-obra familiar apresentam indicadores inferiores à média nacional. O estado com a segunda melhor distribuição da propriedade da terra é menos familiar do que a maioria das unidades da federação do país.

2.1 Modernização da agricultura no Brasil: trajetória e políticas agrícolas

No processo de desenvolvimento do capitalismo, num determinado momento histórico, o capital unificou a agricultura à indústria (cidade e campo) e em outro as separou para posteriormente reunificá-las. Esse movimento do capital de unificação-separação-reunificação agricultura-indústria, no Brasil, manifesta-se espacialmente da seguinte forma: no âmbito da dinâmica dos complexos rurais, campo e cidade estavam unificados, uma vez que a manufatura encontrava-se internalizada nas próprias unidades produtivas rurais. No pós-guerra, o processo de industrialização e urbanização transferem a manufatura para a cidade, de forma que o campo e a indústria são separados, mas essa separação é revertida e agricultura e indústria se reúnem em decorrência do processo de industrialização da agricultura. Portanto, é no bojo do movimento do capital que a modernização da agricultura brasileira deve ser entendida.

Considerada como um processo amplo, no qual ocorreram transformações na base técnica e nas relações de produção, decorrentes da utilização de máquinas e insumos modernos no campo, a modernização da agricultura brasileira iniciou-se a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse período, ocorreu uma elevação no consumo dos insumos e máquinas agrícolas, os quais ainda eram importados.

Desse movimento do capital, no qual se processou a modernização da agricultura brasileira, a reunificação da agricultura à indústria representa o momento da modernização em que ocorre a industrialização deste setor da economia. Iniciada no pós-1960, a industrialização da agricultura consiste no “momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 32) da agricultura. Em outras palavras, significa a “introdução do modo industrial de produzir no campo” (OLIVEIRA, 2002, p. 77).

Assim, as transformações na base técnica da agricultura brasileira, referentes à elevação dos indicadores de utilização de tratores e fertilizantes químicos (NPK), iniciam-se a partir dos anos 1950, quando começam a surgir no país as indústrias de

base. Até então, a modernização da agricultura dependia da capacidade de importação de insumos. Mas efetivamente, o processo de modernização da agricultura brasileira, no sentido de industrialização da agricultura, consolida-se somente a partir de 1965, sob a égide do modelo de intervenção planejada (BUAINAIN, 1997). Nesse contexto, o consumo intermediário (matérias primas e insumos produtivos para a agricultura) eleva-se expressivamente, propiciado pela internalização do departamento produtor de bens de produção (D1) para a agricultura. Assim, a agricultura passa a depender menos da importação de bens de produção, uma vez que enquanto no período compreendido entre 1950 e 1960 todos os tratores utilizados na agricultura foram importados, em 1970 a produção nacional foi responsável por 99% do número de tratores fabricados no país (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Acrescente-se a esse quadro, que apesar da internalização mencionada, a “fabricação de tratores e também colheitadeiras passou a ser controlada em maior parte pelo capital estrangeiro, subsidiado também pelo Estado, principalmente pós-década de 1970” (TEDESCO, 2001, p. 112-113).

A industrialização da agricultura torna-a menos dependente da dinâmica da natureza e cada vez mais integrada e subordinada à indústria, através do consumo de bens de capital e insumos industriais. Algumas condições naturais são alteradas ou fabricadas pela indústria, como a chuva e a fertilidade dos solos, que respectivamente são reproduzidas pela indústria através da fabricação de sistemas de irrigação e fertilizantes químicos; a utilização de sementes e mudas melhoradas geneticamente permitiu a redução do tempo de produção de algumas culturas, de forma que a duração do ciclo produtivo, do plantio à colheita, passou a se processar em um tempo menor. Acrescente-se ao quadro que “a industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações do Homem com a Natureza mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 4).

As transformações promovidas pela industrialização da agricultura se processaram com base em um elevado custo social: a proletarianização do trabalhador rural, destituído da posse da terra. A partir de 1960, o emprego da mão-de-obra assalariada na agricultura elevou-se em detrimento do trabalho familiar. No entanto, ressaltamos que esta ainda é a principal relação de trabalho utilizada no campo, uma vez que de acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96, os

membros não remunerados da família, os quais podem ser considerados como trabalho familiar, representam 77,50% da mão-de-obra empregada na agricultura brasileira.

Por sua vez, a partir da internalização do departamento produtor de bens de capital, durante o processo de industrialização da agricultura, são constituídos os complexos agroindustriais - CAIs na década de 1970. Os complexos significam a integração entre: agricultura, agroindústria (a jusante) e indústria produtora de bens de capital e insumos para a agricultura (a montante). Mesmo que seja inegável a importância do processo de industrialização da agricultura para a constituição dos CAIs, estes não se restringem apenas à integração agricultura-indústria, mas também ao “aprofundamento das relações interindustriais [...] (e de) outras formas de integração e conglomeração sob o comando do grande capital” (DELGADO, 1985, p. 34).

Frente a esse processo emerge um novo padrão produtivo na agricultura, cujos contornos foram delineados sobretudo pela forte intervenção do Estado no planejamento e no estabelecimento de políticas agrícolas para o país. Esse período remete ao recorte temporal que vai de meados da década de 1960 ao final dos anos 1970, quando foram criados instrumentos das políticas mencionadas, como o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR e a Política de Garantia de Preços Mínimos – PPGM, além de investimentos expressivos em pesquisas agrônomicas e extensão rural.

O desenvolvimento da indústria produtora de máquinas e insumos para a agricultura e o fortalecimento da agroindústria, os quais representam parte do processo de industrialização da agricultura e constituição dos CAIs, consolidaram-se amparados pela política creditícia institucional, sobretudo a partir de 1965, quando foi instituído o SNCR. Até então as políticas de financiamento eram organizadas por institutos específicos de cada produto, como por exemplo o Instituto Brasileiro de Café. Já a política do SNCR, considerando suas particularidades, abarca os produtos agrícolas de forma geral (DELGADO, 1985). Os recursos do SNCR eram provenientes de uma porcentagem dos depósitos à vista dos bancos, canalizados de forma compulsória, para promover a modernização da agricultura. Os financiamentos eram concedidos com longos prazos para pagamento e taxas subsidiadas de juros, de forma que o SNCR “foi, sem dúvida, o principal instrumento do capitalismo brasileiro na execução da “modernização conservadora” do campo” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 96).

Os aspectos vantajosos da política creditícia do SNCR não seriam trágicos se a distribuição desses créditos não tivesse se caracterizado pela concentração espacial, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, nas propriedades com área superior a 200 ha e nas culturas de soja, café e cana-de-açúcar (RIBEIRO, 1988). Os maiores beneficiados pelo aparato creditício encontram-se representados pelo Centro-Sul do país, culturas agroindustrializáveis ou dirigidas ao mercado externo e grandes propriedades, em detrimento das culturas alimentares, pequenas propriedades e regiões menos desenvolvidas do país, cujos benefícios foram bastante restritos. Os excluídos do projeto modernizante passam a ocupar um lugar periférico na agricultura brasileira, constituindo-se em categoria social vulnerável de trabalhadores temporários à disposição das demandas de trabalho do grande capital.

Diante da situação descrita, depreende-se que o processo de modernização ocorreu de forma parcial, pois não atingiu a totalidade do território nacional, as principais culturas agrícolas, todos os seguimentos segmentos sociais do campo e nem todas as etapas do processo produtivo. Sobre esse último aspecto, em determinadas culturas, algumas etapas do processo produtivo não são mecanizadas devido ao valor da mão-de-obra ser tão barato que a colheita manual acaba tornando-se mais vantajosa.

Esse quadro associado ao fato da modernização ter modificado a base técnica prioritariamente da grande propriedade, mantendo a estrutura fundiária extremamente concentrada, são os principais elementos que justificam a designação da modernização da agricultura brasileira como um processo conservador. Com essas características a modernização resolveu apenas a questão agrícola agravando ainda mais a questão agrária.

Um outro aspecto que chama atenção é a articulação dos interesses das elites rurais e urbanas/industriais em torno de um projeto modernizante. Ao mesmo tempo em que a agricultura se modernizava, já estava em curso o processo de urbanização e industrialização do país. Esta estimulou o fluxo migratório de trabalhadores do campo para a cidade, atraídos pela oferta de empregos urbanos, acarretando, conseqüentemente, em aumento da demanda de alimentos pelas cidades. Como a lógica de reprodução do capital objetiva auferir lucro máximo/extraordinário, os salários

dos trabalhadores só podem ser baixos, e para que tal lógica se concretize os custos da reprodução do trabalhador têm que ser reduzidos. Nesse caso, o item alimentação, que consome boa parte dos salários desses segmentos sociais também, tem que ser reduzido. Acrescente-se a esse quadro que parte considerável da produção de alimentos sempre esteve concentrada nas pequenas propriedades, justamente as que não foram incluídas nas políticas oficiais de modernização.

Destaca-se, ainda, o papel da Revolução Verde, como um instrumento dinamizador da modernização conservadora. A difusão de um pacote tecnológico, baseado em inovações biológicas no campo do melhoramento genético de sementes agrícolas, associado ao uso intensivo de agroquímicos e de modernas e eficientes técnicas, possibilitou o aumento da produção e da produtividade agrícola, convertendo-se assim, em um mecanismo de propaganda para o programa da revolução verde, o qual omitia por traz do objetivo humanitário de acabar com a fome mundial aumentando a produção de alimentos, interesses econômicos e políticos relacionados à transnacionalização do capital. “A “Revolução Verde” serviu de carro-chefe para ampliar no mundo a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas etc.” (BRUM, 1987, p. 49).

A adoção desse pacote tecnológico, enquanto um conjunto articulado de inovações tecnológicas, emergiu como um modelo hegemônico mas não se difundiu de forma equitativa por todo o campo brasileiro. A modernização da agricultura traduz-se em um processo parcial, pois a incorporação de progresso técnico está relacionada com a localização regional, dimensão física dos estabelecimentos agropecuários e tipo de cultura agrícola. Além disso, o aumento da produtividade agrícola, apontado como forma de solucionar a problemática social do campo, não foi suficiente para resolver a questão agrária brasileira. A forma como a questão agrícola foi conduzida, ou seja, no sentido de aumentar a produtividade, agravou ainda mais a questão agrária. O aumento do êxodo rural, da concentração da terra e dos conflitos sociais no campo, manifestam como uma das faces da lógica modernizante estabelecida.

Sob a lógica de reprodução do capital, a aplicação das inovações biológicas não se processa isoladamente, mas associada e articuladas às inovações químicas (insumos) e mecânicas (máquinas e implementos). O êxito da utilização de uma

inovação depende da articulação às outras, de forma que sementes melhoradas geneticamente necessitam de fertilizantes e defensivos químicos, bem como de máquinas modernas para tornarem-se produtivas. A combinação das inovações tecnológicas não é um fator aleatório, muito pelo contrário: “a orientação das pesquisas biológicas se faz sempre no sentido de intensificar o efeito das inovações químicas e/ou mecânicas, geralmente monopólio de grandes empresas multinacionais” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p.36). Nesse sentido, a adoção desse pacote tecnológico traduz-se numa relação de dependência dos agricultores em relação às indústrias multinacionais de máquinas, implementos e insumos agrícolas. Para a agricultura produzir e inserir-se no mercado de forma concorrencial e produtiva, subordina-se às amarras das inovações tecnológicas impostas pelas multinacionais do setor agrícola.

A difusão dessas inovações biológicas na agropecuária brasileira encontrou amplo aparato Estatal, o qual viabilizou o desenvolvimento da pesquisa agropecuária e da extensão rural, em conformidade com o pacote tecnológico da revolução verde. O Estado, na década de 1970, criou a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER. “Enquanto a EMBRAPA tratava de desenvolver e adaptar as tecnologias agronômicas já disponíveis nos países desenvolvidos às condições brasileiras, a EMBRATER e empresas coligadas aceleravam o processo de difusão das novas tecnologias” (BUAINAIN, 1997, p.16).

Almejando promover a implantação do pacote tecnológico, a condução das pesquisas e da extensão rural pelo Estado estava fortemente associada “a programas de desenvolvimento da indústria de máquinas e insumos agropecuários e da indústria processadora em geral” (BUAINAIN, 1997, p.16). Nesse momento, ao mesmo tempo em que os CAI’s são constituídos, agricultura e indústria se reunificam pelo movimento do capital. Há que se considerar também a estratégia modernizante voltada para a grande propriedade em detrimento dos diferentes segmentos sociais existentes no espaço agrário, constituídos em sua maioria por agricultores familiares não inseridos no processo de modernização, expressando-se como mais um mecanismo de reprodução da excludente modernização conservadora, sob a égide do capital.

Na transição da década de 1970/80, o modelo de intervenção planejada entrou em decadência, no bojo da grave crise econômica a que o país foi acometido, delineando mudanças na condução das políticas modernizantes, as quais passam a

caracterizar-se muito mais por intervenções em respostas a problemas de conjuntura, a eclosão de crises localizadas ou mais gerais, a pressões econômicas, políticas e sociais provocadas pela política econômica do governo, por problemas exógenos ou ainda pela não ação do governo. São em geral ações de curto prazo, não necessariamente consistentes entre si e raramente consistentes em qualquer cenário de longo prazo. A questão é sobreviver hoje e o futuro é amanhã (BAUNAIN, 1997, p. 6).

Os reflexos das transformações no planejamento do país atingiram de imediato o principal instrumento da política agrícola, ou seja, o crédito rural subsidiado, cujo volume não só diminuiu significativamente como as taxas de juros também foram sendo reajustadas até tornarem-se positivas, embora ainda fossem inferiores aos valores praticados no mercado. A política creditícia passou a ser mais seletiva e direcionada para alguns complexos agro-industriais, como o do trigo, sucro-alcooleiro, soja, laranja, entre outros.

Durante a década de 1980, apenas nos anos 1985 e 1986, os recursos aplicados pelo SNCR apresentaram valores positivos, cujas taxas de crescimento consistem, respectivamente, em 42,60% e 49,12% (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2001). A expansão dos créditos nesses anos se insere na política agrícola da Nova República, a qual diagnosticou que a acentuada recessão econômica dos anos anteriores havia descapitalizado os agricultores. No ano de 1986, em especial, a política creditícia foi favorecida pelo Programa de Estabilização Econômica (Plano Cruzado), que em sua fase inicial conseguiu obter o controle da inflação através do tabelamento dos preços e da desindexação da economia. No entanto, o fracasso do Programa, inerente à sua própria concepção, culminou na retomada do crescimento da inflação de forma que os juros dos financiamentos tornaram-se exorbitantes, resultando no aumento do endividamento do setor agrícola, bem como na falência, sobretudo dos pequenos agricultores (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Marcados pela variação no desempenho produtivo das safras agrícolas, alternando períodos de queda (decorrentes sobretudo de adversidades climáticas a que

o país foi acometido no início do período mencionado) com períodos de super-safras, os anos 1980 também caracterizam-se pelo crescimento vertical da produção agropecuária. Apesar da redução no ritmo de crescimento da área cultivada, a produção aumentou em relação à década anterior e, pela primeira vez, o principal fator para justificar a elevação da produção não esteve relacionado à expansão da área cultivada, mas devido ao crescimento da produtividade da terra, constituindo-se em um aspecto novo na agropecuária brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 1998). A alteração no padrão de crescimento horizontal para o vertical torna-se mais significativa quando se considera que o aumento da produtividade agrícola, contraditoriamente, ocorreu justamente num período de declínio dos créditos destinados à agropecuária. Nesse sentido, admitimos que o quadro mencionado é um indicador da consolidação do processo de modernização tecnológica da agricultura.

Nesse contexto, a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, começa a ganhar importância, como medida compensatória para amenizar as consequências negativas relacionadas à redução do volume do crédito rural e às alterações na forma de pagamento do mesmo. A PGPM, enquanto instrumento de política agrícola, assumiu na década de 1980 posição similar a do crédito rural na década de 1970.

O principal instrumento de política agrícola, a PGPM, funciona como um mecanismo de estabilização dos preços dos produtos agrícolas atuante em dois sentidos: ao mesmo tempo em que o governo assegura ao produtor um preço mínimo para sua produção, também assegura ao consumidor que os preços não se elevarão de forma acentuada. Para manter esse equilíbrio, quando os preços praticados no mercado são inferiores ao preço mínimo anunciado pela PGPM, o governo adquire a produção pelo valor mínimo estabelecido. Dependendo do comportamento da agricultura e do mercado, esse instrumento pode tornar-se bastante oneroso para o Estado. E foi justamente isso que ocorreu. De acordo com Buainain (1997), o Plano Cruzado ampliou o volume do crédito rural, conforme já mencionado, favorecendo o aumento da produção agrícola, mas como o mercado não foi capaz de absorvê-la, a responsabilidade pela compra da safra recaiu sobre o governo, que enfrentou dificuldade para sustentar a PGPM, evidenciando os limites da manutenção de política.

Diante das dificuldades de sustentação financeira, a partir desse período “a política de garantia de preços mínimos perdeu sua credibilidade e hoje, embora ainda vigente, é muito mais um jogo de faz de conta entre governo e produtores, pois ambos sabem muito bem que o governo não tem condições de garantir os preços” (BUAINAIN, 1997, p. 11).

Já os anos 1990 podem ser considerados como o momento da transição, no tocante à intervenção do Estado no setor agrícola. As diretrizes das políticas agrícolas implementadas sob a égide da forte intervenção do Estado nas décadas anteriores perderam esse caráter para um novo modelo, no qual o papel do Estado foi substancialmente reduzido. O principal traço das políticas agrícolas introduzidas na década de 1990 reside no processo de abertura da economia, a qual passa a ser regulamentada pelo mercado. Segundo Buainain (1997), a forma como a liberalização da economia foi conduzida no Brasil esteve permeada por equívocos, pois se apenas o mercado fosse suficiente para assegurar o desenvolvimento da agricultura, as políticas agrícolas não seriam tão subsidiadas nos países de tradição liberal, como nos EUA e Europa.

A política liberal ganha expressividade no governo Fernando Collor (1990-1992), o qual, por intermédio das medidas estabelecidas pela sua “nova política agrícola”, implementou de fato apenas algumas alterações, concernentes às regras do crédito rural e da PGPM, que passou a ser regionalizada. Com relação ao comportamento do volume do crédito rural, houve uma queda substancial em 1990, com uma tendência de crescimento bastante sutil nos dois anos subsequentes. Como em 1991 o país passou por uma crise de escassez de alimentos resultante das quedas nas safras de 1990 e 1991, o governo retomou a PGPM, agora unificada, e expandiu o crédito rural. A principal justificativa para essas mudanças encontrava-se na necessidade de combater a inflação no país. Soma-se a esse quadro o desmonte dos principais instrumentos de política agrícola verificados nesse período, através da fusão de alguns órgãos e da extinção de outros, como o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, o Instituto Brasileiro do Café- IBC e da Empresa Brasileira de Extensão Rural – EMBRATER, entre outros (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Em meio a mais uma década marcada pela redução drástica no volume do crédito rural, destacamos a reorientação deste primordial instrumento de política agrícola a partir de 1995, cuja oferta vem concentrando-se cada vez mais nos pequenos estabelecimentos agropecuários (HELFAND; REZENDE, 2001). Apesar disso, os mesmos autores também afirmam que o crescimento da produtividade de alimentos, como o milho e o feijão, tradicionalmente cultivado nos pequenos estabelecimentos, vem aumentando em ritmo maior nos grandes estabelecimentos que nos pequenos. Mesmo assim, 61% da produção de feijão e 34% da de milho foram cultivados nos estabelecimentos com área inferior a 50 ha em 1995/96.

O direcionamento do crédito rural para os pequenos estabelecimentos e a criação de um programa específico para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, simbolizam um movimento totalmente distinto da orientação das políticas agrícolas implementadas até então. Os incentivos creditícios traduzem como um instrumento fundamental para tornar agricultor familiar uma categoria social inserida no espaço agrário.

Além disso, há que se considerar as especificidades da agricultura em relação à sua subordinação à dinâmica da natureza. A incorporação de progresso técnico acelerou o tempo de crescimento e a maturação das espécies, encurtando o ciclo produtivo da agricultura, de forma que algumas condições naturais podem ser fabricadas pela indústria, mas as etapas do ciclo produtivo nascer-crescer-frutificar, não podem ser reproduzidas ao mesmo tempo, pois na natureza esse ciclo se processa seqüencialmente. Além disso, algumas culturas têm tempos específicos de plantio e colheita, o que acentua ainda mais a sazonalidade da agricultura.

Em resumo, as especificidades mencionadas revelam que o tempo de não trabalho na agricultura é maior que na indústria e a velocidade de rotação do capital na agricultura é mais lento que na indústria, onde, por exemplo, várias etapas do processo produtivo ocorrem simultaneamente. Essas especificidades da agricultura traduzem-se em um fator primordial para justificar a necessidade da implementação de políticas agrícolas subsidiadas para esse setor da economia, pois a necessidade de capital de giro na agricultura é proporcionalmente mais elevada que na indústria. No contexto das transformações na agricultura brasileira, sobretudo relacionadas à redução dos créditos

subsidiados, é contestável por um lado até que ponto o setor agropecuário consegue se reproduzir de forma competitiva, e do outro, a capacidade do Estado para continuar subsidiando a agricultura, conforme o padrão da década de 1970.

2.2 O desenvolvimento agrícola do Espírito Santo e a “modernização violenta”

Até a década de 1960, a utilização de recursos técnicos apresentava-se bastante incipiente na agropecuária capixaba. Menos de 1% dos estabelecimentos possuíam tratores e apenas 5,3% utilizavam algum tipo de fertilizante (químico ou orgânico), enquanto a média nacional era 13,2% (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Embora esses indicadores isoladamente não sejam suficientes para se fazer uma análise mais apurada da incorporação de progresso técnico pela agricultura, servem como parâmetro para compreender, naquele período, o reduzido grau de modernização, tanto do estado quanto do país.

No âmbito da modernização tecnológica, a crise experimentada pela cafeicultura capixaba na década de 1960, culminando com a política de erradicação do café, indicava que a forma como estava organizada a produção na agricultura, não se sustentava mais do ponto de vista econômico. Formas predatórias de cultivo, quase inexistência de recursos técnicos e dependência exclusiva da monocultura cafeeira, associada à baixa qualidade e produtividade do café, comprometeram a reprodução da principal atividade econômica desenvolvida até então no Espírito Santo.

Na década subsequente a essa crise, ou seja, em 1970, inicia-se o processo de modernização da agropecuária capixaba, o qual, além de manifestar as características conservadoras do processo de modernização nacional, foi cunhado por Souza Filho (1990), como a “modernização violenta”. A explicação para a utilização de tal expressão encontra-se na rapidez e na intensidade em que se processaram as transformações socioeconômicas no campo, após um período de acentuada estagnação econômica, de forma que

não houve uma transição da antiga para a nova estrutura produtiva, mas a destruição da base produtiva pretérita. É nisto que reside a particularidade da modernização agrícola do Espírito Santo, justificando seu estudo como um caso “*sui generis*” entre todos os estados brasileiros. A modernização atrasou-se inicialmente, para, em um momento posterior ser mais rápida e intensa (SOUZA FILHO, 1990, p. 4-5).

A base pretérita correspondia à estrutura produtiva fundada no trabalho familiar, na pequena propriedade, na ausência de recursos técnicos e na monocultura do café como único produto de valor comercial. Segundo Souza Filho (1990), essa estrutura produtiva foi destruída mas não foi substituída de imediato por um novo e moderno padrão de desenvolvimento agrícola, resultando em um “hiato temporal” entre a erradicação, concluída em 1967, e a modernização da agricultura, cujo processo intensificou-se somente a partir da segunda metade da década de 1970.

A “destruição da base pretérita” implicou na desestruturação da agricultura familiar, desenvolvida até então de forma predominante no espaço rural capixaba. A substituição da cafeicultura pela pecuária provocou o esvaziamento do campo e a migração da população rural em direção às áreas urbana, sem que nelas houvessem atividades econômicas suficientes para absorver a mão-de-obra liberada pela agricultura. Nesse contexto o êxodo rural, uma das expressões da crise, antecedeu o processo de modernização da agricultura, de forma que entre 1960 e 1970, proporcionalmente, a população rural sofreu redução de aproximadamente 20%.

Da deflagração da crise na estrutura produtiva até a efetivação da modernização, ou seja, por mais de uma década, o desenvolvimento da agricultura capixaba foi marcado pela ausência de um novo padrão produtivo, o qual emergiu com intensidade, somente a partir de 1975, quando realmente se efetivou o processo de modernização da agricultura no estado.

No entanto, considerando o contexto em que ocorreu a modernização da agricultura brasileira, marcado pela acentuada intervenção do estado no planejamento do país, o estabelecimento e a implementação das políticas agrícolas foi permeado pelo amplo aparato creditício Estatal. Essas políticas manifestaram-se no Espírito Santo através de programas específicos, voltados preponderantemente para culturas agroindustrializáveis e exportáveis, como o café, a cana-de-açúcar, o eucalipto, entre

outras, resultando em transformações socioespaciais no campo, ainda não experimentadas pelo estado.

Por sua vez, quando da ocorrência da crise na estrutura produtiva, na década de 1960, a dinâmica econômica era mediada pelo capital local e de pequeno porte, haja vista as características gerais em que se processou a formação socioespacial estadual. A partir da época mencionada, as diretrizes econômicas passam a ser comandadas em sua maioria, pelo grande capital, de origem nacional ou estrangeira e privada ou estatal, permitindo dessa forma, que Espírito Santo se integrasse definitivamente à dinâmica econômica nacional (ROCHA; MORANDI, 1991).

O grande capital imprimiu transformações na economia capixaba, delineando uma nova dinâmica produtiva, cujos reflexos no espaço rural manifestam-se por intermédio do processo de modernização da agricultura. Embora tenha se deslançado somente na década de 1970, a modernização contou com a concessão de incentivos creditícios do SNCR, desde os anos 1960, os quais inicialmente foram destinados aos programas de recuperação econômica das áreas atingidas pela erradicação do café. Ressalta-se que essas transformações se processaram sob a égide da forte política de intervenção do Estado no planejamento do país, experimentada a partir dos anos 1960.

Considerada como principal atividade econômica desenvolvida durante grande parte da história do Espírito Santo, a cafeicultura caracterizou-se por manifestar indicadores de crescimento positivos na maior parte da sua trajetória. Entre as décadas de 1940 e 1960, estimulada pela ascensão dos preços do produto, a cafeicultura desenvolveu-se em ritmo bastante acelerado (tabela 3), de forma que a produção e o número de cafeeiros cresceram a taxas de 10% e 3,7% o ano, respectivamente. No entanto, na década subsequente, a expansão da cafeicultura encontrou seus limites na própria superprodução e na redução substancial dos preços do produto no mercado internacional⁷. Como a demanda do mercado não absorveu a produção e nem o governo conseguiu sustentar a compra da produção excedente, a erradicação insurgiu como alternativa à crise de superprodução. A erradicação atingiu tão intensamente o

⁷ O crescimento extraordinário da produção de cafeeira não se restringiu apenas ao Espírito Santo, cuja produção de café representava pouco mais de 10% do volume nacional (ROCHA e MORANDI, 1991), mas também às demais Unidades da Federação produtoras de café.

Espírito Santo, que o número de cafeeiros plantados em 1970 e 1975 passou a ser menor que em 1940.

Como alternativa para as regiões atingidas pela política de erradicação, o governo federal tentou implementar o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras. O principal objetivo do programa consistia na diversificação da agricultura, de forma que a área liberada pela erradicação fosse destinada principalmente à produção de alimentos. Mas como a essas culturas, consideradas “tradicionais e de pobres” atribui-se reduzido valor econômico, o programa não obteve êxito, por não se tornar atrativo para os agricultores. Dessa forma, os cafezais erradicados foram substituídos pela pecuária, pois a área ocupada por esta atividade e o efetivo de bovinos elevaram-se extraordinariamente entre 1960 e 1970 (tabela 3).

TABELA 3
ESPÍRITO SANTO: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ E PECUÁRIA BOVINA
(1940 - 1995/96)

Anos	Café			Pecuária	
	Nº de cafeeiros	Produção (T)	Área (ha)	Efetivo de Bovinos	Área (ha)
1940	257.272.755	80.669	-	287557	-
1950	359.238.801	230.210	242.926	464463	-
1960	447.645.103	243.425	328.255	653890	842.656
1970	234.845.114	174.496	190.596	1386809	1.929.975
1975	247.165.671	108.484	187.122	2104159	2.130.563
1980	447.114.159	283.733	275.496	1844025	1.978.794
1985	645.214.793	478.722	443.030	1759823	1.879.617
1995	640.064.000	665.728	437.143	1788748	1.821.069

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

(-) Dados inexistentes

Quando os preços do café voltaram a elevar-se no mercado internacional, a partir de 1975, novamente a cafeicultura retomou sua expansão em ritmo bastante acelerado. Só que agora com uma particularidade, a “expansão do café trouxe consigo uma relativa modernização da cultura e deu-se sobretudo com a espécie *conillon*, em detrimento da *arábica* (ROCHA, 1998, p. 57). O café *conillon* além de ser uma espécie mais resistente, adequada para as regiões mais quentes, como o norte do estado, apresenta maior produtividade, configurando-se dessa forma, como fatores atrativos para difusão da espécie.

Na década seguinte à erradicação, a agricultura capixaba começou a incorporar o progresso técnico, pois foi a partir desse momento que se iniciou o seu processo de modernização. A cafeicultura passou a utilizar técnicas mais modernas, possibilitada também pela política de créditos do governo federal. Como a política creditícia privilegiou as culturas agroindustrializáveis e destinadas ao mercado externo, nas quais se insere o café, este além de obter concessões de incentivos creditícios contou com o desenvolvimento de políticas específicas para renovação e revigoração da cultura.

Dois planos para incentivar o desenvolvimento da cafeicultura foram implantados pelo governo federal no decorrer da década de 1970. O primeiro, Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, não obteve êxito devido aos baixos preços do produto ainda praticados no mercado internacional, desestimulando a retomada do cultivo. Mas, o segundo, Plano Trienal de Renovação e Revigoração de Cafezais, obteve ampla aceitação dos agricultores, pois sua implementação ocorreu no contexto de recuperação dos preços do café, de forma que o plantio de novos cafeeiros foi retomado. O principal objetivo desses planos consistia na distribuição de créditos subsidiados para agricultura. Conseqüentemente, houve aumento substancial na produção de café.

A implementação do plano trienal em 1973 concedeu créditos subsidiados para promover a modernização das técnicas de cultivo do café. Não só a grande produção capitalista mas a pequena produção familiar também passou a utilizar insumos e modernas técnicas, tanto no cultivo como no beneficiamento do café. O resultado traduz-se no aumento da produção, pois o estado que em 1975 era responsável por 5% da produção nacional, passou a representar 13% em 1980 (SOUZA FILHO, 1990). Ressalta-se, que como o café é uma cultura agrícola destinada ao mercado externo, obteve incentivos creditícios do SNCR, em conformidade com os mecanismos conservadores da modernização da agricultura brasileira. No entanto, especialmente, a maior parte da produção de café sempre esteve concentrada em pequenos estabelecimentos, os quais, naquele momento, estiveram parcialmente incluídos na modernização conservadora, através da cultura cafeeira.

Tradicionalmente cultivada em pequenos estabelecimentos, essa tendência da cafeicultura manifesta-se até o presente no Espírito Santo, pois de acordo com o último

Censo Agropecuário do IBGE, em 1995 82% da produção de café se realizava nos estratos de área inferiores a 50 ha. Além disso, a cafeicultura é uma atividade estreitamente relacionada com a agricultura familiar, pois segundo De Muner e Teixeira (2003), em 1998, aproximadamente 50% da mão-de-obra empregada nessa cultura baseava-se no sistema de parceria.

Em que pese o comportamento da pecuária bovina e da cafeicultura, no período que vai dos anos 1960 até 1985, a expansão dessas atividades deu-se em detrimento uma da outra. Observa-se, ao mesmo tempo, que uma se expande a outra retrai. Até os anos 1975, a pecuária registrou taxas positivas de crescimento decorrente de um conjunto de fatores, dos quais três destacam-se pela relevância. O primeiro está relacionado com a ocorrência de solos inaptos ao cultivo do café no extremo norte, onde após o desmatamento desenvolvia-se a pecuária. Devido a essa peculiaridade, a partir dos anos 1970, o norte passou a ser a principal região criadora de bovinos do estado. O segundo fator atribui-se à erradicação, pois a pecuária emergiu como a principal atividade desenvolvida nas áreas liberadas pela cafeicultura. O terceiro e último reside na elevação da população urbana, o que aumentou a demanda de produtos de origem pecuária.

Incentivada pelo Estado, até a segunda metade da década de 1970, a pecuária recebeu a maior parte do volume dos créditos destinados à agricultura do Espírito Santo. Essa atividade contou com a aplicação de recursos do Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, de forma que a área ocupada por pastagens apresentou um crescimento de 152,8% entre 1960 e 1975, e a erradicação do café foi um dos principais fatores que propiciou esse crescimento, pois 70% da área liberada pela erradicação foi ocupada por pastagens (ROCHA, 1998). Entretanto, a partir triênio 1979/81 houve uma inversão na aplicação do crédito rural e a agricultura passou a obter 74,6% do valor, de acordo com a tabela 4. Um dos fatores que contribuiu para essa mudança, foi a crise da pecuária bovina decorrente da queda nos preços da carne, ocorrida na segunda metade da década de 1970.

TABELA 4
ESPÍRITO SANTO: DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL,
SEGUNDO A FINALIDADE (1969/1985)

Crédito rural	69-70-71	74-75-76	79-80-81	83-84-85
Agricultura	47,4	41,7	74,6	88,9
Pecuária	52,6	58,3	25,4	11,1

Fonte: CONCREDE/MA E BANCO CENTRAL apud SOUZA FILHO (1990, p. 95).

Ao contrário da cafeicultura, a pecuária é uma atividade agrícola, considerando a forma extensiva em que é manejada, que necessita de pouca mão-de-obra. Assim, a substituição da cafeicultura pela pecuária contribuiu para intensificar um processo que já estava em curso na economia capixaba desde os anos 1950, o êxodo rural. Desde aquele momento, ou seja, antes mesmo da erradicação e da modernização da agricultura, a participação da população rural no total estadual começou a apresentar taxas negativas de crescimento. Embora na época mencionada a cafeicultura estivesse em fase de expansão, a redução relativa da população rural naquele contexto deixa evidente os primeiros sinais de esgotamento da reprodução da estrutura produtiva então vigente na agricultura.

No âmbito das políticas modernizantes, as culturas alimentares tiveram tratamento bastante diferenciado da pecuária e da cafeicultura. Enquanto estas foram amplamente beneficiadas por políticas agrícolas específicas, as culturas alimentares estiveram à margem do processo de modernização, reafirmando apenas o seu aspecto excludente. A única exceção encontra-se no caso do arroz, o qual por intermédio da implementação de um programa específico, o Programa Nacional de Recuperação de Várzeas Irrigáveis – PROVÁRZEAS, recebeu incentivos creditícios para financiar a rizicultura.

Implantado no Espírito Santo na década de 1980, o PROVÁRZEAS recebeu recursos financeiros do banco alemão Kreditanstalt fuer Wiederaufban - KFW, vindo a configurar-se como o único estado brasileiro beneficiado com recursos estrangeiros para o programa (SOUZA FILHO, 1990). Como resultado, a produção de arroz quase dobrou, pois entre 1980 e 1985 cresceu 94%. No entanto, a extinção do programa levou a uma queda substancial na produção de arroz, a qual foi reduzida em 75% entre 1985 e 1995.

Por sua vez, deflagrada a crise econômica nacional na década de 1980, a política creditícia do SNCR sofreu drástica redução no volume dos créditos rurais. O volume destinado ao Espírito Santo também foi reduzido, mas a participação do estado no total do crédito rural nacional, apesar de bastante incipiente, foi ampliada de 1,2% no triênio 1979-1981 para 1,7% no triênio 1983-1985 (SOUZA FILHO, 1990). Isso significa que o Espírito Santo foi menos atingido em relação ao restante do país.

Uma das mudanças na política de crédito rural consiste em que esta passou a ser menos abrangente e mais seletiva, direcionada sobretudo para algumas cadeias agroindustriais (LEITE, 2001), as quais receberam amplo apoio financeiro do governo federal. No Espírito Santo, destacaram-se a implantação de dois grandes empreendimentos agroindustriais: Aracruz Celulose em 1978 e Programa Nacional de Álcool - PROALCOOL em 1979.

Desde 1966, normas para a política de incentivos fiscais destinados ao reflorestamento já haviam sido estabelecidas pela Lei 5.106, a qual permitia uma dedução de até 50% do Imposto de Renda em atividades voltadas para o reflorestamento. No Espírito Santo essa atividade, a partir de 1967, desenvolveu-se apoiada nesses incentivos, voltados sobretudo para cultivo do eucalipto iniciado pela Aracruz Florestal S/A e da CVRD (ROCHA; MORANDI, 1991). Percebe-se, nessa manobra política, a ação articulada de dois importantes agentes produtores do espaço: o Estado e os proprietários dos meios de produção. O primeiro como agente do capital viabilizando a reprodução do grande capital, personificado na figura dos proprietários dos meios de produção. O resultado dessa articulação se expressa espacialmente, pois a expansão do reflorestamento imprimiu transformações socioespaciais, como as alterações no meio ambiente, na estrutura fundiária, nas relações de trabalho, entre outras.

Embora até 1970 não tenha havido alterações na área reflorestada, a partir desse período a expansão dessa atividade apresentou índices muito relevantes. Entre 1970 e 1980, a área plantada elevou-se de 25.119 ha para 143.148 ha, representando um crescimento de aproximadamente 500%, em apenas uma década. Ressalta-se, que no caso do Espírito Santo o reflorestamento é uma atividade econômica estreitamente relacionada com o eucalipto, o qual justifica a expansão da área reflorestada.

Dessa forma, o Espírito Santo passou a configurar-se como uma das principais regiões produtoras de eucalipto do país. A rapidez e a intensidade em que a eucaliptocultura se expandiu no Espírito Santo explica-se não somente pela canalização de incentivos fiscais para esta atividade econômica, mas também pelos incentivos creditícios. Entre 1983 e 1985, do volume total nacional dos créditos direcionados para reflorestamento 19,3% foram destinados para o estado (SOUZA FILHO, 1990).

A produção das florestas homogêneas de eucalipto caracteriza-se pela utilização intensiva de modernos insumos e técnicas de cultivo, realizada em grandes propriedades e baseada na mão-de-obra assalariada. Trata-se de uma estrutura produtiva assentada em bases essencialmente capitalistas e portanto, bastante distintas da estrutura produtiva predominante no estado até a década de 1960. Assim, as características apresentadas pelo desenvolvimento da eucaliptocultura ajudam a entender por que a modernização da agricultura capixaba foi denominada violenta.

TABELA 5
ESPIRITO SANTO: EVOLUÇÃO DA ÁREA DE RELORESTAMENTO
E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR (1960 - 1995/1996)

Anos	Cana-de açúcar(T)	Matas Reflorestadas (ha)
1960	369.479	25.296
1970	455.499	25.119
1975	499.643	98.388
1980	727.934	143.148
1985	2.410.644	156.785
1995	1.782.898	172.735

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.
Elaboração: BERGAMIM, M. C.

Ainda sobre o cultivo do eucalipto, a principal consumidora dessa matéria-prima no estado está representada pela Aracruz Celulose, considerada uma das maiores produtoras de celulose do planeta. O aumento da concentração da terra⁸, do êxodo rural e o estabelecimento de relações de produção capitalistas representam algumas das transformações decorrentes da instalação da referida empresa no Espírito Santo,

⁸ O maior estabelecimento agropecuário do Espírito Santo está localizado no município de Aracruz, no qual onde também encontra-se situada a Aracruz Celulose. Esta propriedade representa 52% da área agrícola do município.

pois a mesma, em 1987, era proprietária de mais de 100 mil ha de terra no estado (ROCHA; MORANDI, 1991).

Da mesma forma que o eucalipto, a cana-de-açúcar também se desenvolveu assentada em uma moderna base técnica de produção e na utilização de mão-de-obra assalariada. Como a cana-de-açúcar também é uma cultura agroindustrializável, obteve incentivos creditícios e um programa específico, o PROALCOOL. Para garantir a viabilidade do programa o governo "concedeu crédito subsidiado para implantação e melhoria das destilarias; para ampliação da área plantada de cana, ao mesmo tempo que se comprometeu a adquirir todo o álcool produzido" (VALADÃO, 1999, p. 54). Entre 1972/74 e 1987/88, houve um aumento expressivo da área colhida (156,8%), da produção (357,8%) e da produtividade (78,5%), (ROCHA; MORANDI, 1991) garantido pelo

direcionamento prioritário do crédito agrícola para a produção da cana-de-açúcar, em detrimento da cultura agroalimentar. A cana estimulou muitos produtores a abandonar outras culturas e foi priorizada, por representar uma cultura sem riscos, uma vez que havia demanda para o produto e, portanto, garantia de sua venda (VALADÃO, 1999, p. 55).

Dando prosseguimento ao programa, o PROALCOOL foi implantado no Espírito Santo na década de 1980, quando já se encontrava na sua segunda fase, inserindo dessa forma o estado no setor agroindustrial do ramo sulcro-alcooleiro. Os recursos do programa foram utilizados para a modernização da Usina Paineiras e para a instalação de sete novas usinas alcooleiras. Destas, apenas uma está localizada no sul, anexa à Usina Paineiras, enquanto as outras seis estão concentradas nos municípios do norte estado.

As transformações socioespaciais decorrentes da instalação das alcooleiras no norte capixaba evidenciam a estreita relação entre cultura canavieira com fins agroindustriais e concentração da terra. A maior parte dos municípios que se destaca na produção de cana-de-açúcar são justamente os que apresentam os maiores índices de concentração da terra. A expansão dessa cultura no estado, é um dos fatores potenciais para se compreender a progressiva concentração da terra que vem ocorrendo no território capixaba. Soma-se a esse quadro a concentração progressiva

da produção de cana nos grandes estabelecimentos, sendo que os com área superior a 500 ha, em 1995/96, produziam 77% de toda a cana-de-açúcar cultivada no estado.

No entanto, na constituição dos complexos agroindustriais no Espírito Santo, a integração intersetorial expressou-se da seguinte forma: a) a jusante, as agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar e eucalipto ganharam expressividade a partir da década de 1980, com destaque para a Aracruz Celulose (empresa que ocupa importante posição no cenário nacional pelo volume de celulose produzido); no processamento de alimentos, o café perdeu espaço devido à emergência de outros segmentos como a pecuária bovina (de corte e leiteira), suinocultura, avicultura, etc, estreitamente relacionados com o aumento da demanda decorrente do incremento da população urbana. b) A montante, ou seja, a indústria para agricultura, restringiu-se a alguns segmentos pouco sofisticados, como fabricação de fertilizantes, rações e algumas máquinas secadoras e beneficiadoras de café, pois a indústria de grandes máquinas agrícolas, como colhedoras e tratores, localizou-se nas principais regiões industriais do sul e do sudeste do país (SOUZA FILHO, 1990).

2.3 Os principais indicadores de modernização agrícola do Espírito Santo

Na estrutura produtiva predominante até os anos 1960, a agricultura encontrava-se totalmente subordinada à dinâmica da natureza, uma vez que a incorporação de progresso técnico se fazia quase totalmente ausente. Na década subsequente, reduz-se a dependência dos processos naturais na agricultura e este setor da economia passa a subordinar-se cada vez mais à dinâmica industrial. É quando se inicia a modernização da agropecuária capixaba.

Considerado como um processo tardio, no Espírito Santo a modernização da agricultura iniciou-se uma década após o processo nacional. Além de tardia, foi rápida e intensa, de forma que a partir de 1975, os “indicadores de mecanização cresceram a taxas superiores às verificadas na maioria dos estados brasileiros; excetuando, é claro a região de fronteira agrícola no norte do país” (SOUZA FILHO, 1990, p. 137).

Segundo o mesmo autor, antes de 1960, alguns indicadores de modernização do Espírito Santo, como o uso de fertilizantes, por exemplo, se assemelhavam ao dos estados mais atrasados do país, passando a se assemelhar, a partir de 1980, aos estados mais desenvolvidos.

Apesar da modernização da agricultura capixaba também manifestar, de certa forma, o mesmo aspecto conservador do processo brasileiro, algumas considerações tornam-se necessárias. Em primeiro lugar, face a estrutura fundiária do estado, os estabelecimentos com área inferior a 100 ha foram mais contemplados pela modernização que os seus congêneres em termos nacionais. No Espírito Santo, o percentual de créditos destinados a esses estabelecimentos sempre esteve acima da média da nacional, com destaque para o ano de 1985, quando obtiveram 55% do montante destinado ao estado. Admitimos que a explicação para esse quadro pode estar relacionada com o fato da cafeicultura, principal atividade agropecuária do estado, ser uma cultura agroindustrializável e exportável e, portanto amplamente beneficiada pela modernização, realizar a maior parte da produção no interior dos pequenos estabelecimentos. Isso tudo, de certa forma, permitiu canalizar os incentivos creditícios para esse segmento de agricultores e ao mesmo tempo inseri-los nas políticas modernizantes.

A segunda consideração diz respeito à incorporação de progresso técnico pela agricultura estadual. Nos primeiros anos da modernização, a concentração de tratores nos estabelecimentos inferiores a 100 ha, manifestou-se bem menor que a média do país, indicando que este segmento de agricultores encontrava-se mais excluído que a média dos agricultores brasileiros. No entanto, esse quadro é invertido a partir de 1985, quando estes estabelecimentos não só passam a reunir mais da metade do número de tratores existentes no estado, mas também superam a média nacional. Em 1995, 62% dos tratores estavam concentrados nos estabelecimentos com menos de 100 ha do Espírito Santo, os quais representavam 44% da área e 91% do número de estabelecimentos.

TABELA 6
ESPIRITO SANTO: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRATORES (1960 – 1995/96)

Grupos de Área (ha)	1960	1970	1980	1985	1995
Menos de 10	13	16	116	286	871
10 a 50	72	192	1242	2672	4011
50 a 100	101	229	960	1830	1985
100 a 500	204	417	1876	2736	2879
500 a 1000	62	119	479	576	596
Mais de 1000	56	158	655	979	653
Total	508	1131	5328	9079	10995

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1960, 1970, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

Ainda com relação à utilização de tratores, a incorporação desse progresso técnico pela agricultura capixaba deu-se de forma tão rápida que a relação trator/área explorada foi invertida de forma extrema, tornando-se maior que média nacional a partir de 1985, conforme a tabela 7. Esse quadro ao mesmo tempo em que demonstra o maior avanço da modernização tecnológica no campo também reafirma o caráter violento em que a mesma se processou, no que diz respeito à intensidade e o ritmo das transformações.

TABELA 7
BRASIL E ESPÍRITO SANTO: ÁREA MÉDIA (HA) EXPLORADA POR TRATOR (1970 – 1995/96)

	1970	1975	1980	1985	1995
Espírito Santo	3323	1997	712	422	317
Brasil	1773	1002	669	563	440

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES:1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

Sobre esse último aspecto é importante destacar que o início da modernização da agricultura estadual ocorreu quando o departamento produtor de bens de produção (D1) para a agricultura já havia sido internalizado no país. Dessa forma, a modernização da agricultura capixaba não se processou dependente da capacidade de importar insumos e máquinas agrícolas, pois por exemplo, em 1970, a produção interna de tratores já supria 99% da oferta (GRAZIANO DA SILVA, 2003). Nesse sentido, admitimos que o contexto em que se iniciou a modernização da agricultura no Espírito Santo, contribuiu para intensificar o ritmo da incorporação de progresso técnico.

Ainda sobre a segunda consideração, analisando a utilização de fertilizantes e defensivos na agricultura capixaba, verifica-se que o acesso ao uso desses insumos também apresentou-se mais eqüitativo que em relação ao restante do país, sobretudo no caso dos adubos, cujo emprego ocorreu de forma homogênea entre os estabelecimentos, independente da dimensão física da área. No entanto, os dados não indicam a freqüência e nem a quantidade de uso desse insumo pelos diferentes segmentos de agricultores, distorcendo de certa forma, o real acesso a esse insumo agrícola.

O emprego desses insumos no Espírito Santo, desde a segunda metade da década de 1970, passou a apresentar indicadores acima da média nacional, com destaque para os adubos, cuja utilização desde 1985 apresentava-se quase duas vezes superior aos indicadores do país, conforme tabela 8 e 9.

Acrescente-se a esse quadro, o fato dos pequenos estabelecimentos agropecuários do Espírito Santo terem sido mais beneficiados pelas políticas modernizantes que os seus congêneres em nível nacional (tabelas 8 e 9). A excludência, expressão mais forte da modernização conservadora, manifestou-se com menor intensidade no estado, mas de outro lado, o ritmo acelerado da modernização tecnológica em uma economia estagnada, trouxe em seu bojo implicações sociais indesejáveis. Uma delas consistiu na intensificação do êxodo rural. Esse movimento já vinha ocorrendo com intensidade no Espírito Santo antes mesmo da erradicação e do processo de industrialização, e com a modernização só veio acelerar seu ritmo.

A incorporação de progresso técnico alterou as relações de produção e a própria demanda de mão-de-obra. Seguindo a lógica tradicional da modernização, de um lado, expandiu o emprego do trabalho assalariado e do outro reduziu o trabalho familiar. A moderna base técnica diminuiu o tempo de trabalho e de produção no campo, acarretando no arrefecimento da capacidade de absorção de mão-de-obra pela agricultura. Esse movimento nada mais é que a expressão da intensificação das relações de produção tipicamente capitalistas no campo. A modernização representa um processo de intensificação da subordinação da agricultura ao capital, o qual passa a exercer maior controle sobre o processo produtivo, modificando inclusive as relações de trabalho.

TABELA 8
ESPÍRITO SANTO: ESTABELECIMENTOS COM INDICAÇÃO DE USO DE FERTILIZANTES E DEFENSIVOS (1970 – 1995/96) (%)

Grupos de Área (ha)	1970		1975			1980			1985			1995		
	Adubos	Calcáreo	Adubos	Calcáreo	Defensivos									
Menos de 10	7,97	0,30	16,38	1,32	49,80	45,81	0,64	62,95	52,41	7,62	47,33	68,98	18,11	52,92
10 a 50	10,44	0,44	23,34	3,24	73,24	58,58	11,34	82,26	65,20	12,95	70,76	72,80	26,54	70,84
50 a 100	14,64	1,11	29,25	5,18	86,95	63,95	14,71	91,56	69,90	17,46	84,98	73,55	31,15	85,79
100 a 500	15,33	2,08	28,17	6,14	93,21	60,51	15,32	95,59	68,85	19,48	92,21	70,19	34,46	93,11
500 a 1000	17,45	4,68	27,24	7,62	96,76	55,88	17,10	97,79	65,84	21,95	95,23	65,10	34,90	97,64
Mais de 1000	21,21	9,09	30,60	9,91	97,84	51,54	15,77	100,00	61,60	23,95	98,10	65,35	36,63	98,51
Total	11,22	0,73	23,90	3,68	74,54	57,16	10,35	81,78	63,12	13,04	69,48	71,39	25,04	68,73

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES – 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

TABELA 9
BRASIL: ESTABELECIMENTOS COM INDICAÇÃO UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES E DEFENSIVOS (1970 – 1995/96) (%)

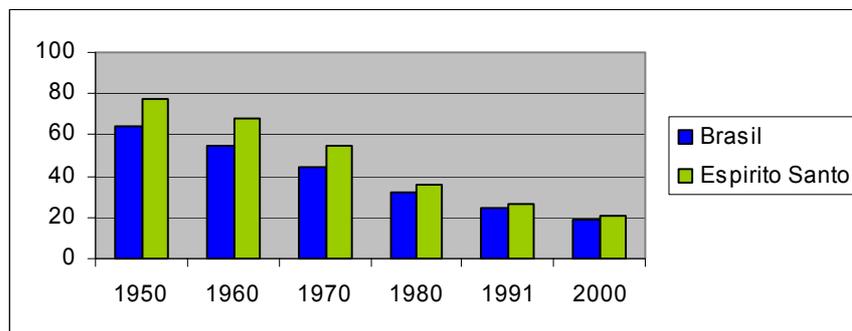
Grupos de Área (ha)	1970		1975			1980			1985			1995		
	Adubo	Calcáreo	Adubo	Calcáreo	Defensivos									
Menos de 10	11,28	0,60	13,91	1,01	34,22	22,62	2,05	45,29	22,43	2,47	39,68	30,80	6,22	49,97
10 a 50	20,99	2,23	32,71	5,65	66,75	44,00	8,14	73,83	44,38	8,98	69,73	49,35	18,07	79,53
50 a 100	18,22	2,40	31,36	6,51	74,03	38,77	9,32	76,10	36,99	9,46	71,17	39,09	15,55	82,49
100 a 500	16,55	2,94	27,69	6,43	73,37	37,07	10,20	78,63	37,49	10,99	77,64	40,64	17,95	89,03
500 a 1000	19,17	5,04	30,25	8,84	84,85	41,30	13,92	87,79	43,56	15,18	90,26	44,57	23,26	95,01
Mais de 1000	17,69	5,26	27,25	8,49	87,52	39,91	14,19	90,06	41,17	15,78	91,79	42,62	24,48	95,76
Total	15,43	1,51	22,33	3,41	51,15	32,17	5,45	60,32	31,63	5,85	54,97	38,42	12,10	66,26

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/BR: 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

Devido às transformações nas relações de trabalho e produção, parcela expressiva dos trabalhadores rurais capixabas não conseguiu trabalho na agricultura, os quais encontraram na migração para as cidades uma alternativa de sobrevivência. Esses trabalhadores expropriados da terra e excluídos pela modernização vieram aumentar as estatísticas do êxodo, cujos indicadores evidenciam que a velocidade desse movimento migratório se processou em ritmo mais intenso no Espírito Santo que no Brasil. Proporcionalmente, no mesmo intervalo de tempo, o estado perdeu mais população rural que o país. Com base na figura 2, percebe-se que modernização e êxodo rural são dois elementos estreitamente relacionados, pois o período mais acentuado da modernização, entre 1970 e 1980, foi justamente o momento em que o êxodo alcançou maior relevância no estado.

FIGURA 2
BRASIL E ESPÍRITO SANTO: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL (1950- 2000)



Fonte: IBGE/Censos Demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000
Elaboração: BERGAMIM, M. C.

A população expulsa do campo pela modernização, entre 1970 e 1980, migrou substancialmente para a região da Grande Vitória, na qual grandes projetos industriais, comandados pelo grande capital (estatal e estrangeiro), foram instalados. Nesse período, em termos proporcionais, a população rural foi reduzida em 35%. Expropriados do campo e atraídos pela industrialização, os ex-trabalhadores rurais ocuparam

as atividades menos especializadas e mais mal pagas nas cidades, principalmente para a construção civil, o comércio ambulante e os serviços domésticos. O setor terciário absorveu 51,5% do total de migrantes, sendo que 35,1% das mulheres migrantes foram transformadas em empregadas domésticas (CASTIGLIONI, apud SOUZA FILHO, 1990, p. 180).

Assistiu-se de modo geral, a um processo de empobrecimento da população expulsa do campo. Ao mesmo tempo em que a modernização excluiu inúmeros agricultores, não houve um planejamento para que as regiões urbanas pudessem absorver esse contingente de trabalhadores expropriados e sem qualificação profissional para trabalhos urbanos. Além de ocupações mal remuneradas, esses migrantes encontraram nas favelas da periferia, ausentes de infra-estrutura básica, o principal local de moradia.

A diversificação das culturas e o aumento da produção e da produtividade agrícola expressam-se como o resultado positivo da modernização. Mas, por outro lado, deteriorou a qualidade de vida de parcela expressiva de pequenos agricultores. Estes, além de não terem sido contemplados pelos benefícios modernizantes, foram expropriados da terra. Assalariar-se, no campo ou na cidade, era a escolha que se colocava para o trabalhador destituído da terra.

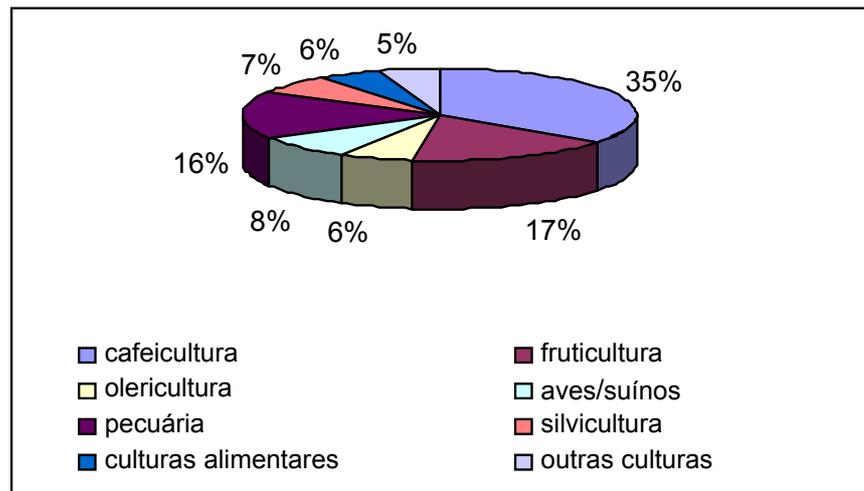
2.4 Panorama recente da agropecuária capixaba

A cafeicultura sempre foi e ainda continua figurando como a principal atividade agropecuária desenvolvida no estado. Nenhuma atividade desse setor conseguiu superar a hegemonia cafeicultura, cuja média do Valor bruto da produção, entre 1998 e 2001, representava 42% da produção agropecuária estadual, conforme figura 3.

Ganhos expressivos de produtividade marcaram os últimos anos da cafeicultura, sendo que entre 1993 e 2002, a produtividade média por ha foi ampliada de 4,43 para 11 sacas, na espécie arábica e de 9 para 21,3 sacas, na espécie robusta, superando as expectativas do Programa de Revitalização da Cafeicultura Capixaba – RECAFÉ, criado em 1993 (DEMUNER; TEIXEIRA, 2003). Apesar dos resultados positivos alcançados, ressaltamos que além dos preços atribuídos ao produto capixaba ainda serem inferiores aos praticados no mercado nacional, a produtividade da cafeicultura capixaba também apresenta indicadores inferiores à média nacional, pois grande parte da produção de café se realiza em estabelecimentos familiares, os quais

são pouco capitalizados, impedindo a incorporação de tecnologia num patamar adequado aos níveis exigidos pela cultura (DEMUNER; TEIXEIRA, 2003).

FIGURA 3
ESPIRITO SANTO: VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA (1998-2001)



Fonte: MASO (2003) – GIA/SEAG
Elaboração: BERGAMIM, M. C.

Uma outra atividade que vem despontando no campo é a fruticultura, ocupando a segunda posição em termos de valor bruto da produção. A expansão do cultivo de frutas no estado abre perspectivas para a diversificação das atividades agropecuárias, uma vez que a demanda pelo consumo de frutas encontra-se em franca expansão, ampliando o mercado dessa cultura.

Introduzida no estado desde os anos 1960, a fruticultura consolidou-se somente na década de 1990, quando foram introduzidas novas culturas e a produção de mamão alcançou o mercado externo (COSTA; SILVA, 1993). O Espírito Santo responde por mais de 80% das exportações de mamão do país, destacando-se como o único estado brasileiro a exportar essa fruta para o mercado americano (JORNAL A GAZETA, 2003). As principais frutas cultivadas no estado são o mamão, coco, banana, laranja e abacaxi.

A expansão da fruticultura foi acompanhada pela instalação de agroindústrias processadoras de frutas, as quais são transformadas em polpa asséptica ou sucos prontos. O norte do estado sediou a instalação de uma grande agroindústria de sucos, a qual além de comprar poupa de outras agroindústrias menores, pode vir a ser a única

compradora de frutas da região, formando dessa forma um mercado monopsônico para essas culturas. Um único comprador para a produção implicará na subordinação dos produtores aos preços formados pela agroindústria.

Com relação à pecuária bovina, atividade tradicionalmente desenvolvida no estado, representa 16% do valor bruto da produção agropecuária capixaba, conforme figura 3. A pecuária leiteira concentrou sua produção na região sul, onde estão instaladas a maioria das agroindústrias processadoras de leite, enquanto a de corte concentrou-se na região norte, na qual se localizam a maioria dos frigoríficos.

Nos anos 1990, o crescimento do efetivo de bovinos foi bastante incipiente, alternando períodos de expansão como outros de retração. A mesma oscilação também foi percebida na produção de leite, a qual segundo Alencar; Lima (2003), manteve entre 1996 e 2000, produtividade média em torno de 1.140 litros/vaca/ano, o que é um indicador muito próximo da média nacional (1.167 litros/vaca/ano).

No entanto, esses indicadores revelam a baixa produtividade dessa atividade no Espírito Santo. Os solos desgastados ou impróprios ao cultivo do café sempre foram ocupados pela pecuária. Além disso o manejo inadequado dos solos associado às irregularidades climáticas, marcadas por longos períodos de estiagem, sobretudo no norte do estado, confere a pecuária reduzidos níveis de produtividade, uma vez que esta é uma atividade desenvolvida de forma extensiva.

Diferentemente da pecuária, a olericultura caracteriza-se por ser uma atividade econômica intensiva, alcançando elevados índices de produtividade por ha. No Espírito Santo a olericultura se desenvolve em pequenos estabelecimentos, assentados em bases familiares de produção, os quais estão concentrados espacialmente na região central do estado, cujo processo de formação socioespacial encontra-se estreitamente relacionado à imigração européia, conforme abordado no capítulo 1. Essa atividade representa 6% do valor bruto da produção agropecuária, permitindo que o estado seja “auto-suficiente na produção da maioria das hortaliças consumidas pela população capixaba, com geração de excedentes exportáveis para estados das regiões sul, sudeste, norte e nordeste do país” (CARMO; FORNAZIER, 2003, p. 6).

O mesmo êxito experimentado pela olericultura na última década, não fez parte da trajetória produtiva da avicultura/suinocultura. Segundo o Plano Estratégico de

Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – PEDEAG (2003), a criação de aves se processou sem planejamento e conhecimento da cadeia produtiva, de forma que o aumento da produção ocorreu descontextualizado da realidade do mercado. Acrescenta-se a esse quadro que os avicultores do estado não se organizaram em cooperativas ou associações para facilitar a obtenção de insumos necessários ao processo produtivo de aves, nem obtiveram incentivos creditícios como outras regiões produtoras e tampouco incorporaram tecnologia num patamar competitivo com as demais regiões produtoras (PEDEAG, 2003).

Como consequência da forma como estava organizada a produção de aves no Espírito Santo, os avicultores perderam espaço para os produtos da região sul do país, os quais entram no estado com preços inferiores aos praticados pelos produtores capixabas. A organização produtiva desses produtores possibilitou o aumento da produtividade de tal forma que mesmo praticando preços menores no mercado, a lucratividade é garantida pela escala de produção (PEDEAG, 2003).

A suinocultura, embora tenha apresentado indicadores de crescimento em alguns anos da década de 1990, também enfrentou a concorrência de embutidos e defumados de outros estados, comercializados a preços inferiores aos da carne *in natura* aqui produzida, (PEDEAG, 2003).

As culturas alimentares (arroz, feijão, milho e mandioca) participam com 6% do valor bruto da produção. Tradicionalmente cultivadas em pequenos estabelecimentos, os quais, de acordo com os censos agropecuários, nas duas últimas décadas vem ampliando a participação na produção dessas culturas.

Por sua vez, embora na última década a produção de cana-de-açúcar venha apresentando indicadores de crescimento acima da média nacional, os níveis de produtividade são inferiores ao de grandes regiões produtoras, como São Paulo e Paraná, decorrentes, em parte, das irregularidades climáticas (ZANOTTI, 2003). O mesmo autor afirma que a produção e o processamento da cana-de-açúcar no Espírito Santo se realizam sem subsídios estatais, ou seja, num contexto bastante diferente de quando foram instaladas as alcooleiras no norte do estado, como parte integrante do PROÁLCOOL.

Atividade desenvolvida nos médios e grandes estabelecimentos agropecuários, o cultivo da cana no estado emprega mão-de-obra nordestina na fase da colheita. O término do período da safra no nordeste coincide com o início do corte da cana no Espírito Santo, de forma que esses trabalhadores volantes migram para o estado em busca de trabalho e passam a residir nos alojamentos das usinas alcooleiras durante a safra. Mesmo que a mão-de-obra nordestina apresente baixo nível de qualificação, a utilização desse trabalhador implica na não contratação do trabalhador capixaba nessa etapa do ciclo produtivo, justamente a que mais demanda mão-de-obra por não ser mecanizada. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o cultivo da cana exclui o trabalhador capixaba reduz o potencial de geração de emprego para a população do estado.

Por fim, considerando as transformações analisadas, verifica-se que praticamente todas as culturas obtiveram indicadores positivos em relação à produtividade. Mas ao mesmo tempo, esses ganhos produtivos, em algumas culturas, revelaram-se inferiores à média nacional. Esse desempenho desvantajoso ainda no presente, representa nada mais que a expressão da posição periférica ocupada pelo Espírito Santo na região sudeste, impedindo-o durante décadas de ter acesso às políticas e incentivos que lhe seriam pertinentes.

2.5 A concentração da terra na estrutura fundiária brasileira

Na análise da formação socioespacial brasileira, verifica-se no bojo do seu processo histórico a implementação de políticas direcionadas prioritariamente à formação do latifúndio. Resguardando as devidas particularidades, desde o período colonial à recente modernização conservadora da agricultura, ou seja, das sesmarias aos incentivos fiscais da década de 1970, o fomento à formação da grande propriedade permeou o processo de ocupação do território brasileiro.

Já a formação da pequena propriedade, em contrapartida, esbarrou-se nos limites impostos à sua constituição pela hegemonia do latifúndio. Para exemplificar, a Lei de Terras aprovada em 1850 trouxe em seu bojo mecanismos para dificultar o

acesso à propriedade da terra a determinados segmentos sociais. Tal legislação, devido à elevada disponibilidade de terras incultas existentes no país, apresentava como um dos objetivos principais, permitir o acesso à propriedade da terra apenas através da compra, como uma estratégia para que os escravos libertos e os imigrantes europeus não se tornassem proprietários. Mesmo com esse mecanismo, surgiram inúmeras pequenas propriedades, mas cujo desenvolvimento se processou “à margem ou à sombra da grande propriedade, como seu apêndice” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 34).

Em resumo, historicamente, o latifúndio encontrou as condições ideais para sua produção e reprodução no espaço rural brasileiro. Só que a concentração da propriedade da terra assume contornos diferenciados da concentração de bens de capital. Enquanto a terra é um bem natural produzido pela natureza, os bens de capital são produzidos através do trabalho humano. Em outras palavras, a terra não é passível de reprodução como os bens de capital. Portanto, no caso da sociedade brasileira, quando um determinado segmento social, constituído por um número reduzido de grandes proprietários fundiários, apropria-se da quase totalidade das terras disponíveis no território nacional, impede que a parcela da sociedade demandante por terra tenha acesso a esse bem natural, pois além deste já se encontrar apropriado privadamente, sua reprodução não é possível.

A concentração da propriedade da terra nas mãos de uma reduzida parcela da sociedade significa que um outro expressivo segmento social, constituído por trabalhadores livres e dissociados da propriedade da terra, estará disponível para vender sua mão-de-obra aos proprietários de terra.

No entanto, a análise da estrutura fundiária espacialmente produzida não deve ser entendida como um fator estático, permitindo apenas a identificação da distribuição da propriedade da terra. Mas, deve remeter à compreensão dos processos determinantes na apropriação privada da terra. O espaço geográfico é uma relação social da mesma forma que a propriedade da terra, pois esta consiste em uma forma de materialização da produção do espaço. A propriedade da terra é considerada a como “uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como

expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação” (MARTINS, 1983, p. 169).

Partindo desse princípio, em uma análise da estrutura fundiária baseada no índice de Gini, este deve constituir-se apenas como um instrumento que subsidiará a compreensão da estrutura fundiária espacialmente produzida, pois por si só, não é suficiente para revelar os processos relacionados à formação de um dado espaço. O índice de Gini demonstra o grau de concentração da posse da terra, mas não revela a distribuição da terra entre os diferentes estratos de área pois é representado por apenas um indicador numérico. No entanto, quando submetido a uma análise na qual são abordados os processos espaciais delineadores de determinada estrutura fundiária, permite compreender as condicionantes daquela configuração espacial.

Em que pese a concentração da terra no país, é importante ressaltar que considerada a sua dimensão territorial, as alterações locais na estrutura fundiária interferem muito pouco no resultado nacional (HOFFMANN, 1998). No período compreendido entre 1970 e 1995/96, excetuando apenas a década de 1970, a estrutura fundiária brasileira apresentou-se estável, com uma pequena tendência concentradora até 1985, quando então, ocorre uma desconcentração fundiária muito sutil. Conforme a tabela 9, o índice de Gini da distribuição da terra revela uma desconcentração da terra no país e na maioria das Unidades da Federação a partir de 1995/96, embora sejam indicadores que demonstram uma estrutura fundiária altamente concentrada. O Brasil ainda figura como um dos países de maior concentração da posse da terra. A maior concentração fundiária ocorreu na década de 1970, justamente no período da modernização conservadora. Entre 1970 e 1980, a área ocupada pelos 50% menores estabelecimentos agropecuários sofreu redução de 3,09% para 2,47%, enquanto a participação dos com área superior a 1000 ha, os quais representavam menos de 1% do número de estabelecimentos, elevou-se de 39,52% para 45,10%.

TABELA 10
DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NO BRASIL: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DE ACORDO COM AS
UNIDADES DA FEDERAÇÃO (1970 – 1995/96)

Anos	1970	1975	1980	1985	1995/96
Brasil	0,844	0,855	0,857	0,858	0,857
Rondônia	0,682	0,623	0,653	0,656	0,766
Acre	0,619	0,632	0,693	0,626	0,723
Amazonas	0,736	0,921	0,871	0,820	0,809
Roraima	0,618	0,887	0,788	0,753	0,815
Pará	0,882	0,868	0,843	0,828	0,815
Amapá	0,871	0,855	0,850	0,865	0,835
Maranhão	0,926	0,927	0,926	0,924	0,904
Piauí	0,892	0,898	0,898	0,897	0,874
Ceará	0,791	0,784	0,780	0,816	0,846
Rio G. Norte	0,853	0,862	0,851	0,854	0,853
Paraíba	0,823	0,845	0,828	0,843	0,835
Pernambuco	0,838	0,829	0,825	0,831	0,822
Alagoas	0,836	0,846	0,847	0,860	0,865
Sergipe	0,854	0,855	0,848	0,860	0,848
Bahia	0,801	0,812	0,826	0,841	0,835
Minas Gerais	0,751	0,756	0,768	0,772	0,773
Espírito Santo	0,604	0,628	0,657	0,673	0,692
Rio de Janeiro	0,783	0,791	0,805	0,816	0,791
São Paulo	0,779	0,775	0,774	0,772	0,760
Paraná	0,702	0,729	0,743	0,752	0,743
Santa Catarina	0,674	0,659	0,680	0,685	0,673
Rio G.Sul	0,756	0,755	0,762	0,764	0,763
Mato Grosso*	0,929	0,927	0,901	0,981	0,854
Goiás	0,738	0,749	0,755	0,756	0,741
Distrito Federal	0,795	0,783	0,755	0,776	0,802

Fonte: IBGE:/Censos Agropecuários:1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 (HOFFMANN, 2000 *apud* CUNHA, 2002, p. 3)

*Os dados referentes ao estado de Mato Grosso foram calculados por CUNHA, 2002.

O intenso movimento de concentração da terra na década de 1970, quando no período que vai de 1972 o 1978 ocorreu um crescimento de aproximadamente 11,7% ao ano na área dos estabelecimentos superiores a 100 mil, foi acompanhado também pela expansão das terras ociosas no país (GRAZIANO DA SILVA, 2003). É muito fácil entender a elevação da ociosidade das terras, quando se considera que a especulação, amparada pelas políticas agrícolas do estado brasileiro, permeou o processo de apropriação privada da terra, sobretudo na época mencionada, no âmbito da intensificação da ocupação da fronteira agrícola no norte do país.

O Estado brasileiro assegurou através do golpe militar de 1964 “que a propriedade da terra, ou seja, a *renda fundiária*, continuaria sendo um dos fundamentos

da acumulação e do modelo capitalista de desenvolvimento no Brasil” (MARTINS, 2000, p.18). Para esses capitalistas a terra não assume a conotação de lugar de trabalho, mas de negócio, justificando o aumento da ociosidade das terras. Empresas urbanas tornaram-se grandes proprietárias de terras através da política oficial de incentivos fiscais, de forma que

até junho de 1977, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investidos 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas enquanto os restantes 5 bilhões eram provenientes dos chamados incentivos fiscais (MARTINS, 1991, p.46).

Nesse sentido, a estrutura fundiária espacialmente constituída é a expressão do papel do estado, em primeira instância, como um agente categórico nos processos de formação socioespacial. Algumas unidades da federação com estrutura fundiária pouco concentrada, como Espírito Santo e Santa Catarina, experimentaram políticas oficiais de colonização voltadas para a constituição da pequena propriedade, enquanto na ocupação do territorial da Amazônia Legal, o mesmo Estado, através da política de incentivos fiscais permitiu a formação de grandes latifúndios, evidenciados na concentração da terra mais acentuada, em grande parte, dos estados da região mencionada.

Percebemos uma variação significativa nos indicadores de concentração da terra das unidades de federação, coexistindo níveis acentuados a pequenos de concentração. O caso do Mato Grosso e do Espírito Santo são exemplos dessa realidade, pois em 1970 apresentavam índices de concentração da terra que variavam de 0,929, o maior e 0,604, o menor. No entanto, o resultado dessas disparidades revela uma estrutura fundiária com acentuada concentração, a qual, mesmo que venha apresentando uma tendência estabilizadora com uma pequena desconcentração na última década, evidencia a real necessidade de uma política de reforma agrária para democratizar o acesso à terra.

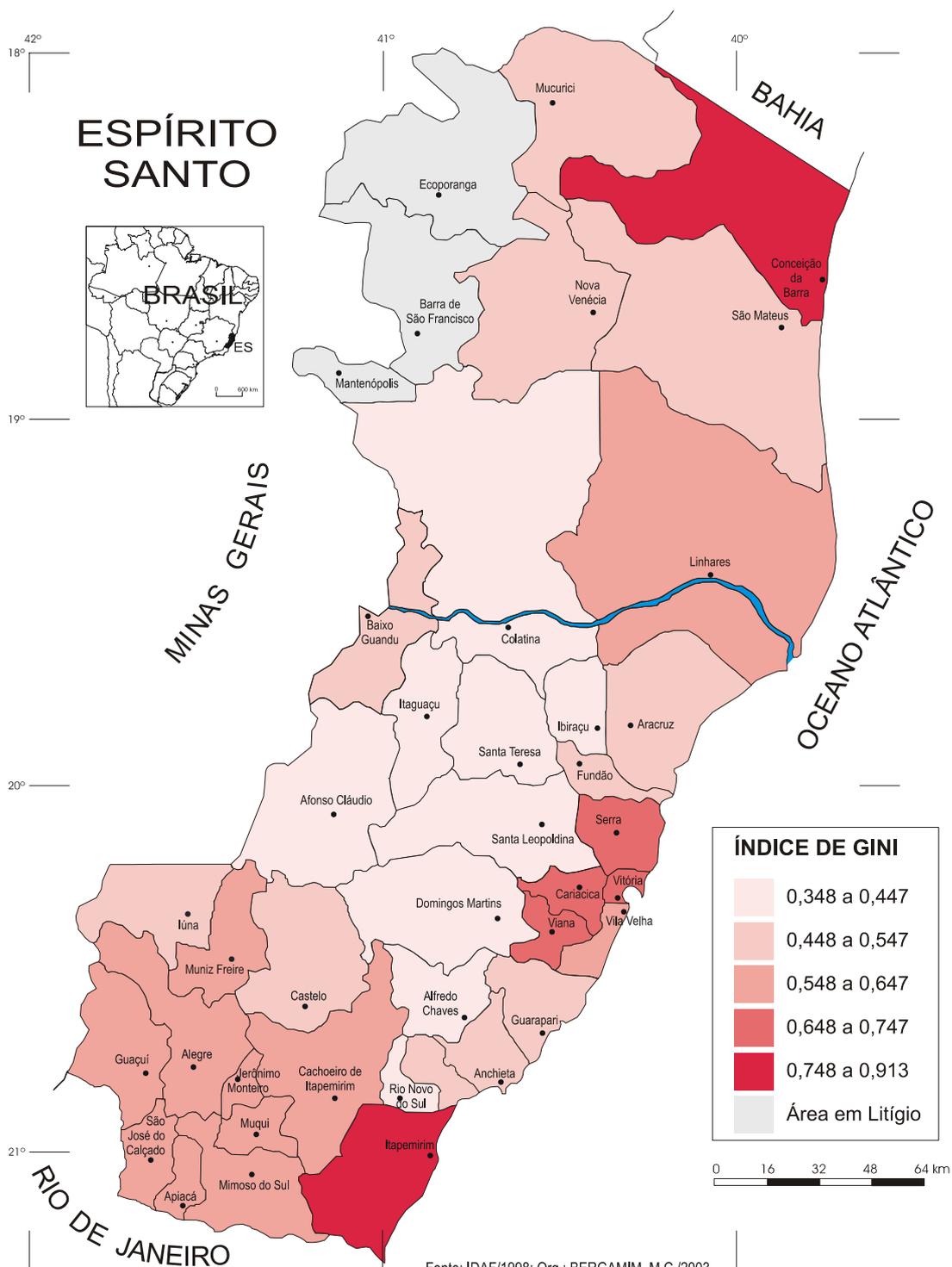
2.6 A estrutura fundiária capixaba e a importância da agricultura familiar

Desde a introdução do imigrante europeu, na segunda metade do século XIX, até a crise na estrutura produtiva, na década de 1960, a agricultura familiar reproduziu-se de forma hegemônica no território capixaba. As conseqüências das políticas oficiais favorecendo o surgimento e a reprodução da pequena propriedade expressam-se especialmente através da estrutura fundiária constituída. Em 1960, quase um século após a chegada do imigrante europeu, o Espírito Santo apresentava a distribuição da terra menos desigual do país (SOUZA FILHO, 1990), de forma que mais da metade (54.70%) do espaço rural do estado estava ocupado por estabelecimentos com área inferior a 100 ha.

No entanto, a crise na estrutura produtiva deflagrada na década de 1960, acentuada pela erradicação do café e, ainda, associada à modernização da agricultura, delineou mudanças expressivas na estrutura fundiária estadual expressas pelo movimento crescente de concentração da posse da terra. Segundo Hoffmann (1998), com base nos dados do INCRA de 1972 a 1992, o Espírito Santo destaca-se como a única Unidade da Federação a apresentar uma tendência progressiva de concentração fundiária. Os dados do IBGE (tabela 9) também indicam a mesma tendência para o estado, embora este não figure exclusivamente com essa posição, pois Minas Gerais e Alagoas manifestam o mesmo movimento concentrador.

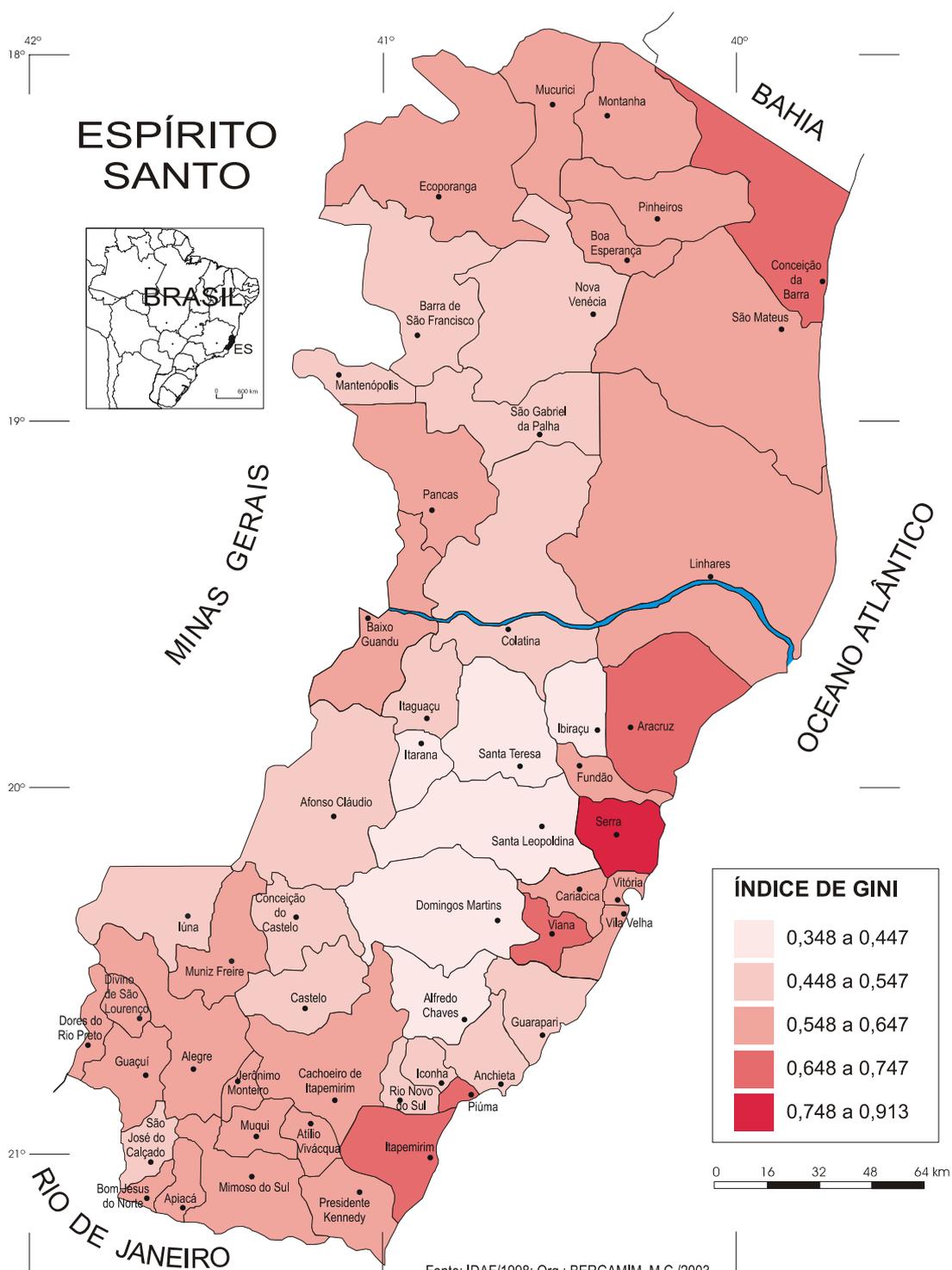
Ao mesmo tempo em que o Espírito Santo revela essa tendência progressiva de concentração fundiária, destaca-se também como uma das Unidades da Federação a apresentar uma das melhores distribuições da posse da terra. Características estas que podem ser verificadas na série histórica de cartogramas representados pelas figuras de número 4 a 9. Elaborados a partir do cálculo do índice de Gini de cada município, baseado nos dados dos Censos Agropecuários do Espírito Santo, realizados entre 1960 e 1995/96, os cartogramas permitiram espacializar a concentração da propriedade da terra e, ao mesmo tempo, auxiliar na compreensão dos processos que vêm desencadeando as transformações na estrutura fundiária do Espírito Santo nas últimas décadas.

FIGURA - 04
ESPÍRITO SANTO: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA - 1960



Fonte: IDAF/1998; Org.: BERGAMIM, M.C./2003

FIGURA - 05
ESPÍRITO SANTO: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA - 1970



Fonte: IDAF/1998; Org.: BERGAMIM, M.C./2003

FIGURA - 06
ESPÍRITO SANTO: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA - 1975

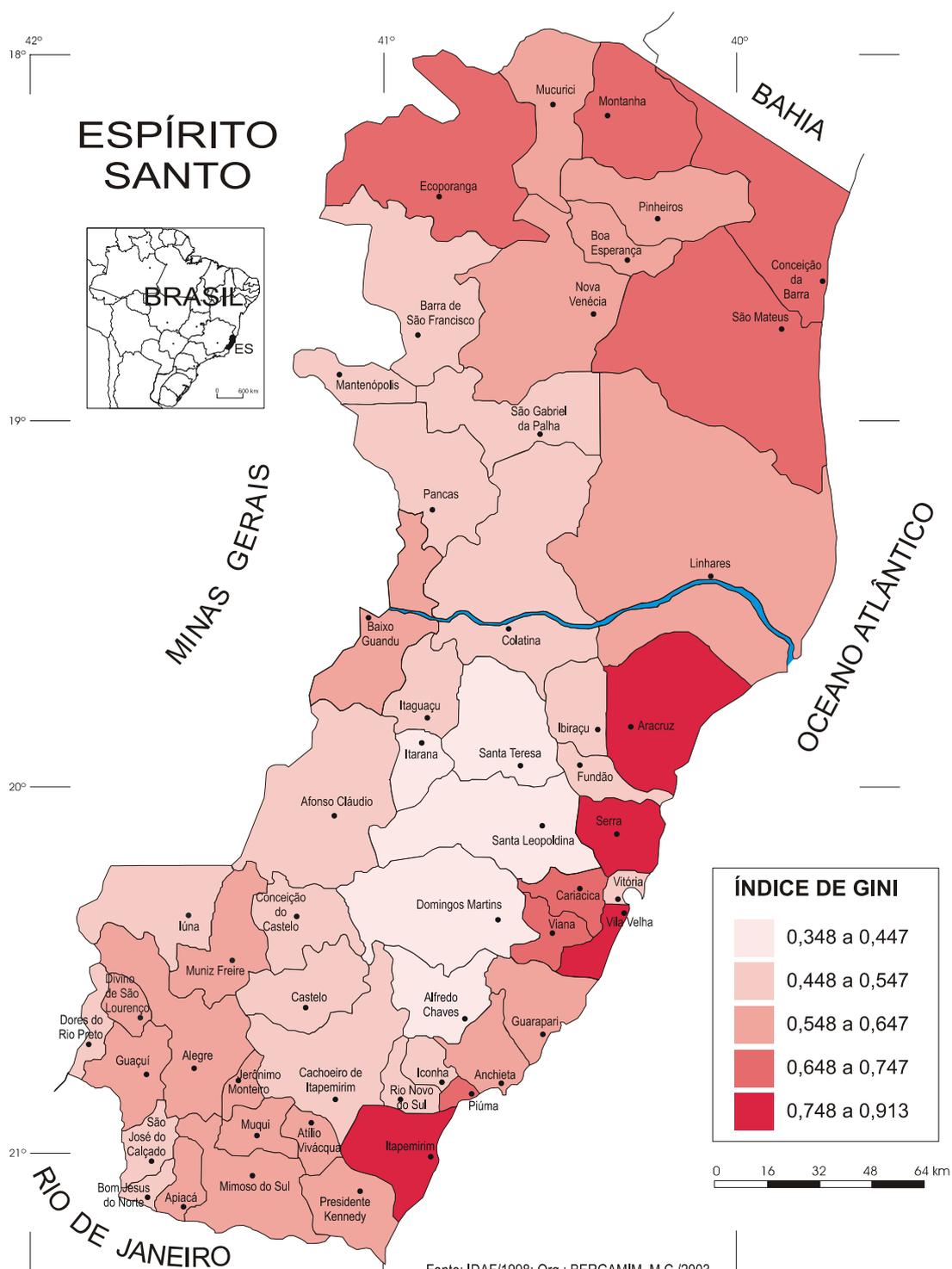


FIGURA - 07
ESPÍRITO SANTO: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA - 1980

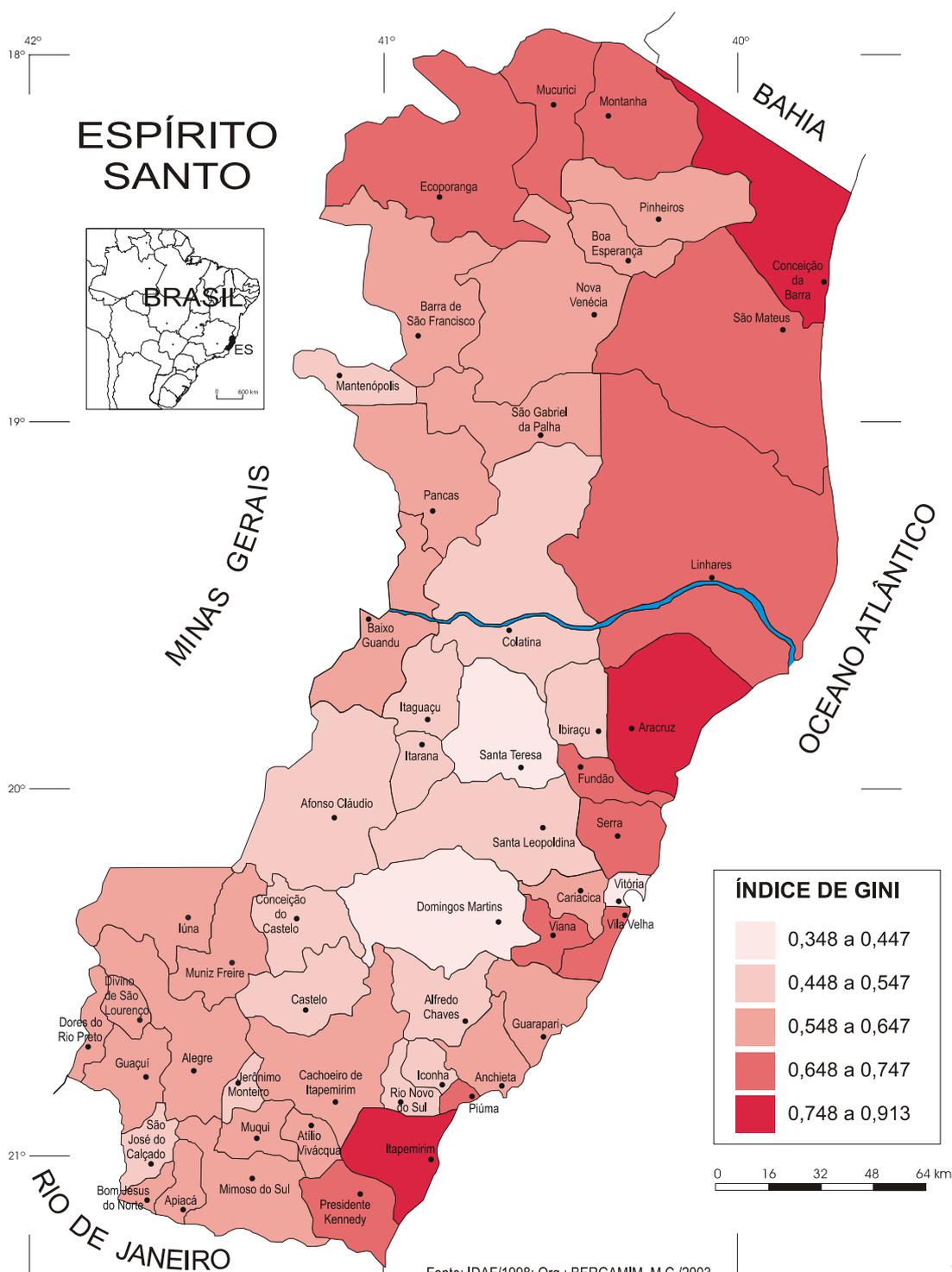
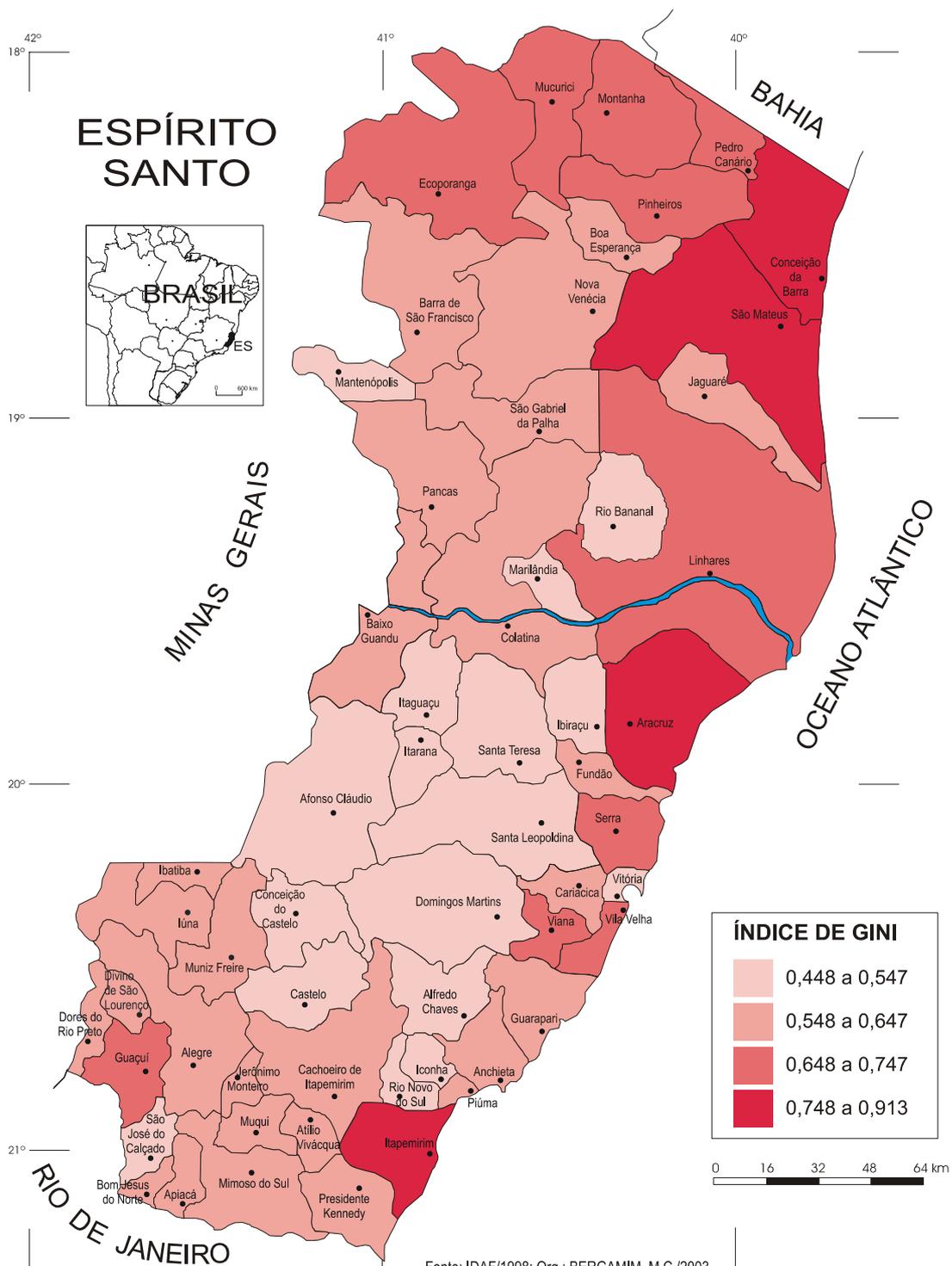


FIGURA - 08
ESPÍRITO SANTO: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA - 1985



Fonte: IDAF/1998; Org.: BERGAMIM, M.C./2003

FIGURA - 09
ESPÍRITO SANTO: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA - 1995

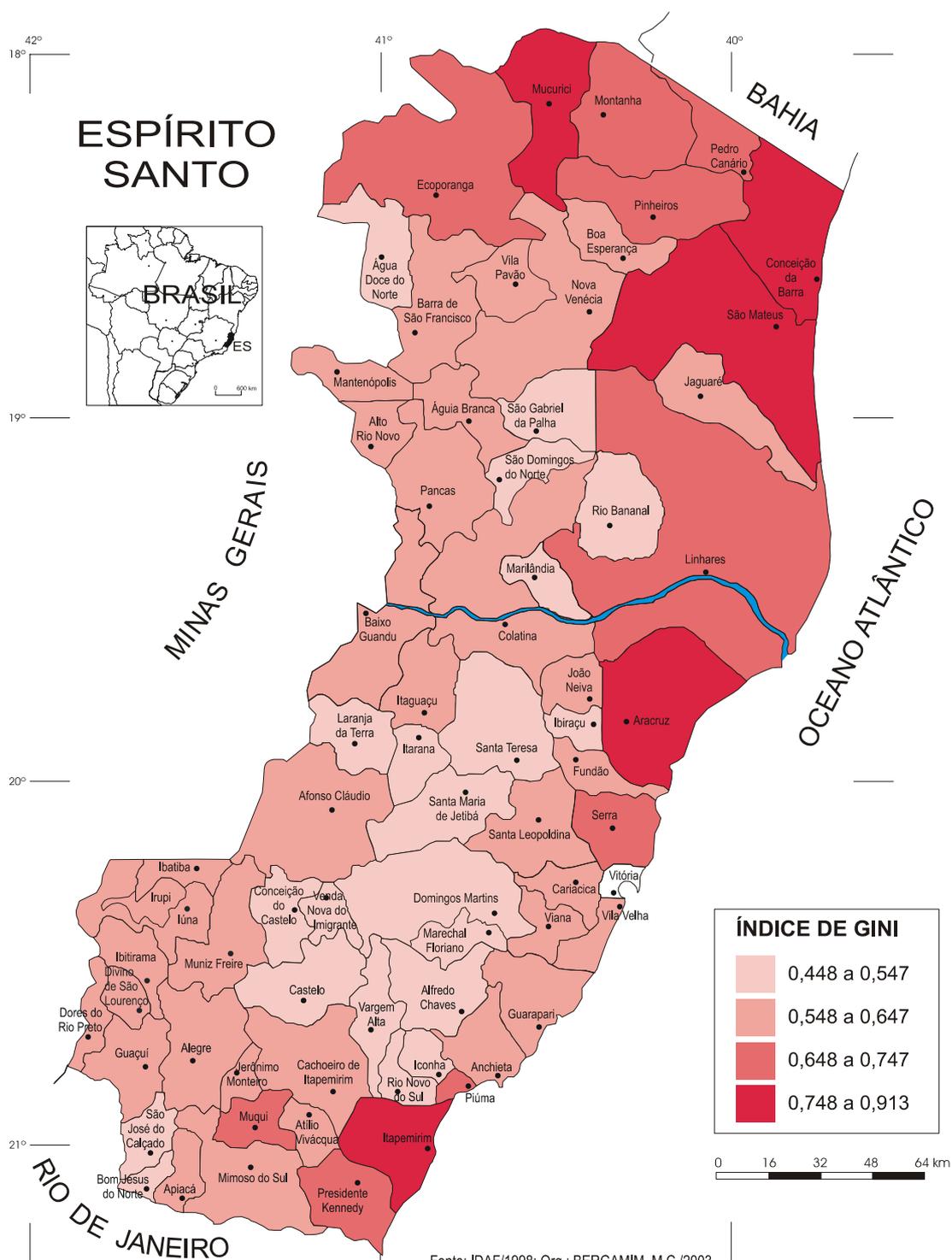


TABELA 11
ESPÍRITO SANTO: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA (1960 – 1995/96)

Grupos de Área (ha)	1960		1970		1975		1980		1985		1995	
	Estabele- Cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos.	Área (ha)								
1 → 10	6527	39820	13194	73846	9783	55515	11363	61948	16731	84451	23492	120192
10 → 20	9619	137857	13165	192940	10711	156401	10875	160539	13575	194893	15456	224620
20 → 50	22305	697396	25147	799236	21446	686185	20066	644485	21513	677315	19759	625374
50 → 100	10663	705524	11759	804185	10787	737108	9572	660312	9896	674211	8197	565644
100 → 500	5307	907341	6811	1239403	7100	1325228	6660	1267249	6636	1263614	5635	1097465
500 → 1000	272	179058	470	315511	525	395950	544	375442	524	357459	467	316343
1000 → 10000	96	177181	162	281683	227	403311	253	467166	259	430186	197	374479
< 10000	3	50000	3	52554	5	115143	7	161080	4	151406	5	164607
TOTAL	54792	2894177	70711	3759358	60584	3874841	59340	3798221	69138	3833535	73208	3488724

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1960,1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

TABELA 12
ESPÍRITO SANTO: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA (1960 – 1995/96) (%)

Grupos de Área (ha)	1960		1970		1975		1980		1985		1995	
	Estabele- cimentos	Área (ha)										
1 → 10	11,91	1,38	18,66	1,96	16,15	1,43	19,15	1,63	24,20	2,20	32,09	3,45
10 → 20	17,56	4,76	18,62	5,13	17,68	4,04	18,33	4,23	19,63	5,08	21,11	6,44
20 → 50	40,71	24,10	35,56	21,26	35,40	17,71	3,82	16,97	31,12	17,67	26,99	17,93
50 → 100	19,46	24,38	16,63	21,39	17,81	19,02	16,13	17,38	14,31	17,59	11,20	16,21
100 → 500	9,69	31,35	9,63	32,97	11,72	34,20	11,22	33,36	9,60	32,96	7,70	31,46
500 → 1000	0,50	6,19	0,66	8,39	0,87	10,22	0,92	9,88	0,76	9,32	0,64	9,07
1000 → 10000	0,18	6,12	0,23	7,49	0,37	10,41	0,43	12,30	0,37	11,22	0,27	10,73
< 10000	0,01	1,73	0,004	1,40	0,01	2,97	0,01	4,24	0,01	3,95	0,01	4,72

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1960,1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

TABELA 13
ESPÍRITO SANTO: ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (1960 – 1995/96)

Grupos de Área(ha)	1960	1970	1975	1980	1985	1995
1 - 10	6,10	5,60	5,67	5,45	5,05	5,12
10 - 20	14,33	14,66	14,60	14,76	14,36	14,53
20 - 50	31,27	31,78	32,00	32,12	31,48	31,65
50 - 100	66,17	68,39	68,33	68,98	68,13	69,01
100 - 500	170,97	181,97	186,65	190,28	190,42	194,76
500 - 1000	658,30	671,30	754,19	690,15	682,17	677,39
1000 - 10000	1845,64	1738,78	1776,70	1846,51	1660,95	1900,91
< 10000	16666,67	17518,00	23028,60	23011,43	37851,50	32921,40
TOTAL	52,82	53,17	63,96	64,01	55,45	47,65

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

TABELA 14
BRASIL: ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (1970 – 1995/96)

Grupos de Área	1970	1975	1980	1985	1995
1 - 10	3,61	3,45	3,47	3,26	3,12
10 - 20	13,98	13,98	13,94	13,88	13,09
20 - 50	30,19	30,97	30,89	30,98	29,57
50 - 100	69,92	70,00	69,90	68,84	65,38
100 - 500	206,24	202,42	201,38	197,65	193,45
500 - 1000	690,65	690,25	688,40	686,42	651,20
1000 - 10000	2259,96	2266,62	2297,98	2270,35	2175,87
< 10000	24976,14	26896,60	25589,54	25559,79	22519,83
TOTAL	59,74	64,93	70,83	64,72	69,32

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/BR:1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

É importante destacar que a concentração da terra no Espírito Santo vem sendo produzida por movimentos distintos da estrutura fundiária (tabelas 11 e 12). De 1960 a 1980 os estabelecimentos com menos de 100 ha perderam área para os acima desse estrato, mas a partir dos anos 1980 o movimento ocorreu de forma contrária, pois os primeiros tiveram um acréscimo de área enquanto os do segundo exemplo perderam. Tanto no primeiro caso quanto no segundo, resultou em concentração da terra. Já entre 1960 e 1980, os estabelecimentos mais atingidos pela redução de área foram os com menos de 50 ha. Já os acima de 500 ha tiveram ganhos substanciais de área. A partir de 1980, os primeiros apresentaram o maior ganho de área, enquanto nos demais estabelecimentos, excetuando os acima de 10 mil ha, todos perderam área.

A maior concentração da posse da terra ocorreu no momento mais intenso da modernização, ou seja, entre os anos 1970 e 1980, quando o índice de Gini elevou-se de 0,604 para 0,657. Nesse período a concentração atingiu violentamente os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, os quais além de terem sua área reduzida em aproximadamente 19%, perderam mais de 11 mil estabelecimentos. Em contrapartida, os estabelecimentos acima de 100 ha aumentaram sua área em 19%, com destaque para os acima de 10 mil ha, cujo ganho de área foi da ordem de 200%. Nesses estabelecimentos a área média foi ampliada.

Valendo-se desses indicadores, a explicação para parte dessas transformações encontra-se na intensificação do desenvolvimento do capitalismo no campo, mediado pelo processo de modernização tecnológica. Para que haja trabalhadores disponíveis para o capital, é necessário que estes sejam despojados da propriedade dos meios de produção, no caso a terra, para então venderem sua força de trabalho ao capital, pois “o trabalhador só pode se converter em empregado, em assalariado, quando é expropriado, quando deixa de ter a propriedade dos instrumentos de trabalho” (MARTINS, 1983, p. 141). Esse quadro teórico é válido para as transformações verificadas no período compreendido entre 1970 e 1980, quando a concentração da terra ocorreu com maior intensidade, cujos reflexos manifestam-se na expropriação do trabalhador rural, na redução do emprego do trabalho familiar e na ampliação da utilização da mão-de-obra assalariada.

A partir dos anos 1980, o capital desencadeia um movimento contrário na estrutura fundiária capixaba. A propriedade da terra continua se concentrando, mas o trabalho familiar vem apresentando indicadores progressivos de crescimento, ao mesmo tempo em que o emprego da mão-de-obra assalariada sofre redução substancial. No âmbito dessas transformações, para compreender o crescimento do trabalho familiar no Espírito Santo “é fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória” (OLIVEIRA, 2002, p. 77). Além disso, segundo Martins, “no caso brasileiro, o capitalismo não expropria radicalmente o agricultor, ele o expropria indiretamente, mediante a concentração de muita terra nas mãos de pouca gente” (1983, p. 141).

Por sua vez, a partir dos anos 1980, apesar do aumento do grau de concentração da propriedade da terra persistir, a existência dos pequenos estabelecimentos não está ameaçada, pois o movimento de concentração vem ocorrendo no interior dos estratos de área superiores a 50 ha. Dessa forma, verificamos que o tamanho médio dos pequenos estabelecimentos apresenta-se estável, com uma leve tendência de ampliação de área a partir de 1985, bem como vem apresentando ganhos de área e de número de estabelecimentos. Já os médios e grandes sofreram redução substancial no número de estabelecimentos ao mesmo tempo em que a área dos mesmos também foi reduzida, com uma única exceção para os estratos acima de 10 mil ha. O resultado desse movimento traduz-se na ampliação do tamanho médio dos estabelecimentos de alguns estratos de área, o que justifica o aumento da concentração da terra, pois esta encontra-se mal distribuída nesses estratos de área.

De forma geral, através da análise da distribuição da terra pelos diferentes estratos de área, a partir de 1980, percebe-se que os pequenos estabelecimentos tiveram ganhos de área em detrimento dos médios e grandes. Então por que da tendência progressiva de concentração da propriedade da terra? Isoladamente as transformações pelas quais os pequenos estabelecimento estão sendo acometidos, resultaria em desconcentração da terra. No entanto, a distribuição entre os estratos acima de 50 ha revela um movimento concentrador, cuja intensidade supera a

estabilidade da estrutura fundiária dos pequenos estabelecimentos e resulta em concentração da propriedade da terra.

Nesse contexto, cultura canavieira, pecuária e eucaliptocultura são atividades agropecuárias estreitamente relacionadas à concentração da terra. Justamente nos municípios onde essas atividades assumem maior relevância, verificam-se os índices mais acentuados de concentração fundiária.

Conforme pode ser observado nos cartogramas, o município de Itapemirim, onde tradicionalmente se desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar, decorrente da instalação de uma usina produtora de açúcar ainda no início do século passado, sempre apresentou um dos maiores graus de concentração da terra do estado. Com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, no âmbito da implantação do PROÁLCOOL no estado, na década de 1980, os municípios⁹ nos quais foram instaladas alcooleiras, no norte do estado, como Conceição da Barra, São Mateus e Linhares experimentaram processos acentuados de concentração fundiária, com destaque para os dois primeiros municípios cujos índices de Gini apontam desde os anos 1985, respectivamente, o primeiro e o terceiro maior grau de concentração da terra, dentre os municípios capixabas. Esses indicadores são comparáveis com os do Mato Grosso ou Maranhão, unidades da federação nas quais verificam-se os maiores graus de concentração da terra no país.

No entanto, níveis mais acentuados de concentração passaram a caracterizar a região norte do estado a partir dos anos 1970. O rompimento do ciclo tradicional da agropecuária e a ocupação direta dos solos após o desmatamento por pastagens, conferiram a essa região, sobretudo no extremo norte, uma estrutura fundiária mais concentrada. Dessa forma, municípios como Ecoporanga, Linhares, Mucurici, Montanha, Pedro Canário e São Mateus, nos quais o ciclo tradicional foi rompido, a pecuária representa uma das principais atividades agropecuárias desenvolvidas. Conseqüentemente indicadores progressivos de concentração da terra, caracterizam a estrutura fundiária dos respectivos municípios, com uma única exceção para Ecoporanga, que em 1995 o índice de Gini sofreu redução.

⁹ Boa Esperança também sediou a instalação de uma alcooleira, ALBESA, no entanto não se verificou uma tendência acentuada de concentração fundiária, pois além da alcooleira ter entrado em falência, voltando a funcionar na década de 1990, apresenta a menor produção de álcool do estado.

Da mesma forma que as duas atividades mencionadas, o avanço da eucaliptocultura no estado tem contribuído para a elevação dos indicadores de concentração fundiária. Em Aracruz, onde estão localizados os maiores reflorestamentos de eucalipto do estado, o índice de Gini saltou de 0,496 para 0,652 entre 1960 e 1970, no contexto da instalação da agroindústria do setor de celulose. Em 1995, o município mencionado apresentava o segundo maior índice de Gini do estado, 0,827. São Mateus e Conceição da Barra também apresentam grandes reflorestamentos de eucalipto.

Ressalta-se que os cultivos de eucalipto e de cana-de-açúcar não se limitam apenas aos municípios onde estão sediadas as agroindústrias processadoras das respectivas matérias-primas, mas também se desenvolvem nos municípios adjacentes, influenciando na estrutura fundiária dos mesmos. Dessa forma, verifica-se nesses municípios níveis um pouco menores de concentração, mas que são elevados também.

É inegável a estreita relação das atividades mencionadas com a concentração fundiária, mas não se deve atribuir exclusivamente a elas a responsabilidade pela tendência concentradora que se manifesta no Espírito Santo. A partir dos anos 1975 a terra concentra-se em quase todos os municípios (anexo A), inclusive naqueles, que representam a maioria, onde essas atividades não são expressivas ou nem são desenvolvidas. Além da expansão dessas atividades, outros fatores, que não cabem ser analisados neste trabalho, estão promovendo a concentração fundiária no estado.

A estrutura fundiária é uma das expressões dos processos de formação sócio-espacial que, no caso do Espírito Santo, deram origem às diferentes regiões. Os cartogramas evidenciam que características fundiárias similares encontram-se, de certa forma, concentradas espacialmente. Os menores índices de Gini estão localizados na região central, na qual historicamente constituiu-se, difundiu-se e reproduziu-se a pequena propriedade. Como a crise na estrutura produtiva ameaçou a reprodução da agricultura familiar, a qual também foi atingida pela modernização, a menor classe de índice de Gini desapareceu, conforme pode ser observado nos cartogramas a partir de 1985. Mesmo assim, nessa região ainda estão localizados os municípios com os melhores indicadores de distribuição da propriedade da terra.

No caso dos maiores índices de Gini, em sua maioria estão concentrados no extremo norte e no litoral norte, onde historicamente se constituiu a grande propriedade. Soma-se a esse quadro, o fato de que nessas regiões são desenvolvidas as principais atividades desencadeadoras do movimento de concentração fundiária, acentuando a tendência evidenciada desde o início do processo de ocupação espacial.

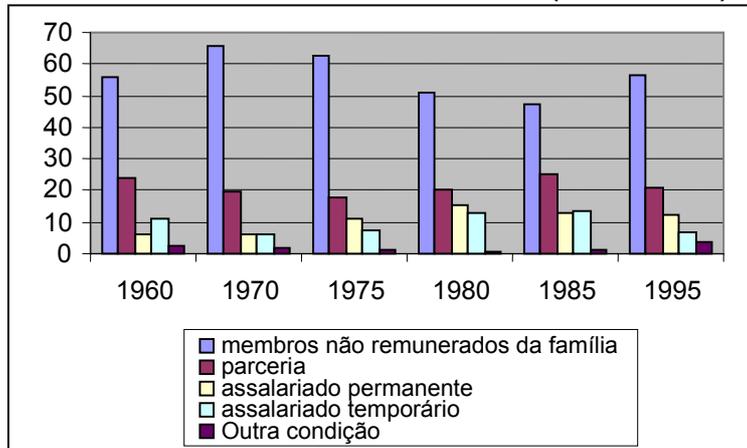
Essas diferenças espaciais revelam situações fundiárias totalmente antagônicas no estado, ao mesmo tempo em que o Espírito Santo ocupa a segunda melhor posição, em termos de distribuição da propriedade da terra, apresenta índices de Gini inferiores a 0,500 e superiores a 0,900. Esses dados discrepantes revelam as disparidades regionais no interior do estado, inerentes ao processo de formação socioespacial de cada uma delas.

Por sua vez, no âmbito da tendência progressiva de concentração fundiária, os pequenos estabelecimentos vem apresentando ganhos tanto de área quanto de unidades produtivas, pois a concentração está ocorrendo entre os médios e grandes estabelecimentos. É por isso que a partir de 1985 a utilização do trabalho familiar¹⁰ (figura 10) no Espírito Santo vem se expandindo, uma vez que esta relação de trabalho se realiza “*a priori*” em pequenos estabelecimentos, os quais encontram em franca expansão.

Relação de trabalho reproduzida de forma predominante no espaço rural capixaba, a agricultura familiar experimentou um processo de recrudescimento devido a estagnação econômica em que se encontrava o estado na segunda metade do século XX. Nessa época os indicadores deixam evidente a redução do emprego do trabalho familiar na agricultura, cuja origem antecede a deflagração da crise na estrutura produtiva, pois da década de 1940 à de 1960, o trabalho familiar sofreu redução substancial.

¹⁰ Para efeito de análise, neste trabalho também foi considerado como mão-de-obra familiar, a categoria membros não remunerados da família utilizada no Censo Agropecuário do IBGE.

FIGURA 10
ESPÍRITO SANTO: EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO
PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA (1960-1995/96)



Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

Decorrente da modernização da agricultura, um novo processo de desestruturação atingiu o trabalho familiar a partir de 1970, no qual o emprego dessa relação de trabalho foi reduzido. Essa tendência estendeu-se até 1985, quando então se iniciou-se um período com características inversas, marcado não só pela ascensão da utilização do trabalho familiar na agricultura, mas também pela ampliação da participação dos pequenos estabelecimentos na produção agrícola.

Apesar da ascensão dessa relação de trabalho e de todo o contexto de formação socioespacial marcado fortemente pela pequena propriedade com bases familiares de produção, o Espírito Santo destaca-se como um dos estados que menos utiliza o trabalho familiar na agricultura (INCRA/FAO, 2004). Das 27 unidades da federação, considerando o Distrito Federal, em relação à utilização da mão-de-obra familiar e o número de estabelecimentos familiares, o Espírito Santo ocupa a 23ª e a 17ª posição, respectivamente. Parece contraditório que justamente no estado cuja distribuição da propriedade da terra seja a segunda melhor do país, o peso da agricultura familiar, nos critérios mencionados, atinja importância inferior à maior parte do país.

A estagnação econômica no período que antecede a crise na estrutura produtiva, a própria crise e a modernização da agricultura, representam os fatores fundamentais,

que de forma seqüencial desestruturaram as bases em que se assentava a reprodução da agricultura familiar.

O desenvolvimento de algumas atividades agrícolas no Espírito Santo, como a cana-de-açúcar e o reflorestamento (eucalipto), também abre caminho para compreender os indicadores da agricultura familiar últimas décadas¹¹. Nesse período, ao mesmo tempo em que ocorre a expansão acentuada das duas culturas (tabela 5), a participação do emprego do trabalho familiar na agricultura se reduz (figura 10). Acontece que essas atividades, amplamente desenvolvidas no estado, caracterizam-se pelo uso predominante da mão-de-obra assalariada como relação de trabalho e, portanto, admitimos que os impactos causados pelo crescimento dessas atividades além de contribuírem para a concentração progressiva da propriedade da terra, conforme abordado, reduzem o peso do trabalho familiar, pois empregam a mão-de-obra assalariada de forma predominante.

Por sua vez, acerca da participação dos pequenos estabelecimentos na produção agrícola no valor total da produção agropecuária¹² do país, houve uma redução, entre 1970 e 1980, segundo Graziano da Silva (2003). No Espírito Santo, no mesmo período, apesar da redução da participação dos pequenos estabelecimentos não se manifestar com a mesma intensidade que em nível nacional, a participação destes estabelecimentos na produção total da estado, apresentava-se bem menor que a média nacional. No entanto, a contribuição dos pequenos estabelecimentos na produção agrícola estadual vem ampliando, sobretudo na produção de alimentos.

Expressividade maior, em termos produtivo, assume o pequeno estabelecimento no Espírito Santo, quando se considera em 1995/96, que além da participação destas unidades produtivas na produção de alimentos ser bem maior que média nacional, grande parte da produção das culturas alimentares do grupo básico (arroz, feijão, milho e mandioca) se processa no interior dos pequenos estabelecimentos. Mais da metade

¹¹Foram consideradas as décadas de 1980 e 1990 como as duas últimas, devido a inexistência de dados na década posterior.

¹²Para mensurar a produção agropecuária nacional, Graziano da Silva (2003) considerou as seguintes culturas: arroz, café, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja e trigo. Já na análise o Espírito Santo, também foram considerados as mesmas culturas, exceto as duas últimas, por não serem cultivadas no estado.

dessas culturas são produzidas nos estabelecimentos com área inferior a 50 ha, os quais representavam 28% da área agrícola no período em questão. Até o café, cultura agroindustrializável e exportável, sempre se caracterizou pela concentração espacial nos pequenos estabelecimentos. Tanto que em 1995/96, 82% da produção cafeeira se realizava nos estabelecimentos com área inferior a 50 ha.

Em termos nacionais, a redução do papel produtivo dos pequenos estabelecimentos não deve ser entendido como uma transformação isolada do espaço agrário. Essas unidades produtivas não passaram a produzir menos, mas “a grande produção no campo vem ganhando uma relevância maior na oferta dos principais produtos agrícolas, amparadas por uma favorecimento crescente das políticas públicas” (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 103). Analisando pela ótica da área ocupada pelos pequenos estabelecimentos, observamos no Espírito Santo (tabela 15) que estas unidades produtivas ocupam uma área menor que os grandes estabelecimentos, o que nos leva a admitir que, proporcionalmente em relação à área e às culturas alimentares, os pequenos estabelecimentos são muito mais produtivos que os grandes.

TABELA 15
ESPIRITO SANTO: COMPARATIVOS DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA DAS
CULTURAS POR GRUPOS DE ÁREA – 1995/96 (em %)

Lavouras (T)	Estratos de área (ha)							
	Menos de 10		10 a 50		50 a 100		100 e mais	
	ES	BR	ES	BR	ES	BR	ES	BR
Arroz	11,66	7,93	43,76	12,74	20,08	8,42	24,50	70,90
Feijão	14,52	26,44	40,27	34,28	16,39	10,33	28,82	28,94
Milho	11,24	8,54	40,10	25,73	17,51	10,15	31,51	55,58
Mandioca	11,75	35,03	39,32	39,92	29,99	10,10	18,93	14,95
Cana-de-açúcar	1,10	1,03	4,55	5,94	3,29	5,02	91,05	88,01
Café	34,39	9,29	48,06	28,80	9,46	16,18	8,09	45,73

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário/ES: 1995/95.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

No entanto a produtividade maior dos pequenos estabelecimentos é alcançada pelo “excesso de trabalho” necessário para retirar daqueles exíguos pedaços de terra, a sobrevivência da família” (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 114). Para acentuar esse quadro, a sazonalidade do trabalho na agricultura decorrente da subordinação à dinâmica da natureza amplia a necessidade de trabalho em determinados períodos do

ciclo produtivo, levando os membros das unidades produtivas familiares a se submeterem a longas jornadas de trabalho, combinados com períodos de não trabalho. Um outro aspecto acerca das relações de trabalho, que chama a atenção, reside na intensidade do emprego da parceria na agricultura capixaba. Essa relação de trabalho sempre apresentou indicadores extraordinariamente muito acima da média nacional. Seguida do trabalho familiar, a parceria é a relação de trabalho mais utilizada no espaço rural. Embora também seja uma relação de trabalho baseada na utilização da mão-de-obra familiar, o emprego da parceria ocorre em detrimento do trabalho familiar. No período entre 1960 e 1995, em sua maioria, a expansão da parceria se processou em detrimento do trabalho familiar e vice-versa, conforme pode ser observado na figura 10.

A intensidade do emprego da parceria está relacionada com a importância econômica da cafeicultura no estado. Como os tratamentos culturais do café necessitam de volume acentuado de mão-de-obra, a parceria é bastante empregada, por tornar-se uma alternativa atraente para os proprietários de terra. Soma-se a esse quadro a relevância do valor bruto da produção de café na agropecuária, a qual representa 42% (CARMO; FORNAZIER, 2003). Dessa forma, o elevado percentual de emprego da parceria na atividade agropecuária de maior expressividade, explica a acentuada utilização dessa modalidade de exploração do trabalho no Espírito Santo.

Estreitamento maior assume a relação entre parceria e cafeicultura, quando se verifica que o arrefecimento da primeira coincide justamente com os períodos de crise da segunda, da mesma forma que na ascensão da cafeicultura o emprego do trabalho parceiro expande-se. Ressalta-se no entanto, que embora entre 1985 e 1995/96, a produção de café tenha se elevado, houve uma pequena redução da área plantada e do número de cafeeiros. Acompanhando esse movimento parcialmente descendente da cafeicultura, a utilização da parceria também foi reduzida.

Juntamente com a produção de alimentos, a olericultura e a cafeicultura, atividades estreitamente relacionadas à produção familiar, representam quase metade (47%) do valor bruto da produção agropecuária estadual. Isso nos leva a admitir a relevância, em termos produtivos, da agricultura familiar, sobretudo quando se leva em conta que este segmento social, até bem recentemente, sempre se desenvolveu à

margem das políticas agrícolas nacionais. Nesse sentido, a forma como esses agricultores se reproduzem será abordada no capítulo que se segue.

3 A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Compreender a reprodução socioeconômica do agricultor familiar de Boa Esperança é o ponto central dessa pesquisa. Até chegar nessa etapa, primeiramente analisamos o processo de formação socioespacial do Espírito Santo, com ênfase na constituição da pequena propriedade familiar e em seguida os desdobramentos da modernização da agricultura, no Brasil e no Espírito Santo, bem como a inserção da agricultura familiar nesse processo. Essas informações subsidiaram a contextualização da trajetória de reprodução do agricultor familiar, numa perspectiva temporal e espacial.

Nessa mesma perspectiva, mas numa escala regional, abordamos a constituição de uma zona pioneira no norte do Espírito Santo, cujo movimento migratório deu origem à Boa Esperança. O movimento migratório ao mesmo tempo em que imprime suas marcas na conformação espacial do município, evidencia a trajetória do agricultor familiar e o ambiente socioeconômico em que ele se reproduz.

Para atingir o objetivo central da pesquisa e também proposto neste capítulo, explica-se teoricamente, porque na agricultura, diferentemente dos outros setores da economia, a mão-de-obra assalariada não se generalizou e o trabalho se organiza prioritariamente em torno da família. Até mesmo em contextos socioeconômicos desfavoráveis, como no Brasil, a agricultura familiar constitui-se na forma de organização da produção predominante na agricultura. Na seqüência, analisa-se a mudança na orientação política brasileira, a partir da década de 1990, expressa através da opção pela agricultura familiar como a protagonista do desenvolvimento rural.

O entendimento teórico sobre a agricultura familiar fundamentou a elaboração de um roteiro de entrevistas, aplicado entre os agricultores familiares (Anexo B). As informações daí advindas permitiram construir uma análise sobre a reprodução do agricultor familiar em sentido amplo, que aborda desde o contexto socioeconômico em que estão inseridos, até as múltiplas estratégias familiares.

3.1 A formação socioespacial de Boa Esperança: a chegada do movimento pioneiro

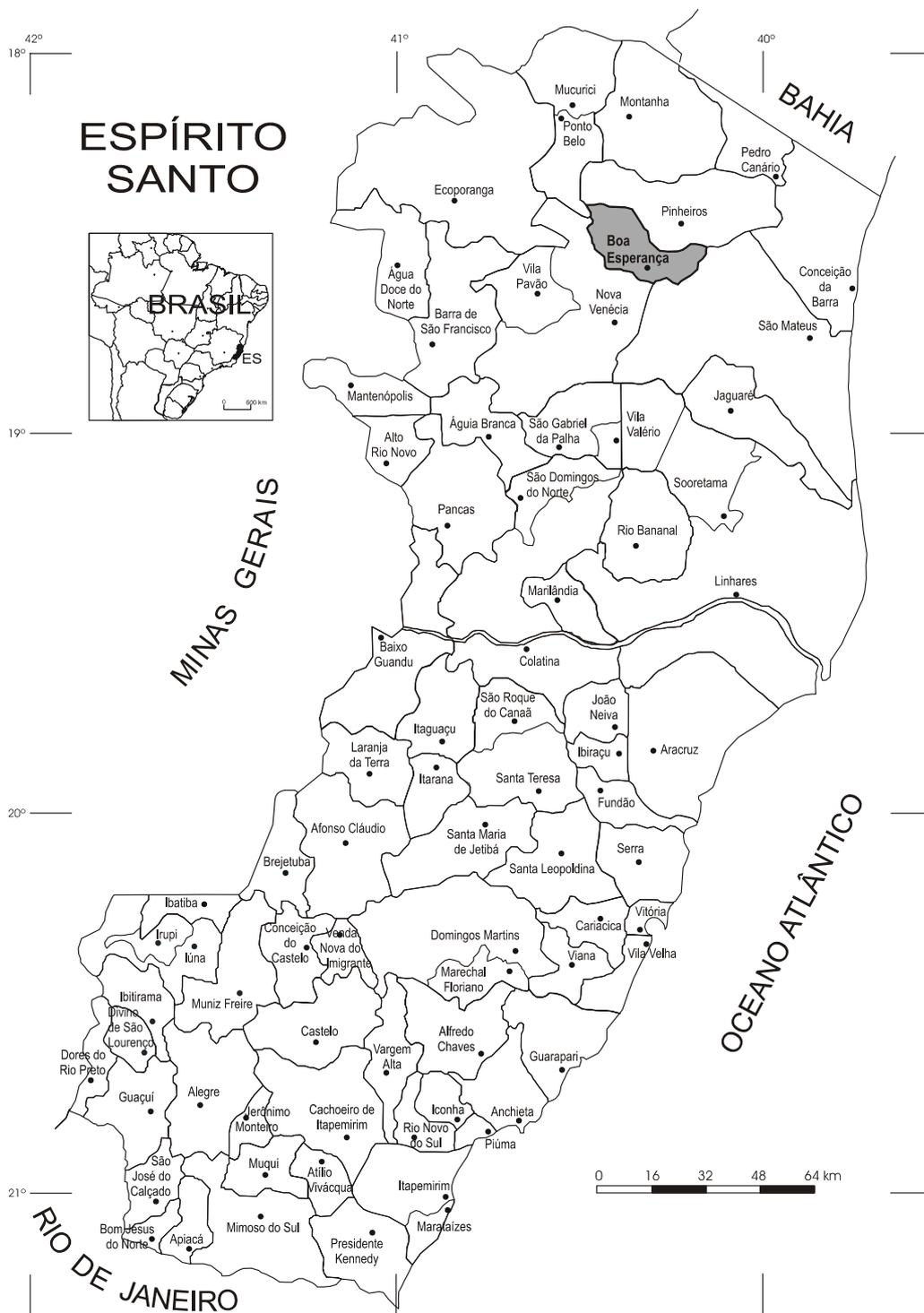
Localizada no norte do Espírito Santo (figura 11) onde se constituiu a zona pioneira no estado, Boa Esperança teve seu povoamento iniciado no primeiro quartel do século XX. Em 1921, uma serraria de propriedade da Sr. Jones dos Santos Neves foi instalada em Boa Esperança, mas teve suas atividades paralisadas na década seguinte devido a inexistência de estradas para transportar a madeira. Naquela época, a madeira serrada era colocada no rio do Norte, afluente do rio São Mateus, sem nenhuma proteção e transportada até o porto de São Mateus. Esse procedimento danificava a madeira que, então, passou a ser transportada em toras, tornando a função da serraria desnecessária.

Juntamente com a instalação da serraria e para nela trabalhar, um pequeno grupo de sergipanos migrou para Boa Esperança, cujo início de povoamento remete à chegada desses migrantes. No entanto, o ritmo do povoamento continuou muito incipiente nas décadas subseqüentes, de forma que baseado nos dados da campanha estatística de 1942, Boa Esperança estava reduzida a um pequeno povoado ligado ao distrito de Nova Venécia por estradas de pedestres bastante precárias (EGLER, 1951).

No período em questão, devido ao ritmo em que se processava a ocupação de Boa Esperança, as transformações espaciais em curso não podem ser consideradas como avanço da zona pioneira, mas um simples processo de início desenvolvimento da região. Nesse período, a grande crise econômica que atravessava o país influenciou na dinâmica de desenvolvimento da região norte (EGLER, 1951) e, conseqüentemente atingiu Boa Esperança.

Efetivamente, o povoamento de Boa Esperança intensificou-se a partir da década de 1950, quando realmente o movimento pioneiro, iniciado a partir de Colatina, atingiu essa localidade. Alguns fatores contribuíram para acelerar o ritmo do povoamento de Boa Esperança, como a melhoria do sistema de transportes e a ascensão dos preços do café. O primeiro possibilitou a instalação de novas serrarias e assim, o desmatamento se processou rapidamente. O segundo atraiu, sobretudo, os descendentes dos imigrantes italianos, os quais chegaram em número bastante

FIGURA - 11
ESPÍRITO SANTO
POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA



Fonte: IDAF/1998; Org.: GIRARDI, G./1999

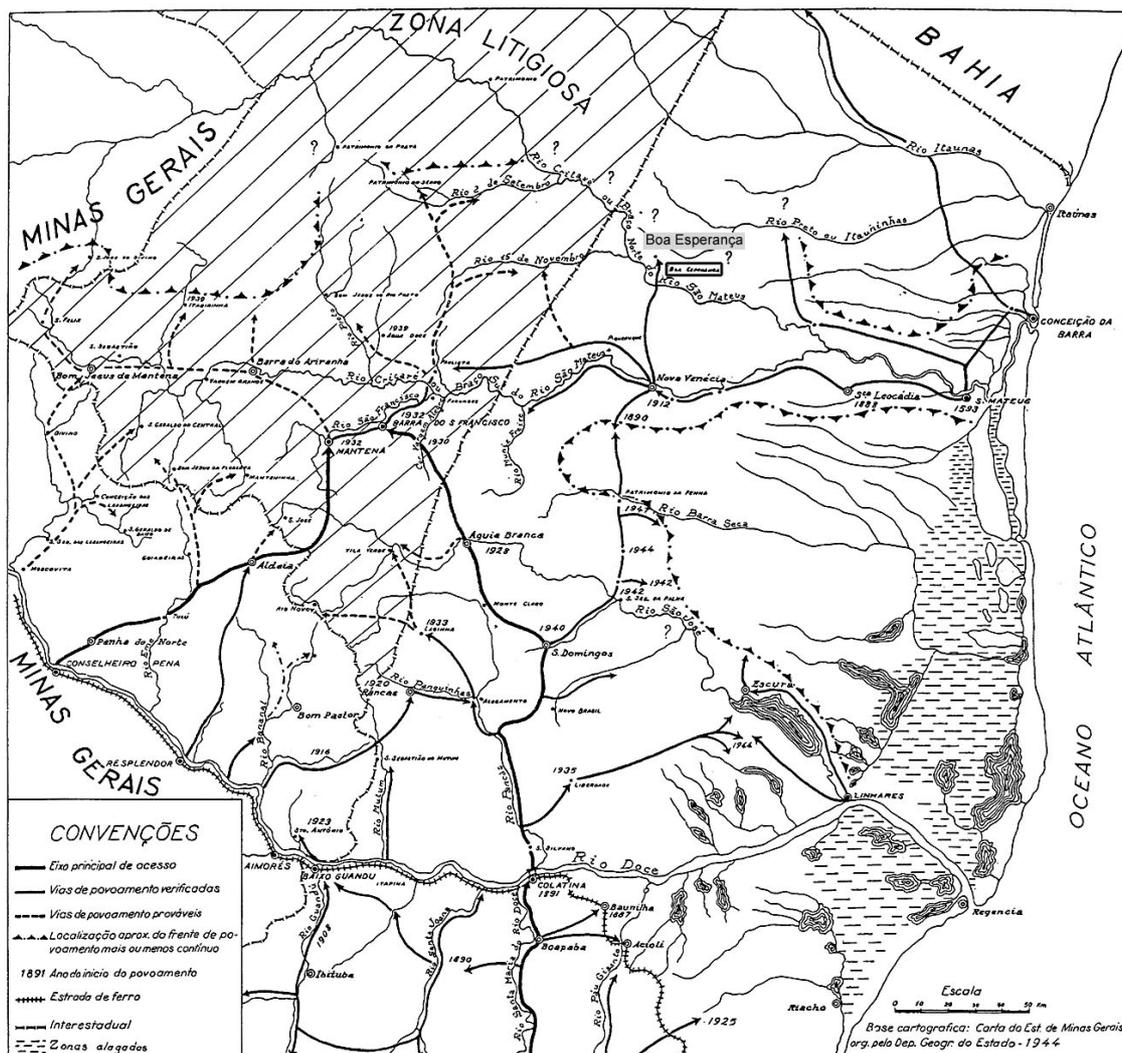
expressivo e o cultivo do café foi a principal atividade por eles desenvolvida. Nesse contexto, o processo de desenvolvimento desencadeado alterou a base espacial do povoado, o qual foi elevado à categoria de município em 1964.

Sobre os principais fluxos migratórios que se dirigiram para Boa Esperança, a origem deles encontra-se nos deslocamentos da população do Espírito Santo e também de outros estados, como Minas Gerais e Bahia. Dos movimentos migratórios originados nos limites do Espírito Santo, são identificados dois fluxos que atingem Boa Esperança, conforme pode ser observado na figura 12. O primeiro fluxo, de maior expressividade, compunha-se de imigrantes das regiões sul e central do estado. Em busca de novas terras que lhes pudessem assegurar a reprodução socioeconômica enquanto agricultores familiares, esses migrantes transpuseram o rio Doce pelo município de Colatina a partir de 1929, quando foi construída a ponte e estabelecida a ligação entre o norte e o sul capixaba. No âmbito do movimento pioneiro, os migrantes adentraram o norte do estado, desmataram a floresta Atlântica, construíram estradas, e fundaram povoados e municípios, até atingirem o território de Boa Esperança. O segundo fluxo, embora tenha se iniciado a partir da foz do Rio São Mateus em Conceição da Barra e formado o povoado de São Mateus ainda no século XVI, só vai atingir Boa Esperança no século XX.

Dos movimentos migratórios originados fora dos limites do Espírito Santo, é possível identificar na figura 12, um fluxo formado a partir do leste de Minas Gerais, cujos migrantes partiram de Conselheiro Pena em direção à zona pioneira capixaba. Embora as vias de povoamento desse fluxo, em direção à Boa Esperança, sejam apontadas como “prováveis” em 1950, elas se consolidaram nos anos que se seguiram, com a chegada de inúmeros migrantes mineiros. Um outro fluxo, formado por colonos baianos¹³, penetrou o rio Itaúnas a partir de 1939. Esse movimento resultou na constituição da vila de Mucurici, elevada a essa categoria em 1950 (BORGOS; ALVARENGA ROSA; PACHECO, 1996).

¹³ Apesar de não estar incluído na figura 12, BORGOS; Alvarenga Rosa; Pacheco (1996) afirmam que se constituiu um movimento migratório que penetrou o rio Itaúnas, no extremo norte do Espírito Santo.

FIGURA - 12
NORTE DO ESPÍRITO SANTO
FLUXOS MIGRATÓRIOS DA ZONA PIONEIRA



Fonte: EGLER, 1951.

A origem dos fluxos migratórios mencionados pode ser confirmada através da descendência e da naturalidade da população. Baseado no perfil migratório dos agricultores familiares de Boa Esperança¹⁴ foi possível identificar a origem desses fluxos. Embora não tenha sido fundado nenhum núcleo de colonização estrangeira no município, os descendentes de europeus perfazem a maioria dos entrevistados. Esse grupo encontra-se representado, sobretudo, pelos migrantes das regiões sul e central do estado, cuja porta de entrada foi o município de Colatina e dando continuidade ao movimento pioneiro chegaram até Boa Esperança. A presença dos mineiros também é significativa e traduz-se na materialização do fluxo migratório formado a partir do leste mineiro. Migrantes com outras naturalidades também estão presentes no município, no entanto, não fazem parte dos fluxos migratórios relacionados ao movimento pioneiro, no qual está a origem do processo de povoamento de Boa Esperança.

Esses deslocamentos da população ao longo do território revelam uma peculiaridade não somente do agricultor familiar do Espírito Santo, mas que também se manifesta no país de forma generalizada: a mobilidade espacial. Resultado das estratégias de reprodução socioeconômica buscadas pelos agricultores familiares. Desfavorecidos pelo contexto em que estão inseridos, esses sujeitos sociais tornam-se desenraizados territorialmente e, ao mesmo tempo, encontram no fechamento das zonas pioneiras um dos limites para continuarem reproduzindo-se segundo esse padrão de constantes migrações ao longo do território.

Esses migrantes adentraram o norte capixaba, desbravaram as matas, plantaram café, construíram estradas, formaram povoados, deram origem a municípios e, assim, imprimiram transformações demográficas e econômicas na base espacial da região. Esse movimento pioneiro promoveu a ocupação da região norte de forma muito rápida, ou seja, num período inferior a meio século, razão pela qual essa região constituiu-se em uma zona pioneira, segundo Waibel (1955). Nesse sentido, Boa Esperança, mesmo localizada no extremo norte do estado, em pouco mais de uma década após a abertura da zona pioneira, foi atingida por esse movimento de ocupação do território.

¹⁴ Em janeiro de 2004 foi realizado trabalho de campo, por meio entrevistas com agricultores familiares de Boa Esperança, cujos resultados serão analisados mais adiante.

Uma das características do processo de ocupação do extremo norte, reside no rompimento do ciclo tradicional da agricultura capixaba: mata-café-pastagem, conforme abordado no capítulo II. Considerando o contexto em se processou a ocupação do norte capixaba, quando o desenvolvimento da agricultura encontrava-se totalmente subordinado à dinâmica da natureza, um atributo natural como a ocorrência de solos aptos ao cultivo do café, traduzia-se em um pré-requisito fundamental para o não rompimento do ciclo tradicional.

Nesse sentido, em Boa Esperança além da aptidão natural ao cultivo do café, os descendentes de europeus representavam o grupo majoritário dentre seus habitantes. Após a chegada desses migrantes, além da reprodução do ciclo mata-café-pastagem se concretizar, a cafeicultura foi bastante ampliada. Nesse sentido, o arranjo espacial configurado com o não rompimento do ciclo tradicional e a presença dos descendentes de europeus, resultou na constituição de uma estrutura fundiária menos concentrada que o contexto regional no qual Boa Esperança está inserida.

Os descendentes dos imigrantes europeus reproduziram no município a mesma estrutura produtiva das regiões sul e central do Espírito Santo, ou seja, a pequena propriedade, o trabalho familiar, a inexistência de recursos técnicos e o cultivo do café como único produto de valor comercial. A debilidade dessa forma de organização da produção levou-a à derrocada, cujas implicações atingiram de imediato Boa Esperança. A partir de então, transformações socioeconômicas foram desencadeadas e um novo arranjo espacial se configurou no município.

3.2 Boa Esperança: quadro natural

O clima predominante em Boa Esperança é o AW, segundo a classificação de Köppen. Este clima se caracteriza por apresentar-se quente e chuvoso, com ausência da estação fria e período de seca no inverno. Entretanto, o Espírito Santo está localizado em uma região onde ocorrem encontros de massa de ar, dessa forma “o clima apresenta muitas vezes, de um ano para o outro, variações acentuadas em relação às médias de temperatura” (MORAES, 1997, p. 50). Nos últimos anos a estação

seca da região onde se localiza Boa Esperança, tem se prolongado demasiadamente., o que inviabiliza a prática da agricultura sem a utilização de irrigação artificial.

Boa Esperança está inserida em uma região caracterizada como plana, quente e seca (Figura 13), mas como o momento em que foi feita a fotografia coincidiu com o período chuvoso, o aspecto da paisagem rural estava bastante verde, o que contrasta com a realidade vivida na maior parte do ano. Os valores médios das temperaturas máximas e mínimas de Boa Esperança oscilam entre 34.8°C e 16.9°C e o índice pluviométrico varia de 1.000mm à 1050mm anuais. A irregularidade e a escassez das chuvas vêm acentuando-se na última década, fato que desencadeou a proliferação de inúmeras barragens, de pequeno porte, utilizadas para a irrigação. Construídas de forma irregular e sem respeitar as normas ambientais exigidas, as barragens, nessas condições, expressam o uso equivocado dos recursos hídricos, o que pode comprometer o abastecimento para as gerações subseqüentes.

FIGURA 13
BOA ESPERANÇA: PAISAGEM RURAL



Fonte: BERGAMIM, M.C./2004.

Com relação à geologia, o município faz parte do Grupo Barreiras, designação que se deve aos sedimentos costeiros que formam extensos tabuleiros (IBGE, 1987),

formação geomorfológica que predomina em Boa Esperança. O Grupo Barreiras “é composto por depósitos de sedimentos arenosos, areno-argilosos e argilosos inconsolidados, de coloração variada” (Diagnóstico Preliminar da Bacia do Rio Itaúnas, 1997, p. 62).

Relacionado também à formação geológica, segundo a classificação de solos da EMBRAPA (1978), predominam em Boa Esperança: Latosolo Vermelho Amarelo Distrófico, coeso A, moderado, textura argilosa, fase floresta subperenifólia, relevo plano e suave a ondulado (LVD11) e Podizólico Vermelho Amarelo latossólico a moderado textura arenosa/média fase floresta subperenifólia relevo plano (PVLd1) (EMBRAPA, 1978). Ambos são formados por sedimentos Terciários e a reserva mineral é nula. São solos com algumas carências nutricionais, mas que não se constituem em um fator limitante para o desenvolvimento da agricultura.

Boa Esperança faz parte de duas bacias hidrográficas, a do rio Itaúnas e a do rio São Mateus. Os dois principais cursos d'água são representados pelos rios Itauninhas e do Norte. Na primeira bacia, desde 1998 foi criado o primeiro comitê de bacia hidrográfica do estado (CEPIT), pois nesse período a seca prolongada desencadeou alguns conflitos pelo uso da água, relacionados à construção inadequada do uso da água.

Um município bastante degradado, a cobertura vegetal original de Boa Esperança era constituída pela Mata Atlântica, mais especificamente a Floresta Ombrófila Densa, formação que ocorre nos Tabuleiros. No entanto, a rapidez e a intensidade do ciclo madeireiro quase dizimou a Mata Atlântica, de forma que atualmente existem apenas alguns poucos e pequenos fragmentos isolados da vegetação original, com potencial bastante limitado para cumprir a função ecológica. Não existe nenhuma unidade de conservação de caráter público ou privado, e tampouco algum projeto de reflorestamento de áreas degradadas. Metade dos agricultores familiares possuem área de preservação, mas cuja dimensão física é mínima devido também à pequena área dos estabelecimentos. Para esses sujeitos sociais a conservação da vegetação natural está relacionada à preservação dos recursos hídricos, um problema que tanto os afeta.

3.3 Boa Esperança: manifestações da crise e da modernização da agricultura dos anos 1970

Elevada à categoria de município em 1964, Boa Esperança nasceu mergulhada no contexto da crise da estrutura produtiva da economia capixaba, da erradicação do café e do fechamento da zona pioneira do Estado. Esses fatores provocaram uma grave crise econômica sobre o recém criado município, quase o levando à extinção por ser considerado inviável economicamente pelo Tribunal de Contas do Estado (COVRE).

Como a principal atividade econômica do município de Boa Esperança sempre se baseou na cafeicultura, a crise da estrutura produtiva, cujos efeitos agravaram-se com a erradicação do café, desestruturou a economia do município. Embora não existam dados estatísticos sobre o município no período que antecede à crise, as transformações ocorridas no arranjo espacial do Espírito Santo servem como parâmetro para compreender as manifestações da crise em Boa Esperança. A intensificação do êxodo rural e da concentração fundiária nos anos subseqüentes, exceto em 1975 e 1995/96 quando ocorre desconcentração da propriedade da terra no município, são a expressão da crise.

Em que pese as alterações ocorridas na estrutura fundiária em 1975, um fato que, a princípio apresenta-se contraditório, chama bastante atenção: no período em que a propriedade da terra mais se desconcentrou o número dos pequenos estabelecimentos sofreu maior redução. Entre 1970 e 1975, metade dos estabelecimentos agropecuários com área inferior a 50 ha sucumbiram, conforme pode ser observado na tabela 16. A distribuição da propriedade da terra passou a ser mais eqüitativa, mas nessa recomposição da estrutura fundiária os mais atingidos foram os agricultores familiares, pois esse segmento social geralmente organiza sua produção em pequenos estabelecimentos, justamente os mais atingidos pela desconcentração.

TABELA 16
BOA ESPERANÇA: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA (1970 – 1995/96)

Ano	1970		1975		1980		1985		1995	
	Número Estab.	Área (ha)								
< que 10	129	814	37	288	107	649	94	484	97	492
10 - 50	357	9636	206	6030	199	5333	210	5338	210	5229
50 - 100	127	8920	89	6316	88	6008	84	5560	79	5317
100 - 500	73	13955	80	15909	65	11488	58	10888	60	11809
500 - 1000	5	3603	6	3963	9	5522	7	4529	5	3179
1000 - 5000	4	7274	3	4353	1	1605	3	4625	3	4289
Total	695	44202	421	36832	469	30605	456	31424	454	30315

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

Como explicar que ao mesmo tempo em que o índice de concentração da terra se reduz o número de pequenos estabelecimentos também diminui? As grandes propriedades do município, ou seja, as com área superior a 500 ha passaram por um processo de fragmentação e conseqüentemente o tamanho médio delas foi bastante reduzido. Dessa forma a distribuição da propriedade da terra tornou-se mais eqüitativa e o índice de Gini (anexo A) sofreu redução. É por essa razão que o índice de Gini não deve ser tomado como única referência para se entender a concentração da terra. A estrutura fundiária e os processos delineadores da concentração ou desconcentração da terra devem ser associados a esse indicador.

Além da desconcentração fundiária outras transformações espaciais ocorreram em resposta à crise na estrutura produtiva. Entre 1970 e 1975 o efetivo de bovinos cresceu expressivamente e passou a representar o maior rebanho alcançado pela pecuária do município, enquanto a produção de café encontrava-se em franco declínio. Isso indica que a mesma dinâmica do processo ocorrido em âmbito estadual também se manifestou no município, ou seja, as terras liberadas pela erradicação foram ocupadas sobretudo pela pecuária e não houve diversificação da agricultura.

Na década subsequente à crise ocorreu intenso êxodo rural e o número de trabalhadores no campo e de pequenos estabelecimentos foi bastante reduzido, mas a participação do trabalho dirigido pela família permaneceu estável. As alterações nas relações de trabalho foram mais intensas nos outros segmentos de trabalhadores, com destaque para os parceiros e os assalariados temporários, cuja participação ampliou-se intensamente (figura 10).

Após a crise na estrutura produtiva uma das particularidades de Boa Esperança reside no lento processo de recomposição produtiva. A crise estendeu-se até os anos 1980, e a dimensão do hiato temporal, entre a sua deflagração na década de 1960 e o início da modernização da agricultura, foi muito maior que o verificado no estado. A modernização só se iniciou a partir de 1980 e durante todo esse período a estagnação econômica generalizou-se pelo município.

Intitulada no Espírito Santo como “violenta” por Souza Filho (1990), a modernização da agricultura em Boa Esperança também assumiu essa característica e ainda iniciou-se mais tardiamente que o processo verificado no estado. A emergência de uma nova estrutura produtiva, a partir da incorporação de progresso técnico na agricultura, desencadeou mudanças violentas no arranjo espacial do município. Os indicadores da estrutura fundiária, das relações de trabalho e do desempenho produtivo, entre outros, passaram por transformações substanciais. No entanto, a cafeicultura continuou na dianteira do processo de desenvolvimento do município.

Como alternativa para a recomposição produtiva do município, o poder público local, como um dos principais agentes produtores do espaço, desenvolveu uma experiência de administração comunitária¹⁵. O planejamento e a implementação do programa da administração pública municipal contou com ampla participação da população e teve início com a divisão geográfica do município em centros de irradiação, representados pelos distritos. A partir destes, diagnosticaram a realidade socioeconômica de cada comunidade, cujas informações subsidiaram a elaboração de um plano de trabalho, no qual aplicação dos recursos previamente existentes priorizou o espaço rural. O grande êxito alcançado pela experiência contribuiu para ampliar a arrecadação de Boa Esperança, que da última posição em 1977 saltou para a vigésima segunda posição em 1980, quando o Espírito Santo ainda possuía 55 municípios (COVRE).

Nesse sentido, o papel exercido pelo Estado na recomposição produtiva do município, em suas diversas instâncias, foi fundamental para a superação da crise. No âmbito federal, destaca-se a política creditícia subsidiada do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, destinados à modernização da agricultura. Embora o início da

¹⁵ Esta experiência ocorreu na gestão do prefeito Amaro Covre, entre 1977-1983.

modernização no município coincida com o período em que o volume dos créditos sofreu drástica redução, o Espírito Santo foi uma das unidades da federação menos atingida por essa medida, tanto que sua participação, em termos percentuais, no valor total dos créditos ampliou-se entre 1977/81 e 1983/85 (SOUZA FILHO, 1990), o que nos leva a admitir que Boa Esperança foi beneficiada pela posição do Espírito Santo em relação ao SNCR. Ainda, nesse período, a política de crédito rural passou a ser mais seletiva e direcionada para alguns segmentos agroindustriais e é justamente nesse contexto que se instala uma alcooleira (Alcooleira Boa Esperança S.A.– ALBESA) no município, como parte integrante do PROALCOOL.

Instalada no final da década de 1980, a alcooleira desencadeou um processo de expansão dos cultivos de cana-de-açúcar, intensificou o emprego da mão-de-obra assalariada mas, a estrutura fundiária permaneceu estável. Isso se deve ao fato da alcooleira, em princípio, não se tornar proprietária de terras no município. Para assegurar a oferta de matéria-prima a agroindústria estabeleceu contratos de produção com os agricultores. Posteriormente a empresa passou a adquirir terras, mas a inexistência de dados a partir de 1995 não nos permite verificar as transformações na estrutura fundiária.

Um outro programa do governo federal também se manifestou no município: o PROVÁRZEAS. Os recursos do programa dinamizaram o cultivo de arroz, cujos indicadores produtivos elevaram-se de 110 para 5.449 toneladas entre 1975 e 1980. Todos os exemplos citados evidenciam a função do Estado, através da implementação de políticas agrícolas, como o principal agente na produção do espaço.

Associado à ação do Estado, a conjuntura econômica também favoreceu a retomada do crescimento no município. A partir de 1976 inicia-se um aumento extraordinário nos preços do café no mercado internacional e entre 1975 e 1977 a saca do produto saltou de US\$ 63, 96 para US\$ 259,19 (ROCHA; MORANDI, 1991). Os preços em ascensão estimularam a retomada da produção de café, cujo crescimento em Boa Esperança, entre 1975 e 1980, foi superior a 400% (tabela 17).

TABELA 17
BOA ESPERANÇA: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ
(1970 – 1995/96)

Ano	Produção (T)	Área (ha)	T/ha
1970	1.378	1.566	0,88
1975	880	1.691	0,52
1980	5.860	3.030	1,93
1985	4.479	4.870	0,92
1995	14.366	5.464	2,63

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.
 Elaboração: BERGAMIM, M. C.

Apesar da crise internacional dos preços e da política de erradicação, entre 1970 e 1995, verifica-se que a área cultivada com o café triplicou. Essa dinâmica de expansão da cultura abre perspectivas para entender a importância econômica que o café representa para o município. Acrescente-se a esse quadro os ganhos de produtividade alcançados pelo café no mesmo período, o que indica que a retomada do cultivo do produto assentou-se em uma nova base técnica, decorrente da incorporação de tecnologias introduzidas pela modernização da agricultura.

Dentre as transformações verificadas na base técnica da agricultura de Boa Esperança, destacamos o aumento expressivo da utilização de fertilizantes químicos e orgânicos, defensivos, tratores, entre outros. A incorporação de tecnologias assume essa intensidade devido ao fato do Espírito Santo, no período que antecede à erradicação, apresentar como uma das características fundamentais da estrutura produtiva, a ausência de recursos técnicos na agricultura. Conforme pode ser observado na tabela 18, em 1970 a incorporação de tecnologias pela agricultura de Boa Esperança era quase nula.

TABELA 18
BOA ESPERANÇA: INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO (1970 -1995/96)

Ano	1970	1975	1980	1985	1995
Estabelecimentos que usam Fertilizantes (%)	0,29	3,56	26,23	30,70	63,88
Estabelecimentos que usam Defensivos (%)	-	47,62	72,68	61,40	72,30
Número de hectares explorado por trator	22101	2630	546	275	219

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES:1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

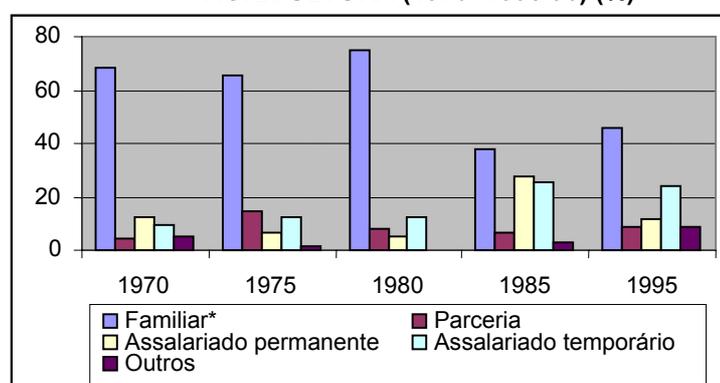
(-) Dado inexistente

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

A partir de 1980 a incorporação de tecnologias cresce a taxas bastante elevadas, mas evidencia o caráter excludente do processo de modernização conservadora da agricultura. A porcentagem de estabelecimentos com indicação de uso de fertilizantes continua a excluir uma boa parte dos agricultores do município os quais concorrem em condições produtivas desvantajosas. Em outras palavras, a reprodução desses agricultores encontra-se ameaçada pelo processo de expropriação a que são acometidos.

Além disso, um outro reflexo da modernização manifesta-se nas relações de trabalho, as quais foram bastante alteradas. Embora a concentração fundiária ocorrida entre 1980 e 1985 tenha sido acentuada, quando o índice de Gini saltou de 0,607 para 0,646, a intensidade da redução da utilização do trabalho conduzido pela família foi muito maior. Esse arrefecimento ocorreu tanto em termos relativos quanto absolutos, uma vez que outras relações de trabalho, como a parceria e o assalariamento temporário, foram ampliadas.

FIGURA 14
BOA ESPERANÇA: RELAÇÕES DE TRABALHO NA
AGRICULTURA (1970 -1995/96) (%)



Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

*Consideramos como familiar a categoria de pessoal ocupado "responsável e membros não remunerados da família" do IBGE.
Elaboração: BERGAMIM, M. C.

Sobre os assalariados temporários, a expansão dessa relação de trabalho resultou da instalação da alcooleira no município. A agroindústria passou a utilizar grande quantidade de matéria-prima e, para os níveis produtivos do município, é algo significativo. Como a produção da cana-de-açúcar assenta-se no trabalho assalariado temporário, ampliou-se o volume desses trabalhadores, de forma que contribuiu para reduzir a participação do trabalho conduzido pela família na agricultura.

Admitimos que um outro fator que também interferiu na redução da mão-de-obra familiar no início do processo de modernização da agricultura, decorra da transferência de parte desses trabalhadores para a parceria. Para corroborar tal afirmação é necessário considerar dois aspectos do período em questão: a ascensão dos preços do café e a intensidade do uso da parceria na agricultura capixaba. A partir da segunda metade da década de 1970 inicia-se a recuperação dos preços do café, cujos valores são bem superiores aos atingidos nas décadas anteriores. Nos os anos 1980, embora os preços tenham sofrido uma queda acentuada, mantiveram-se bem maiores aos verificados no início da década de 1970. Os preços em alta estimularam a retomada dos cultivos e conseqüentemente expandiram a utilização da parceria, uma vez que a cafeicultura no Espírito Santo é uma atividade agrícola que se caracteriza pela elevada utilização de parceiros, fato que o coloca como o estado brasileiro que mais utiliza essa relação de trabalho. Nesse sentido, houve uma migração de parte do trabalho conduzido pela família nos estabelecimentos agropecuários para a parceria.

Segundo Wanderley (2001) a agricultura familiar modifica-se para se adaptar ao contexto econômico em que estiver inserido. A migração para a parceria representa essa capacidade de adaptação da agricultura familiar. Expropriados pela concentração da terra, esses agricultores, num processo de adaptação, encontraram na parceria uma forma de assegurar sua reprodução. Além disso, essa estratégia impediu um fracionamento maior da pequena propriedade, já que parte de seus membros migrou para a parceria.

Por sua vez, sobre o êxodo rural é necessário analisar as particularidades da modernização da agricultura capixaba e do período que a antecede, para compreender suas implicações no movimento migratório rural-urbano. A crise na estrutura produtiva, acentuada pela erradicação e pecuarização, segundo Souza Filho (1990), antecipou o

processo de expulsão da população do campo, na medida em que reduziu a necessidade de mão-de-obra e, portanto, quando se efetivou o processo de modernização técnica, seus efeitos sobre o emprego rural não foram tão intensos.

Confirmando a análise em questão, em Boa Esperança, no período mais intenso da modernização, a população rural cresceu em termos absolutos embora a urbana tenha sido duplicada. No entanto, nos anos 1990 a população rural foi bastante reduzida, apesar da estrutura fundiária manter-se estável. É que a modernização ao elevar a produtividade do trabalho através da mecanização do processo produtivo, reduziu a necessidade de mão-de-obra e, conseqüentemente o número de trabalhadores rurais também foi reduzido, como evidenciam os dados do Censo Agropecuário.

TABELA 19
BOA ESPERANÇA: POPULAÇÃO RURAL E URBANA (1970 – 2000)

População	1970	1980	1991	1996	2000
Rural	9425	7727	7911	4399	4510
Urbana	1109	3379	7644	8842	9169
Total	10534	11106	15555	13241	13679

Fonte: IBGE/Censos Demográficos/ES: 1970, 1980, 1991 e 2000

Contagem da População: 1996

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

A modernização realizou transformações radicais na agricultura do município em decorrência da incorporação de tecnologias. Entretanto, é no bojo dessas transformações que se pretende compreender as estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Boa Esperança.

3.4 Agricultura familiar: breve contextualização da realidade brasileira

Historicamente a grande propriedade se impôs como a protagonista do desenvolvimento agrícola brasileiro, de forma a dominar todo o processo de formação socioespacial do país. O estado, em suas estratégias de desenvolvimento, criou diversos mecanismos legais para garantir as condições para a constituição, reprodução e consolidação da grande propriedade e, ao mesmo tempo impôs limites, de um lado,

ao acesso à terra pelos trabalhadores rurais e, do outro, à difusão da agricultura familiar, bem como excluiu esses sujeitos sociais das políticas agrícolas implementadas no país.

Nessa perspectiva, a opção agrária brasileira diferencia-se das experiências das nações capitalistas mais avançadas, as quais não só realizaram a reforma agrária ao reconhecerem o bloqueio que a grande propriedade representava para o desenvolvimento do capitalismo, mas também elegeram a agricultura familiar como a forma de produção predominante no espaço agrário e destinaram a esses sujeitos sociais políticas agrícolas com condições bastante favoráveis de produção e comercialização.

Nas nações desenvolvidas como Japão, EUA, Canadá e países europeus, a agricultura familiar é forma de organização da produção preponderante na agricultura. Contrariando a teoria clássica que previa, com o desenvolvimento do capitalismo, a eliminação do trabalho familiar e a expansão do trabalho assalariado, o que se constata é que é justamente “em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados” (ABRAMOVAY, 1992, p. 210). Segundo o autor, a generalização do trabalho familiar na agricultura dessas nações está relacionada a dois fatores: um de caráter político e outro decorrente da subordinação da agricultura ao ciclo natural.

O primeiro fator decorre da intervenção do Estado na agricultura, o qual através da implementação de políticas agrícolas destinadas a garantir a oferta de alimentos a preços acessíveis aos assalariados, possibilitou a redução do peso da alimentação no orçamento familiar e conseqüentemente do valor da mão-de-obra também. Esse mecanismo evidencia o papel político atribuído à agricultura familiar, que está relacionado à sua importância na difusão e implantação do modelo de consumo de massa de bens duráveis. Já o segundo fator, trata da subordinação da agricultura à dinâmica da natureza. Nesse setor especial da economia as etapas do ciclo produtivo ocorrem seqüencialmente, de acordo com o ciclo natural e o tempo de não-trabalho é maior que na indústria, pois é necessário esperar o período de crescimento e amadurecimento das culturas para então serem colhidos. Essas particularidades

limitam o processo de divisão e especialização do trabalho e interferem na expansão da mão-de-obra assalariada.

Em um contexto bastante diferente, no Brasil, a opção política não elegeu a agricultura familiar como a protagonista do desenvolvimento brasileiro, mas esta é a forma de organização da produção predominante na agricultura. O regime de propriedade instituído pela Lei de Terras em 1850 limitou o acesso à terra aos trabalhadores livres, como estratégia para assegurar a impenhência do latifúndio, da mesma forma que a Consolidação das Leis do Trabalho nos anos 1940 excluiu os trabalhadores rurais dos seus benefícios. Acrescente-se ainda que, no âmbito do processo de modernização da agricultura, o direcionamento das políticas agrícolas e dos incentivos creditícios para a agricultura familiar significava manter o atraso e impedir a modernização tecnológica (GUANZIROLI, 2001). Esses, entre outros, são exemplos que corroboram a posição secundária ocupada pela agricultura familiar no desenvolvimento do país.

Excluídos dos benefícios da “modernização conservadora”, quando o processo de concentração fundiária foi ainda mais acentuado, os trabalhadores rurais expropriados dirigiram-se para as regiões de zona pioneira, sobretudo ao norte do país, em busca de uma nova terra e garantiram, naquele momento, mesmo que de forma bastante precária, a sua reprodução como agricultores familiares.

Essa mobilidade espacial, possível pela existência de terras não apropriadas privadamente, permitiu ao mesmo tempo, a reprodução da agricultura familiar e garantiu, segundo Graziano da Silva (1996), a oferta de alimentos e matérias-primas em volume suficiente para atender a demanda do setor urbano e industrial, apesar da reforma agrária não ter sido realizada. O mecanismo de reprodução dos agricultores familiares, encontrado na expansão da zona pioneira, contribuiu para assegurar a oferta de produtos agrícolas sem comprometer o processo de industrialização do país. Esse resultado positivo, no entanto, não fazia parte dos objetivos das políticas públicas de colonização dessas regiões. Atreladas às empresas privadas de colonização, as políticas públicas propiciaram em primeiro lugar a aquisição de grandes propriedades como reserva de valor.

Mesmo secundarizada pelo estado brasileiro, em relação ao direcionamento dessas políticas e de todo o bloqueio socioeconômico que lhe foi reservado, de acordo com o estudo da FAO/INCRA (2003), baseado nos dados do Censo Agropecuário de 1995/96, 76% da mão-de-obra empregada na agricultura do país é de caráter familiar, ou seja, é com base na família que repousa a organização do trabalho na agricultura. Em sua trajetória, marcada por constantes deslocamentos espaciais, o agricultor familiar criou e recriou estratégias de reprodução do seu modo de vida, decorrente da acentuada capacidade de adaptar-se às transformações socioeconômicas.

Segundo Lamarche “em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção” (1997, p. 13). A permanência e o predomínio de uma forma de organização da produção, fundada essencialmente no trabalho familiar associada à propriedade dos meios de produção, a terra, mas inserida no modo de produção capitalista, regido essencialmente pelo trabalho assalariado e pela separação do trabalhador da propriedade dos meios de produção, revela uma característica específica do setor agrícola. As principais explicações para predominância da agricultura familiar, guardadas as devidas particularidades da formação socioespacial de cada nação, respaldam-se para Lamarche (1997), na extraordinária capacidade de adaptação aos diferentes contextos socioeconômicos dos quais faz parte e para Abramovay (1998), na dependência da agricultura dos processos naturais, como um fator que interfere na divisão e na especialização do trabalho e, por sua vez, limita a expansão da mão-de-obra contratada na agricultura. Nesse sentido,

o peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único do capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturarem-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante (ABRAMOVAY, 1998, p. 209).

No Brasil, a predominância da agricultura familiar assume relevância ainda maior em decorrência da negligência do Estado em relação a esse sujeito social, sobretudo quando comparado com as experiências de desenvolvimento rural das nações de capitalismo avançado. No entanto, a partir do início dos anos 1990 a condução das

políticas agrícolas brasileiras muda radicalmente e toma um novo direcionamento. Para Martins (2003) os conflitos pela terra libertaram um sujeito social que estava oculto no interior ou a margem do latifúndio e nas terras desprezíveis para a agricultura comercial: o agricultor familiar. A desocultação desse sujeito levou o Estado a reconhecer “a identidade social da agricultura familiar [...] como protagonista de um projeto econômico viável. [...] e abriu espaço para que a agricultura familiar encontrasse abrigo e identidade no projeto histórico que é hoje poder” (MARTINS, 2003, p. 177). Pela primeira vez, na história do país, a

sociedade brasileira, portanto, está sendo posta diante da necessidade de reconhecer a legitimidade histórica desse sujeito. E reconhecer, também, a oportunidade histórica da sua institucionalização como capital social propício, numa conjuntura em que sua existência não é incompatível com suas opções econômicas que parecem prevalecer no país. (MARTINS, 2003, p. 177)

Pressões exercidas, de um lado, por organismos internacionais como o Banco Mundial, com vistas à redução da pobreza nos países subdesenvolvidos e de outro, pelos movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, na reivindicação de uma reforma agrária assentada em bases familiares de produção, ganharam respaldo político, na medida em que o Estado optou pela agricultura familiar ao reconhecer a superioridade competitiva dessa forma de organização da produção (HESPANHOL, 2000).

Diante de todo o bloqueio, 85% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são classificados como familiares, os quais ocupam apenas 30% da área agrícola total, mas são responsáveis por 38% do valor bruto da produção agrícola nacional (INCRA/FAO, 1994). A agricultura familiar, quando comparada à patronal, apresenta não só maior capacidade em obter rendimentos físicos, mas também de empregar maior volume de mão-de-obra (FAO/INCRA, 1995). A superioridade fica evidente ao verificar-se que

apesar de disporem de uma área três vezes menor que a detida pelas fazendas do segmento patronal, os estabelecimentos de caráter familiar têm quase a mesma participação na produção total. E, por terem sistemas de produção mais intensivos, permitem a manutenção de quase sete vezes mais postos de trabalho por unidade de área (FAO/INCRA, 1995, p. 3).

Em termos políticos, a desocultação e a superioridade da agricultura familiar serviram como pano de fundo para o reconhecimento e a eleição, primeira vez na história do país, dessa forma de organização da produção como a protagonista do desenvolvimento rural. A mudança no direcionamento da política agrícola levou à criação em 1994, de um programa específico para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar- PRONAF. Inúmeras críticas foram atribuídas ao programa, evidenciando algumas limitações que transitam pelo valor dos créditos concedidos, pelo conceito empregado na definição do universo familiar, entre outras. No entanto, a criação do PRONAF representa um avanço na condução das políticas públicas para a agricultura familiar, considerado “historicamente um **“setor bloqueado”**, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social de produção” (WANDERLEY, 1995, p. 38 grifo do autor).

A criação do PRONAF, em suas diversas linhas de financiamento, ampliou as perspectivas de reprodução socioeconômica da agricultura familiar. A concessão de créditos subsidiados pelo programa não deve ser considerada como uma medida assistencialista para agricultores empobrecidos, pelo contrário, a pertinência dos subsídios é totalmente cabível, face às particularidades da agricultura em relação à sua subordinação à dinâmica da natureza e que a torna um setor produtivo especial da economia. As particularidades da agricultura tornam a velocidade de rotação do capital mais lenta e justificam a manutenção dos subsídios para compensar essa desvantagem em relação à dinâmica da indústria, por exemplo.

Frente ao estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar também remetem a questões que transitam pela função estratégica que essa forma de organização da produção ocupa na redução dos efeitos dos problemas sociais que explodem na atualidade. A eficiência econômica e a maior capacidade de geração de empregos atribuídos à agricultura familiar transformaram-na em uma alternativa para estimular e promover o desenvolvimento local através da geração de empregos, fixar o homem no campo, conter o êxodo rural e ainda de representar maiores possibilidades para se atingir a sustentabilidade ambiental no campo, uma vez que a agricultura familiar constitui-se para Carmo (1998) no *locus* ideal para o desenvolvimento sustentável.

Decorrente da inclusão recente da agricultura familiar como principal ator do desenvolvimento rural, os desdobramentos das políticas destinadas a esses sujeitos sociais ainda são pouco conhecidos. Faz-se necessário observar os resultados desencadeados a curto e longo prazo, até porque o ambiente em que se processa a reprodução da agricultura familiar é um espaço em construção, cuja viabilidade depende fortemente das estratégias familiares (WANDERLEY, 1995).

3.5 Agricultura familiar: o debate acadêmico e político

Até o início dos anos 1990 a análise sobre a agricultura organizada em bases familiares de produção ainda não tinha alcançado a expressividade que lhe tem sido atribuída no presente. A nova opção política de desenvolvimento rural, na medida em trouxe à tona um sujeito social ocultado em todo o processo histórico do país, abriu caminhos para ampliar e intensificar o debate acadêmico sobre a agricultura familiar.

A análise, do que hoje é reconhecido teoricamente como agricultura familiar, utilizava-se de outras denominações para referir-se a essa forma de organização da produção, tais como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência etc. Diante dessa heterogeneidade de denominações, guardadas as devidas particularidades de cada uma, verifica-se um traço comum entre elas: a combinação simultânea entre propriedade, trabalho e família.

Baseado nessas mesmas características, nos anos 1990, o debate passou a girar em torno do conceito de agricultura familiar. Sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas, inúmeras análises explicam a existência, a predominância, a importância socioeconômica, as transformações e as estratégias de reprodução da agricultura familiar etc. Apesar do ponto em comum, as divergências teóricas indicam, ao mesmo tempo, que o conceito de agricultura familiar fundado apenas na combinação entre trabalho, família e propriedade é limitado para englobar as diferentes tipologias de agricultores familiares, mas representa um avanço teórico em relação às categorias de análise anteriormente utilizadas (HESPANHOL, 2000).

Diante da dimensão conferida, nos últimos anos, à agricultura familiar brasileira, não se pode perder de vista que essa forma de organização da produção acompanhou grande parte da trajetória de formação socioespacial do país. Numa perspectiva temporal, o agricultor familiar adaptou-se às transformações da sociedade e criou novas estratégias de reprodução. Portanto, a agricultura familiar não é uma categoria de análise recente (WANDERLEY, 1999), mas como essa forma de organização da produção modificou-se ao longo do tempo, as análises também se reestruturaram para adaptar-se às mudanças do objeto de análise.

Estudos comparativos internacionais, desenvolvidos em distintos contextos socioeconômicos e políticos, segundo Hespanhol (2000), ao ressaltarem o peso da agricultura familiar no processo de modernização tecnológica e de desenvolvimento rural de países, como os de capitalismo avançado, contribuíram diretamente para ampliar o debate acadêmico brasileiro. Dentre esses estudos, destacamos um elaborado por Abramovay (1998) e outro coordenado por Lamarche (1997; 1998). No primeiro o autor aborda a interferência do Estado na agricultura familiar, bem como a predominância e a importância dessa forma de organização da produção no processo de industrialização e modernização tecnológica dos países de capitalismo avançado. O segundo autor desenvolve uma análise da agricultura familiar como uma forma de organização da produção heterogênea. Baseado em critérios que transitam pela relação com a terra, a importância do trabalho familiar, a estrutura familiar, a relação da representação familiar com o estabelecimento, a intensificação do sistema de produção, os aspectos financeiros, a integração ao mercado e a dependência alimentar, Lamarche (1998) estabelece quatro modelos de funcionamento de unidades de produção familiares, ou seja quatro tipologias de agricultores familiares.

Nessa mesma perspectiva teórica, Wanderley (1999), define agricultura familiar como um conceito genérico, que abarca uma diversidade de formas de produção organizadas em torno do trabalho da família. A constituição de diferentes tipologias de agricultores familiares expressa a extraordinária capacidade de adaptação desses sujeitos sociais a contextos socioeconômicos totalmente distintos. Independentemente da tipologia e da formação sócio-espacial em que se desenvolve, a agricultura familiar corresponde a uma forma de organização da produção em que propriedade e trabalho

estão estreitamente ligados à família. Isso significa que ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, a terra, é ela também que conduz o trabalho realizado no interior da propriedade rural. Essa relação entre esses três aspectos da agricultura familiar não pode ser considerado como “um mero detalhe superficial e descritivo [...] [mas que] tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 2001, p. 23). A lógica de organização do trabalho familiar permite arranjos impossíveis de serem reproduzidos no trabalho assalariado.

Fundado também na diferenciação, o documento FAO/INCRA (1994) identificou três tipologias de agricultores familiares no Brasil: *o familiar consolidado*, que seria aquele agricultor mais capitalizado, com maior acesso ao crédito e maior quantidade de terra; *o em transição*, seria um agricultor pouco capitalizado, com acesso ao crédito, mas em volume insuficiente para financiar as atividades e por último *o periférico*, que se constitui em uma tipologia descapitalizada, com baixos índices de produtividade e, portanto, incapaz de retirar da agricultura o essencial para sua sobrevivência.

Outro trabalho produzido com a participação governamental, o projeto de cooperação técnica INCRA/FAO (2000), dividiu os agricultores, não mais fundado no critério da diferenciação tipológica de agricultores familiares, mas em duas categorias sociais distintas, *a patronal e a familiar*. Nesse projeto, a agricultura familiar é definida a partir de três características: a gestão da unidade produtiva é conduzida pela família, a maior parte do trabalho é realizado pela família e a propriedade dos meios de produção pertence à família (INCRA/FAO, 2000). Em outras palavras, a agricultura familiar combina família, trabalho e propriedade.

De forma geral, inúmeras pesquisas, organizadas em sua maioria na forma de estudos de casos, juntam esforços para entenderem o agricultor familiar na sociedade brasileira, sobretudo no âmbito da recente opção política e os seus desdobramentos.

3.6 Boa Esperança: reprodução socioeconômica da agricultura familiar

As informações que subsidiaram a análise da reprodução socioeconômica da agricultura familiar de Boa Esperança são de caráter primário e foram obtidas através de entrevistas realizadas com os agricultores familiares do município, em janeiro de 2004. Para definir a amostra de agricultores a serem entrevistados utilizamos os dados sobre a estrutura fundiária municipal, apresentadas pelo Censo Agropecuário de 1995/96. Segundo essas informações o município possui 386 estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 ha, onde potencialmente estão concentrados os agricultores familiares. A partir do número de estabelecimentos, inicialmente definimos uma amostra de 20%, por ser considerado um percentual representativo para o universo da pesquisa, e que corresponderia a 77 entrevistas. No entanto, no decorrer da realização das entrevistas começou a ocorrer uma repetição acentuada de informações, indicando que as condições em que se processa a reprodução socioeconômica da agricultura familiar já haviam sido contempladas pelo trabalho de campo. Por isso limitamos o trabalho de campo a 45 entrevistas.

Para contemplar as diversidades do município visitamos todas as comunidades e nelas realizamos as entrevistas, cujo modelo de roteiro encontra-se no anexo B. Com o objetivo de compreender a reprodução desse segmento social, a estrutura do roteiro de entrevistas apresenta questões que abordam as condições de infra-estrutura dos estabelecimentos, a incorporação de tecnologias, o acesso ao crédito fundiário e à assistência técnica, a produção agrícola, a comercialização, o patrimônio fundiário, o perfil do agricultor, a organização dos agricultores e para finalizar o grupo familiar e as relações de trabalho. De modo geral, a organização da produção e a relação entre terra, trabalho e família permeiam as questões do roteiro.

Com essa estrutura a organização do roteiro de entrevistas contemplou vários aspectos, referentes não somente à organização interna dos estabelecimentos familiares mas, também, à relação destes com o contexto externo. Esses aspectos são fundamentais para compreender a reprodução socioeconômica agricultura familiar, pois a sua aparente autonomia encontra-se amplamente influenciada pelo contexto externo

através da comercialização da produção, do mercado, do direcionamento das políticas públicas etc. Em outras palavras, “a própria racionalidade da organização familiar não depende [...] da família em si mesma, mas ao contrário, da capacidade que esta tem de adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve” (ABRAMOVAY, 1998, p. 23). São justamente as estratégias familiares de organização da produção, criadas no interior dos estabelecimentos, e a relação com o contexto externo a elas, num sentido amplo, que tomaremos como ponto de partida para compreender como o agricultor familiar se reproduz sob uma perspectiva socioeconômica.

Paralelo às transformações socioeconômicas da sociedade, o agricultor familiar adaptou-se a elas como estratégia de reprodução e criou novas formas de organização da produção. O sujeito social em questão incorporou tecnologias e assumiu uma nova sociabilidade expressa nas relações de parentesco, no vínculo com a terra, na transmissão da herança, no grau de autonomia produtiva, na dependência do mercado, na organização do trabalho etc. Não se trata de um grupo social coeso vivendo em comunidade, mas de estabelecimentos familiares individuais frente ao mercado e heterogêneos em relação às tipologias de agricultores que as constituem.

Em um mesmo contexto socioeconômico, a agricultura familiar divide-se em diferentes tipos de agricultores de acordo com as condições objetivas de produção, ou seja, a dimensão física da unidade produtiva e o grau de capitalização, de incorporação de tecnologias e de mecanização etc (LAMARCHE, 1997). Em Boa Esperança, algumas condições objetivas, como o grau de mecanização, as tecnologias empregadas e a inserção no mercado, são bastante similares, mas outras como a capitalização dos agricultores é heterogênea e, dessa forma, é possível identificar diferentes tipologias de agricultores. No entanto, não é a partir dessas diferenças tipológicas que transcorrerá a análise da reprodução da agricultura familiar, mas da tipologia predominante, por ser bastante representativa e refletir melhor a realidade desses sujeitos sociais naquela localidade.

Acerca do contexto externo, este é amplamente influenciado pelo papel do Estado em suas diversas instâncias administrativas. Em Boa Esperança é possível identificar alguns avanços da ação recente do estado através dos desdobramentos da

política de crédito rural direcionado à agricultura familiar, materializados nas condições de infra-estrutura, na criação de associações de agricultores familiares, na reestruturação da assistência técnica rural, na ampliação da incorporação de tecnologias, entre outros. É claro que são avanços em fase inicial e que contemplam de forma bastante parcial os gargalos da reprodução socioeconômica do agricultor familiar, mas que têm contribuído, no presente, para a permanência desse sujeito social no campo.

A recente mudança na orientação política de desenvolvimento rural e o direcionamento de créditos subsidiados especificamente para agricultura familiar, respalda-se no fato desse segmento de produtores apresentar capacidade de competição superior ao segmento patronal e, além disso, os subsídios são totalmente pertinentes decorrente da dependência da agricultura dos processos biológicos. Devido a essa particularidade a agricultura na Europa se estrutura sob forte intervenção do Estado que organiza o mercado agrícola e interfere “no estabelecimento do padrão técnico adotado, no quê e em quanto produzir, nas principais formas de distribuição e alocação dos fundos públicos de sustentação do processo produtivo, na implantação de políticas de reciclagem da mão-de-obra” (ABRAMOVAY, 1998, p. 206).

3.6.1 Agricultura familiar: produção e comercialização

No âmbito da política de desenvolvimento rural atual, implementada pelo Estado brasileiro e seus desdobramentos, iniciaremos a análise da reprodução socioeconômica dos agricultores familiares de Boa Esperança a partir do acesso ao crédito fundiário. O município conta com os incentivos creditícios do PRONAF e do Banco do Nordeste. Em decorrência do norte do Espírito Santo, onde se localiza o município em questão, caracterizar-se por secas prolongadas e constantes e indicadores de desenvolvimento socioeconômico similares ao do Nordeste do país, a partir de 1999 o governo Federal inseriu a região na área de abrangência da SUDENE e, dessa forma, o norte capixaba passou a receber os incentivos creditícios através do Banco do Nordeste.

Amplamente difundido, o crédito rural se generalizou no município. Todos os agricultores que o solicitaram foram contemplados e o acesso a esse instrumento de política agrícola permitiu que a agricultura familiar ampliasse a incorporação de algumas tecnologias até então inacessíveis. Dentre elas destaca-se a implementação de sistemas de irrigação, imprescindíveis para o desenvolvimento da agricultura no contexto local. O déficit hídrico da região impossibilita a realização, em termos competitivos, da maioria dos cultivos agrícolas tradicionais do município, como o café, sem a utilização de irrigação artificial. Inúmeras barragens, de pequeno porte foram construídas para abastecer os sistemas de irrigação, mas sem passar por licença ambiental do órgão competente, o que pode comprometer o uso dos recursos hídricos no futuro. No entanto, os créditos concedidos para os agricultores foram insuficientes (56%) para cobrirem todos os custos de produção, ou seja, o valor dos créditos financia parcialmente a agricultura familiar. Dentre os valores recebidos anualmente, aproximadamente metade (51%) dos agricultores recebeu valores inferiores a 5.000 reais e menos de um terço (31%) mais de 10.000 reais, sendo que o valor máximo declarado foram 15.000 reais.

É incontestável que o valor dos créditos seja insuficiente para financiar plenamente o desenvolvimento agrícola, em bases modernas de produção e com maiores possibilidades de competição frente ao mercado. Metade dos agricultores considera a importância do crédito razoável devido valor concedido na forma de empréstimo ser pequeno e não permitir o financiamento total da produção. Mas ao mesmo tempo é um resultado que não surpreende, pois a opção política pela agricultura familiar é um fato muito recente na história do país. Mesmo insuficientes, a outra metade dos agricultores familiares avalia o crédito rural recebido como importante ou muito importante para o desempenho econômico das unidades produtivas e que sem esses incentivos creditícios não teriam conseguido incorporar algumas tecnologias e, de certa forma, modernizar parcialmente os estabelecimentos. Sem os créditos, a capacidade de investimento fica num patamar mínimo.

Ainda, como reflexo da opção muito recente pela agricultura familiar, os agricultores avaliam de forma negativa o papel desempenhado pelo Estado em relação à implementação das políticas agrícolas. Menos de um terço (31%) dos agricultores

atribuem grau ótimo ou bom à atuação do Estado e conseguem perceber a inserção da agricultura familiar nessas políticas. Nessa mesma perspectiva, 42% consideram razoável e 29% ruim ou péssimo. Essa insatisfação expressa as dificuldades de reprodução dos agricultores familiares que ao justificarem a avaliação negativa do papel do Estado afirmam que não necessitam apenas do crédito rural, mas de uma presença mais forte desse agente na organização do setor agrícola desde a esfera produtiva até à circulação. Subsídios para a energia elétrica e aquisição de insumos, além de preços da produção agrícola assegurados, são as principais reivindicações dos agricultores familiares quando questionados sobre a atuação do Estado.

Individualmente os agricultores familiares não dispõem de máquinas e implementos agrícolas e apenas 20% possuem tratores, mas com baixa potência (14 a 16 CV). No entanto, esses sujeitos sociais têm acesso a alguns desses recursos tecnológicos através das associações de produtores que serão abordadas mais adiante. Apesar da não obtenção desses equipamentos estar relacionada à descapitalização do agricultor familiar, não se constitui em um fator limitante ao desempenho econômico do estabelecimento. Devido à dependência da agricultura dos processos biológicos as máquinas e equipamentos agrícolas são usadas apenas durante um período do ano e ao disponibilizá-las através da associação de produtores, reduz-se ou elimina-se a ociosidade desses recursos tecnológicos. Em termos teóricos, a associação de agricultores familiares significa para o desenvolvimento do capitalismo, a redução do capital imobilizado na atividade produtiva e para o agricultor familiar, a possibilidade de acesso a algumas tecnologias. Ressalta-se, no entanto, que a associação possui apenas alguns equipamentos agrícolas e limita-se exclusivamente ao aluguel destes.

A insuficiência dos créditos de um lado impõe sérias restrições ao desenvolvimento de um agricultor familiar mais moderno e com capacidade para se manter competitivo em um mercado cada vez mais exigente e hostil e de outro mantém o potencial de acumulação da agricultura familiar muito baixo e cria um ciclo vicioso de reprodução da pobreza (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2002). Em Boa Esperança, no caso da cafeicultura (Figura 14), cultivada por 95% dos agricultores e principal atividade agrícola, o agricultor utiliza sistema de irrigação e mudas selecionadas, mas tem dificuldades para manter os níveis de quimificação exigidos pela

cultura. Um número considerável de agricultores (66%), conforme tabela 20, declarou utilizar quantidade insuficiente de fertilizantes e defensivos no café, o que resulta em baixa produtividade e potencial de acumulação muito limitado.

TABELA 20
BOA ESPERANÇA: INDICAÇÃO DE USO DE FERTILIZANTES E DEFENSIVOS
NAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS (%)

Principais Culturas	Estab. que Cultivam	Fertilizante Químico	Fertilizante Orgânico	Calcário	Defensivo	Quantidade Utilizada*	
						Suficiente	Insuficiente
Café	95	78	47	69	45	34	66
Feijão	77	80	14	35	65	80	20
Milho	77	94	8	38	76	78	22
Pimenta	48	90	62	62	62	76	24
Mandioca	27	25	8	25	0	75	25
Coco	20	22	11	22	22	33	11
Abacaxi	18	100	25	50	87	87	13

Fonte: Dados da pesquisa de campo/2004

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

* Nesse item foram considerados apenas os agricultores que declararam utilizar insumos.

Além do café, nos principais cultivos agrícolas do município, mesmo que requeiram níveis de quimificação menores que a cafeicultura, percebe-se uma dificuldade de acesso a essas tecnologias. Em outras palavras, o agricultor familiar descapitalizado ou pouco capitalizado incorpora parcialmente as tecnologias disponíveis e reproduz uma tipologia de agricultura familiar que se insere de forma periférica no mercado. Os níveis produtivos do agricultor familiar e a renda bruta por eles declarada evidenciam que a acumulação realizada é bastante incipiente e, para a maioria deles, permite apenas a reprodução simples da família. Quase metade dos agricultores declarou renda monetária bruta anual inferior a 10 mil reais, mas seria exagero atribuir a esses sujeitos sociais acentuados níveis de pobreza, uma vez que as necessidades básicas são atendidas e as condições de vida são superiores à da periferia dos grandes centros urbanos.

TABELA 21
BOA ESPERANÇA: DISTRIBUIÇÃO DA RENDA MONETÁRIA BRUTA ANUAL
ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES*

Intervalos de Valores (R\$)	Menos de 5.000	5.000 a 10.000	10.000 a 20.000	20.000 a 30.000	30.000 a 50.000	Mais de 50.000
Agricultores Familiares (%)	21,43	26,19	19,05	23,81	2,38	7,14

Fonte: Dados da pesquisa de campo/2004.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

* Consideramos como renda monetária bruta anual toda a produção vendida pelo agricultor.

Incorporação limitada de tecnologias caracterizam a agricultura desenvolvida no município. Mudanças e sementes selecionadas generalizaram-se no município, mas os fertilizantes são utilizados em quantidade insuficiente por mais da metade dos agricultores familiares no manejo do café (Figura 14), a principal atividade agrícola. Os sistemas de irrigação estão presentes em quase todos os estabelecimentos (86%), porque sem esse recurso tecnológico é praticamente impossível desenvolver a agricultura no município. Predomina o sistema de irrigação por aspersão (70%), mas ¼ dos agricultores irrigam manualmente com mangueiras. Acrescente-se também que não irrigam com a frequência necessária devido ao preço da energia elétrica. Os tratores, (presentes em apenas 20% dos estabelecimentos) e seus implementos são alugados nas associações de produtores por 95% dos agricultores. Estes, constituem-se nos principais indicadores de tecnificação incorporados pela agricultura familiar. O agricultor tem acesso a algumas tecnologias, mas não as incorpora em sua plenitude e é por isso que consideramos limitado o padrão tecnológico da agricultura familiar de Boa Esperança.

Esse quadro torna-se mais evidente quando se considera a qualidade da produção agrícola. A cafeicultura capixaba sempre se caracterizou por apresentar baixos níveis de qualidade quando comparada com a produção nacional, mas com a modernização da agricultura esse quadro começou a delinear algumas mudanças de ordem qualitativa. No entanto, em Boa Esperança, apesar de ter aprimorado a produção, o café produzido no presente ainda é de qualidade inferior, ou seja, predomina o conilon tipo 7, cujos preços praticados são os menores do mercado. Não são desenvolvidas experiências de produção que agreguem mais valor ao produto, como ocorre na região de montanhas do Estado onde são cultivados o café despulpado

e orgânico, os quais atingem preços várias vezes superiores ao café produzido no município.

FIGURA 15
BOA ESPERANÇA: CULTIVO DE CAFÉ



Fonte: BERGAMIM, M.C./2004.

Outras limitações foram identificadas na implementação da política de crédito rural. Muitos agricultores (60%) consideram o acesso a esse instrumento de política agrícola difícil devido fundamentalmente à burocracia, pois os agricultores familiares, com baixo nível de escolaridade, têm dificuldades de organizar a documentação exigida. Demora para liberação dos créditos, créditos atrelados a produtos específicos, a utilização da terra como hipoteca para os financiamentos em alguns casos, uma vez que trata-se de crédito fundiário, também foram apontados como fatores que dificultam, mas com menor intensidade. Mesmo com todas as limitações apresentadas, o crédito rural direcionado ao agricultor familiar, representa um grande avanço para a reprodução desse sujeito social e tem se constituído num instrumento de política agrícola muito eficaz na contenção do êxodo rural do município. Entre 1996 e 2000, a população rural aumentou em termos absolutos. Descapitalizados ou pouco capitalizados, sem o crédito rural os agricultores familiares teriam chances muito menores de permanecerem no campo, sobretudo devido às secas prolongadas que vêm ocorrendo no município.

O poder público local também incorporou a opção política pela agricultura familiar e vem desenvolvendo algumas ações para a reorganização desses sujeitos sociais. A assistência técnica do município passou por um processo de reestruturação, através de um convênio firmado com o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural – INCAPER, e a qualidade dos serviços prestados é considerada satisfatória pela maioria dos (80%) agricultores familiares. Um dos desdobramentos da reestruturação da assistência técnica é o acentuado volume de agricultores familiares que obtiveram acesso ao crédito rural, cujos projetos para pleitear os incentivos creditícios foram elaborados pelos técnicos agrícolas.

Mas, em se tratando da assistência técnica relacionada diretamente às atividades agropecuárias, o serviço prestado é de caráter pontual e ainda não há um planejamento para que o técnico acompanhe e oriente sistematicamente o produtor. Além disso o município não dispõe de nenhum agrônomo e só quando são solicitados é que os técnicos atendem aos agricultores e estes, em decorrência da baixa capitalização, incorporam parcialmente as tecnologias e acabam necessitando menos da assistência técnica. O principal motivo que leva o agricultor familiar a procurar esses serviços não é para auxiliar no planejamento de uma atividade agropecuária a ser implementada, mas para o simples controle de pragas.

Dando seqüência à ação do poder público municipal, um outro avanço se expressa nas condições gerais de infra-estrutura do espaço agrário do município, consideradas satisfatórias. As distâncias das unidades produtivas até a sede de Boa Esperança são pequenas, em média 15 km, devido à reduzida extensão territorial do município, bem como, essas vias de acesso são consideradas boas e passam por manutenções periódicas, não se constituindo em fatores limitantes para o escoamento da produção agrícola. A eletrificação rural se generalizou pelo município e todos os estabelecimentos também possuem energia elétrica. Esse indicador é bastante positivo, pois a utilização de algumas tecnologias, como sistemas de irrigação e determinadas máquinas agrícolas, dependem dessa fonte de energia.

Com os recursos do PRONAF e do Programa de Desenvolvimento Agropecuário - PRODESA, o poder público municipal, criou nas sedes dos distritos administrativos, associações de agricultores familiares dotadas de máquinas e implementos agrícolas.

Para se associar, os agricultores têm que se encaixar nos critérios estabelecidos pelo PRONAF para concessão de financiamentos. Como benefício, os associados alugam os equipamentos por valores bem inferiores aos de mercado. No entanto, a atuação das associações revela-se bastante precária por limitar-se apenas ao aluguel de equipamentos agrícolas.

Desorganizados, os agricultores familiares, individualmente, enfrentam os gargalos da comercialização com mais fragilidade. As dificuldades de acesso e de articulação com as quais esses sujeitos sociais se inserem no mercado estão relacionadas à pequena quantidade produzida, à dispersão espacial dos agricultores, à desinformação sobre a dinâmica do mercado, à inexistência de infra-estrutura para armazenar a produção e à fragilidade financeira do agricultor que o obriga a vender a produção na safra, quando os preços são menores, ou até mesmo antes, em alguns casos.

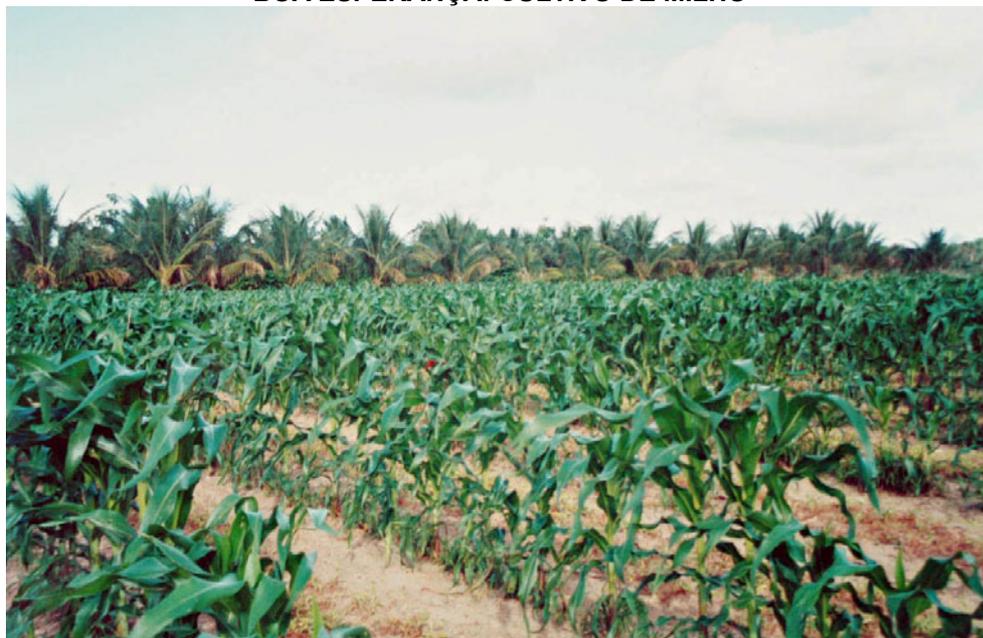
Tomemos como referência o exemplo da estrutura de comercialização do café, por ser a atividade agrícola mais importante do município e representar a principal fonte de renda da maioria dos agricultores familiares (85%). Cultura tradicional e de exportação, a cadeia de comercialização do café é bem estruturada, mas sua organização é determinada pelo mercado em conformidade com suas estratégias de acumulação ampliada de capital. Os personagens da cadeia comercial do café consistem nas seguintes figuras: produtor, comerciante¹⁶ e exportador. Ocorre, portanto, uma sujeição acentuada, dos agricultores familiares, ao comerciante local, responsável pelo transporte, secagem, pilagem e armazenamento do produto, uma vez que os agricultores descapitalizados e desorganizados não dispõem dessa estrutura. Ao deixar o café armazenado, o agricultor cela o compromisso de exclusividade de venda para o comerciante e este, como forma de empréstimo, também compra o café “antecipado”, ou seja, antes da colheita e cobra taxas de juros muito acima do mercado.

Apenas uma das associações de agricultores possui máquina secadora e piladora de café, enquanto os demais agricultores ficam dependentes da utilização da infra-estrutura dos comerciantes. A indisponibilidade desses equipamentos, sobretudo a máquina secadora, leva a utilização acentuada de uma prática bastante arcaica da

agricultura: os terreiros de café. Utilizados por três quartos dos agricultores, os terreiros são em sua maioria (75%) de terra batida, o que interfere na qualidade do café produzido.

Com relação às demais culturas, predominam as destinadas ao mercado interno. Além do café, os agricultores plantam principalmente feijão, milho (Figura 16) e mandioca, o que confirma o papel tradicionalmente atribuído à agricultura familiar, como produtora das chamadas “culturas de pobres”. Nesse caso uma seqüência de comerciantes intermediários (atravessadores), de pequeno porte, integra a cadeia comercial e diminui substancialmente os preços pagos aos produtores. Organizada dessa forma, a estrutura comercial amplia a acumulação realizada na circulação e reduz a da esfera produtiva, o que implica em uma sujeição acentuada do agricultor familiar ao capital comercial.

FIGURA 16
BOA ESPERANÇA: CULTIVO DE MILHO



Fonte: BERGAMIM, M.C./2004.

¹⁶ A distinção entre comerciante e atravessador é que o primeiro tem suas atividades regularizadas com emissão, de nota fiscal e o segundo não.

O que ocorre de forma geral é que o agricultor familiar “compra os insumos do último elo da cadeia alimentar em se tratando da fase anterior ao sistema produtivo, isto é, antes da porteira [...] e vende os produtos para o primeiro elo da cadeia alimentar da fase posterior ao sistema produtivo, isto é, depois da porteira” (BLUM, 2001, p. 95). Em outras palavras, o agricultor familiar compra insumos caros e vende a produção a preços baixos. A redução dos intermediários, tanto na fase anterior quanto na posterior do sistema produtivo, contribuiria para melhorar o sistema de comercialização. Uma das alternativas para reduzir os intermediários seria a organização dos agricultores familiares em associações de produtores para a criação de estratégias de comercialização em condições mais vantajosas.

A precariedade do sistema de comercialização impõe sérios limites à diversificação da agricultura. A tentativa de diversificação através do cultivo do abacaxi resultou em vários casos de perda total da produção. Decorrente da desinformação sobre a dinâmica do mercado, os agricultores familiares não conseguiram vender a produção na época certa e dado o acelerado perecimento da cultura, perdeu-se totalmente a safra. Em suas estratégias de reprodução, o agricultor familiar é obrigado a optar pelas culturas tradicionais e não perecíveis em curto prazo, as quais têm mercado garantido e menos riscos de perda da produção. Isoladamente, esse sujeito social não tem condições de ter acesso e interpretar informações complexas sobre uma extensa rede de comercialização que muitas vezes extrapola os limites nacionais. Estamos aqui nos referindo a um agricultor familiar com baixa escolarização e integrante de uma sociedade marcada pela ausência de participação da população na formação da nação e pelo exercício falho da cidadania (CARVALHO, 1998). Uma sociedade com tais características ajuda a entender a escassez e a dificuldade de formação de capital social.

A fruticultura é uma atividade agrícola em franca expansão no Espírito Santo, mas a estrutura da cadeia de comercialização é apenas um dos fatores que limita a expansão dessa atividade em Boa Esperança. Na verdade, o agricultor produz, mas não consegue vender e, dessa forma, o potencial de absorção da fruticultura, desenvolvida em bases familiares de produção, restringe-se, quase em sua totalidade, à capacidade de processamento de matéria-prima de uma agroindústria de polpas, de

pequeno porte instalada no município, por ser a principal compradora da produção de frutas. Cabe ressaltar que a fruticultura vem se expandindo nos grandes estabelecimentos do município através do cultivo do mamão, cultivado com elevado nível de investimento e assentado em moderna base técnica.

Outras tentativas de diversificação começam a ser experimentadas, mas ainda de forma pontual. A pimenta, tanto a variedade permanente quanto a temporária, tem representado uma boa opção e atualmente a cultura vêm se expandindo no município. Além de ser uma cultura não perecível em curto prazo, há demanda comercial e uma parte da produção destina-se ao mercado externo, mas cabe uma observação para variedade permanente: os elevados custos de produção traduzem-se em um entrave para os agricultores descapitalizados.

De modo geral, o sujeito social em questão não conhece o mercado e nem a demanda dos produtos agrícolas, de forma que e os preços do café noticiados pelo telejornal constituem-se, quase que exclusivamente, na única fonte de informação. Embora reconheça a importância do acesso a essas informações para o bom desempenho do estabelecimento agropecuário, o agricultor familiar é desinformado, desorganizado e o Estado interfere muito pouco na organização do mercado agrícola. Superados os limites da esfera produtiva, no momento em que o produtor vai realizar a mercadoria, os preços são baixos, falta mercado para algumas culturas e não há sistema de transporte organizado para escoar a produção. São os próprios comerciantes os principais responsáveis pela transporte da produção da agricultura familiar. A maioria dos agricultores (77%) utiliza o veículo do comerciante a produção, uma dependência que se traduz em um dos fatores que contribuem para aumentar a sujeição da produção ao comércio.

Para aumentar a eficiência econômica da agricultura familiar faz-se necessário a interferência direta do Estado na organização dos mercados agrícolas a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e na Europa, onde a agricultura é um dos segmentos produtivos mais controlados pelo Estado. Face às limitações constatadas na estrutura de comercialização do município, a implementação de políticas de preços, o aperfeiçoamento e a ampliação do acesso às informações sobre o mercado, a criação de mecanismos de controle sobre a oferta e a demanda da produção agrícola, o

desenvolvimento da infra-estrutura de comercialização e a democratização do sistema de transportes, são algumas das interferências que o Estado deve efetuar na organização e no planejamento da estrutura de comercialização.

3.6.2 Agricultura familiar: organização do trabalho e dos agricultores

A restrita diversificação das atividades agrícolas, em princípio, amplia o tempo de não-trabalho do estabelecimento familiar. Decorrente da dependência da agricultura dos processos biológicos, os dias necessários para germinar a semente ou para a maturação dos frutos são considerados como tempo de não-trabalho, ou seja, é um período em que o agricultor tem que esperar cumprir o ciclo natural da cultura. Do ponto de vista da reprodução do estabelecimento familiar, a diversificação reduziria o tempo de não-trabalho, uma vez que no período de maturação de uma determinada cultura poderia se realizar o plantio ou a colheita de outra. A diversificação pode contribuir para elevar o emprego em tempo integral de uma parte maior dos membros da família, pois o trabalho pode ser melhor distribuído durante o ano e, por sua vez, reduzir a ociosidade do trabalho na agricultura.

Ora, se a agricultura familiar de Boa Esperança é pouco diversificada, podemos admitir que se acentua o tempo de não-trabalho dos estabelecimentos. Conseqüentemente eleva-se o número de membros da família que ficam disponíveis, ou seja, não se encontram ocupados, durante todo o ano, em alguma atividade no interior do estabelecimento familiar, uma vez que a dependência do ciclo natural faz com que na agricultura não haja correspondência entre tempo de trabalho e tempo de produção.

Apesar da aparente disponibilidade, os membros do estabelecimento recorrem pouco ao trabalho acessório (23%) e essa estratégia de reprodução não está relacionada diretamente ao tempo de não-trabalho, mas à queda da renda agrícola que se torna insuficiente para garantir a reprodução da família. Também não é o membro da família que individualmente combina atividades agrícolas com não-agrícolas em decorrência do tempo de não-trabalho, mas alguns membros que exercem

exclusivamente ou uma ou outra forma de trabalho. Essa combinação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas pelos membros do estabelecimento familiar é denominada pluriatividade, “que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica” (SCHNEIDER, 2003, p. 14).

Também não foi identificada a ocorrência de ocupações rurais não-agrícolas (ORNAS), que são atividades localizadas espacialmente no meio rural, mas que não estão relacionadas às atividades tradicionais da agropecuária. As ORNAS decorrem do processo de urbanização do campo e estão ligadas ao lazer e ao ócio (pesque-pague e chácaras de recreio), ao ecoturismo (unidades de conservação), a moradias secundárias da classe média urbana (sítios) etc. Essa nova função do campo demandaria uma série de atividades tipicamente urbanas, sobretudo as relacionadas à prestação de serviços (SCHNEIDER, 2003).

Numa perspectiva mais geral, verifica-se que a agricultura familiar diversifica-se pouco e restringe-se aos cultivos agrícolas tradicionais, o que conseqüentemente acentua o tempo de não-trabalho. Além disso, a pluriatividade manifesta-se em poucos estabelecimentos e não foi identificada a ocorrência de atividades rurais não-agrícolas. Qual a explicação para essa lógica de reprodução da agricultura familiar?

O contexto socioeconômico no qual a agricultura familiar está inserida caracteriza-se: a) por não apresentar potencial turístico natural (a vegetação nativa foi quase totalmente desmatada e não há outros atrativos naturais); b) geograficamente estar localizado distante de grandes centros urbanos; c) pela quase inexistência de atividades industriais, limitada a algumas olarias de caráter rudimentar e d) quase inexistência também de agroindústrias, restrita ao setor sulcro-alcooleiro, que utiliza o trabalhador nordestino como parte da mão-de-obra, e ao processamento de frutas de pequeno porte.

Ocorre então, que o contexto socioeconômico não favorece o desenvolvimento das ocupações rurais não-agrícolas e, por sua vez, acaba por interferir na expansão dos estabelecimentos familiares pluriativos. O município também não passa por um processo de urbanização do campo e nem há uma tendência, em curto prazo, para viabilizar tais transformações. Nesse sentido, os exemplos de pluriatividade não estão

associados nem às atividades industriais ou agroindustriais e tampouco ao processo de urbanização do campo. Dos poucos casos de pluriatividade a maioria (80%) está relacionada ao serviço público, o principal empregador do município, e são justamente os agricultores familiares com domicílio urbano os mais pluriativos, devido a maior facilidade de acesso a esse tipo de trabalho. Nesse caso a renda obtida pelas atividades não-agrícolas exerce papel fundamental na reprodução do estabelecimento.

Considerando as condições gerais em que se processa a reprodução da agricultura familiar do município, se houvessem condições para a combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas, é provável que a recorrência à pluriatividade seria uma estratégia de reprodução socioeconômica com ampla adesão dos agricultores familiares. As condições de produção e comercialização por si só são suficientes para explicar o comportamento desses sujeitos sociais. Nesse sentido, a pluriatividade não expressa o resultado das transformações recentes do campo, conforme já mencionado, mas uma resposta às condições de produção da agricultura familiar, marcada por uma série de problemas que afetam a reprodução dessa forma de organização da produção.

Diante desse quadro, qual seria então a vocação produtiva da agricultura familiar de Boa Esperança? É inegável que o campo esteja se urbanizando, mas não de forma generalizada, e que os desdobramentos desse processo se manifestem no crescimento das ocupações rurais não-agrícolas, da mesma forma que a pluriatividade venha se expandindo. No entanto, nem todas as regiões do país apresentam potencial para o desenvolvimento da pluriatividade. Alentejano (2001) afirma que esta não deve ser considerada como uma alternativa generalizada para a agricultura familiar, mas onde sua prática for aplicável, que seja estimulada e onde não houver condições, que a produção agrícola convencional, seja apoiada por políticas públicas pertinentes.

Aparentemente, o contexto socioeconômico de Boa Esperança não é favorável para o desenvolvimento da pluriatividade. A vocação econômica da agricultura familiar converge para atividades essencialmente agrícolas. Tudo indica que a estratégia de desenvolvimento rural mais apropriada seria a implementação de políticas públicas direcionadas à produção agrícola e que assegurassem melhores condições de

produção à agricultura familiar, como incentivos creditícios, assistência técnica, organização dos mercados etc.

Por sua vez, é em torno dos membros da família que se organiza o trabalho no estabelecimento. Participam dos trabalhos agrícolas, o chefe da família, a mulher e os filhos (Figura 17). Além de organizar as atividades domésticas, a mulher (80%) também participa das atividades agrícolas, acionadas especialmente nos períodos em que aumenta a demanda de trabalho. Os filhos, os que residem no estabelecimento, mas não desenvolvem atividades externas e já atingiram idade suficiente para trabalhar, participam efetivamente na realização das atividades agrícolas (85%). É notável o peso do trabalho familiar na condução das atividades desenvolvidas no estabelecimento, de forma tal que a recorrência à mão-de-obra contratada restringe-se apenas a determinados momentos do ciclo produtivo, quando apenas os membros da família não são suficientes para comportar o aumento da demanda de trabalho, como durante a colheita do café.

FIGURA 17
BOA ESPERANÇA: TRABALHO FAMILIAR NA COLHEITA DA PIMENTA



Fonte: BERGAMIM, M.C./2004.

A dinâmica do trabalho organizado em bases familiares de produção é mais flexível e, portanto, adapta-se melhor às particularidades da agricultura em relação a sua dependência do ciclo da natureza. Algumas etapas do ciclo produtivo, como o plantio e a colheita, exigem maior quantidade de mão-de-obra, enquanto outras, como o período de crescimento ou de maturação dos frutos, exigem menos mão-de-obra. A agricultura familiar adapta-se muito bem à essas oscilações do tempo de trabalho e do tempo de não-trabalho. O fato da família ser a proprietária do empreendimento estimula a participação do grupo familiar, que se disponibiliza a ampliar ou reduzir sua jornada de trabalho de acordo com as necessidades do ciclo produtivo. Já o trabalho assalariado não apresenta essa flexibilidade.

Observamos também que algumas estratégias de organização do trabalho, tradicionalmente vinculadas à reprodução da agricultura familiar, como as fundadas no auxílio mútuo entre parentes ou vizinhos, ainda são utilizadas em muitos estabelecimentos (43%) de Boa Esperança. Segundo Carneiro (1999), no Brasil essas relações são muito mais fortes do que na França, de forma tal que nos períodos em que a demanda de trabalho aumenta, grande parte dos membros da família, que não fazem parte do estabelecimento, são acionados para ajudar nas tarefas, mas sem remuneração. No entanto, o agricultor familiar recorre a essas relações com pequena frequência em Boa Esperança, de forma que trabalho é realizado, fundamentalmente, com base nos membros do estabelecimento e secundariamente com a contratação de mão-de-obra, quando necessário, mas remunerada.

Esse comportamento do agricultor familiar, com uma tendência à individualização do trabalho, no sentido de restringir-se aos membros do grupo familiar do estabelecimento, pode ser a expressão de uma característica da reprodução desse sujeito social em Boa Esperança: a debilidade dos instrumentos que os organizam e os representam. Diante das dificuldades em assegurarem a reprodução da família, tão comuns a esses sujeitos sociais, as alternativas não são buscadas no plano coletivo, mas individualmente.

Tanto as associações de agricultores familiares quanto o sindicato dos trabalhadores rurais, entidades que representam esses sujeitos sociais, atuam de forma limitada. Os agricultores projetam na filiação a essas entidades, a possibilidade de obter

alguns benefícios, como o auxílio nos processos de aposentadorias, o aluguel das máquinas a preços mais acessíveis, o fornecimento das cartas de aptidão obrigatória para a solicitação de financiamentos etc. Equivocadamente as entidades são vistas como instrumentos concessores de “vantagens” e não como um espaço de participação que possibilite a construção de estratégias e mecanismos com vistas a alcançar melhores condições de produção e comercialização, frente a um mercado cada vez mais seletivo e competitivo.

Na verdade, o surgimento das associações de agricultores familiares não resultou de um processo participativo, no qual os sujeitos sociais interessados, em conformidade com suas realidades, se organizaram e fundaram as entidades. Pelo contrário, foi o poder público local que fundou as associações e com os recursos do PRONAF e do PRODESA as dotou de máquinas e implementos agrícolas. Criadas dessa forma, não é surpreendente que a atuação dessas associações restrinja-se apenas ao fornecimento de equipamentos agrícolas.

Grande parte dos problemas atrelados à produção e comercialização poderiam ser melhor conduzidos se esses sujeitos sociais se organizassem e participassem de associações que realmente os representassem. As associações, em seu sentido pleno, abrem perspectivas para a criação de capital social, um recurso tão carente no município. Entendido como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1993-1996 apud ABRAMOVAY, 2003, p.84), o capital social possibilita a conquista de objetivos que não seriam plausíveis na sua ausência (ABRAMOVAY, 2003). No caso das associações, a criação de capital social poderia desenvolver níveis de organização e assim possibilitar conquistas que os agricultores familiares individualmente não atingiriam.

3.6.3 Agricultura familiar: patrimônio fundiário e estratégias familiares

Em suas estratégias de reprodução os agricultores familiares, mesmo diante de todos os bloqueios que acompanham as suas trajetórias, preferem continuar

trabalhando na agricultura a exercer outra profissão. Uma opção que representa 75% dos agricultores, que apesar de considerarem o trabalho agrícola muito árduo, a identificação profissional é o principal motivo que os leva a permanecerem na agricultura. Ao afirmar que a preferência deve-se ao fato de gostarem “de trabalhar a terra”, “do contato com a natureza”, de plantar e ver crescer”, os agricultores familiares deixam transparecer o “afeto à terra”. Para esses sujeitos sociais a terra assume uma dimensão “próxima, física, qualificável segundo um código de atributos naturais avaliados pelo seu poder de produção. A terra real sobre a qual se trabalha; a terra em que se planta” (BRANDÃO, 1999, p. 63).

Seguida da dimensão simbólica, a liberdade do agricultor familiar, secundariamente, é apontada como um dos atributos que justifica a preferência pela profissão. Subordinados ao capital através da produção agrícola e que acaba por subordinar indiretamente o trabalho familiar, o agricultor familiar ainda tem, de certa forma, uma autonomia na dinâmica do trabalho. A combinação simultânea de proprietário e executor das atividades da unidade produtiva confere à agricultura familiar uma autonomia que lhe permite definir, por exemplo, o tempo de duração da jornada de trabalho, quantos dias serão trabalhados ou em quais dias não trabalharão. “É no campo, por exemplo, que se pode ouvir uma palavra raramente ouvida entre os operários urbanos: *a palavra liberdade*” (MARTINS apud OLIVEIRA, 1991, p.12). Vale reafirmar que essa autonomia é relativa, pois a produção encontra-se subordinada ao capital.

Um outro fator que ajuda a entender o forte vínculo com a profissão, é que esses sujeitos sociais são filhos de agricultores (93%), nasceram na agricultura e praticamente não tiveram outra experiência profissional (60%). Tanto que quando questionados sobre há tempo trabalham na agricultura, a maioria dos agricultores (70%) respondeu “desde criança”. A dimensão temporal extrapola os limites quantitativos e o tempo trabalhado na agricultura representa os anos vividos. Além das raízes agrárias, o nível de instrução fica num patamar mínimo, pois aproximadamente dois terços dos agricultores freqüentaram a escola por menos de quatro anos. A ausência de formação profissional restringe o desejo e o exercício de outras profissões, tanto que pedreiro e caminhoneiro, profissões que não exigem formação específica, foram as principais

atividades profissionais escolhidas pelo grupo que gostaria exercer outra atividade fora da agricultura.

Mas quando questionados sobre o futuro dos filhos, os agricultores familiares não gostariam (65%) que eles permanecessem na agricultura. As características positivas atribuídas ao trabalho agrícola, pelo chefe da unidade produtiva, soam diferente quando se trata do futuro profissional dos filhos. Por acreditarem que os filhos poderão encontrar melhores oportunidades de trabalho fora da agricultura, desejam para eles outras profissões e nesse momento o trabalho agrícola assume outra dimensão, a do sofrimento. Por isso consideram muito importante o acesso à educação, entendida como uma possibilidade de desvinculação do trabalho agrícola e de encaminhamento para outras atividades que lhes permitirão melhores condições de vida. Todos os filhos em idade escolar freqüentam a escola e o acesso à educação formal, da educação infantil até o ensino médio é assegurado nos estabelecimentos de ensino na rede pública.

Esses agricultores não fazem uma associação entre instrução e trabalho agrícola. Muito pelo contrário, pois o acesso à educação é uma condição para deixar de ser agricultor. O processo produtivo da agricultura familiar é marcado pela incorporação restrita de tecnologias e por isso o trabalho manual é bastante utilizado, como por exemplo no manejo e na colheita do café. Essa característica realmente torna o trabalho agrícola bastante “sofrido” e sem atributos para atrair mão-de-obra qualificada.

Diante de todas as dificuldades relacionadas ao trabalho agrícola, nem o reconhecimento da importância do acesso à educação e tampouco a preocupação com o futuro profissional dos filhos, em momento algum, levou os agricultores familiares a indicarem o investimento na vida educacional dos filhos como um dos motivos para venda da terra. É preciso considerar que são agricultores (forma pela qual se identificam profissionalmente), que apesar da afinidade com a profissão não têm vínculo territorial com a terra e são, portanto, desenraizados. Não hesitariam em vender o patrimônio familiar para comprar outra terra que fosse maior ou apresentasse melhores condições de produção (65%). Da mesma forma, o pagamento de dívidas e de tratamento de saúde foram mencionados, mas para investimento na educação dos filhos não.

O desenraizamento do agricultor familiar está relacionado à mobilidade espacial que acompanha a trajetória desses sujeitos sociais, os quais em suas estratégias de reprodução socioeconômica migram em busca de novas terras. O perfil migratório desses agricultores evidencia os constantes deslocamentos espaciais e dessa forma a terra adquire “valor de meio de produção, de forma completamente vital para a família agrícola, mas ela não é o território patrimonial ao qual os camponeses enraizados estão ligados” (MAUREL, 1998, p. 111). Na verdade, essa ausência de vínculo com a terra representa uma possibilidade de continuarem reproduzindo-se como agricultores familiares, mesmo que seja em outro lugar. Boa Esperança, no início do seu povoamento, representava essa possibilidade. Os agricultores

Desenraizados territorialmente, a principal modalidade de acesso à propriedade da terra é através da compra (47%), não de membros da família, mas de outras pessoas e, na maioria dos casos, o chefe atual do estabelecimento foi quem iniciou a constituição do patrimônio familiar. Para esses agricultores não há um motivo específico que justifique a aquisição da terra em Boa Esperança, mas simplesmente porque foi esse o estabelecimento que conseguiram comprar. Em seguida vem a herança (33%), porque o processo de ocupação que deu origem ao município é recente e conseqüentemente o tempo de permanências das famílias nos estabelecimentos ainda não foi suficiente para que a propriedade da terra tenha sido transmitida por várias gerações. As famílias que receberam a terra como herança estão no mesmo estabelecimento há uma ou, no máximo, duas gerações. Já a combinação, simultânea, das duas modalidades (20%) é pouco usada, mas é um mecanismo que permite ampliar o patrimônio fundiário.

Ainda sobre o patrimônio familiar, na mesma proporção, um grupo de agricultores pode aumentá-lo enquanto outro manteve a mesma área da aquisição inicial. Tanto num caso quanto no outro, não há relação entre as estratégias fundiárias e a modalidade de obtenção da terra. Também foram poucos os casos de agricultores que após a aquisição tiveram seu patrimônio familiar reduzido. Vale ressaltar que, quando o acesso ao patrimônio familiar se deu exclusivamente através da herança, ou combinado com a compra e este foi ampliado pelo sucessor, a dimensão física do estabelecimento ficou sempre num limite inferior à do proprietário antecessor. Admitimos que a

transmissão da herança, ao fragmentar a unidade produtiva, vem contribuindo para a emergência de um processo de minifundização.

Segundo levantamento realizado pelo INCAPER em 2002 e 2003, houve uma ampliação extraordinária do número de estabelecimentos, quando comparado com os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, que saltou de 454 para 757. O aumento maior ocorreu nos estabelecimentos com área inferior a 100 ha, os quais passaram de 386 para 644. Embora sejam levantamentos de fontes diferentes, as alterações fundiárias são consideráveis e desenham um novo arranjo espacial na distribuição da terra.

No Brasil, em relação à transmissão da herança, “o princípio da igualdade declarado pelos produtores traduz-se, na prática, por uma série de arranjos que visam contornar os problemas concretos resultantes da dimensão da família e com vistas à reprodução da exploração” (BRUMER, 1997, p. 192). Em Boa Esperança os arranjos para evitar a fragmentação do estabelecimento com intensidade tal que possa inviabilizar sua reprodução estão reduzidos à compra das partes por um ou mais de um irmão, mas não há preferência pelo filho mais velho ou do sexo masculino. No entanto, e termos concretos, o que vem ocorrendo é um processo acentuado de fragmentação do estabelecimento familiar.

Mantidas as condições objetivas atuais e a forma pela qual será transmitido o patrimônio familiar aos sucessores, a tendência de fragmentação continuará e, conseqüentemente, a área dos estabelecimentos familiares será reduzida. Todos os agricultores entrevistados foram unânimes ao afirmarem que o patrimônio familiar será dividido em partes iguais, independente do sexo, do número ou idade dos filhos. Acontece que esse mecanismo de transmissão patrimonial esbarra-se na pequena dimensão física dos estabelecimentos, em alguns casos, insuficiente para assegurar a sobrevivência da família e, dessa forma, a fragmentação poderá comprometer a reprodução socioeconômica das gerações futuras. Quase dois terços dos agricultores entrevistados possuem estabelecimentos com área inferior a 20 ha, cuja dimensão física no presente já não comporta mais o crescimento do número de membros da família. Como expressão desse processo, a maior parte dos filhos casados já não faz parte do estabelecimento familiar.

Por sua vez, a auto-suficiência alimentar, uma estratégia fortemente arraigada à reprodução da agricultura familiar no Espírito Santo, começa a perder importância a partir do processo de modernização da agricultura e também das transformações nos hábitos alimentares ditadas por algumas multinacionais do setor alimentício. Uma série de alimentos produzidos industrialmente foram introduzidos na dieta alimentar da população e, paulatinamente, a relativa autonomia do estabelecimento familiar vai sendo substituída pela dependência cada vez maior do mercado e o peso da produção destinada ao auto-consumo perde importância na reprodução do grupo familiar. Cada vez mais o agricultor familiar produz para o mercado e a ele se subordina.

Considerando o contexto em que a agricultura familiar de Boa Esperança se reproduz, a análise realizada até agora revelou, dentre alguns de seus aspectos, que essa forma de organização da produção, caracteriza-se pela incipiente diversificação, em relação à produção destinada ao mercado, pela existência de poucas unidades produtivas pluriativas, pelo acentuado tempo de não trabalho etc. Diante desse quadro, como será o peso do autoconsumo na produção de alimentos para o grupo familiar? 48% dos estabelecimentos produzem mais da metade dos alimentos consumidos pela família. À primeira vista, o contexto em que os agricultores familiares estão inseridos indicaria que o autoconsumo, por expressar um mecanismo de defesa relacionado à fragilidade com a qual esses sujeitos sociais enfrentam o mercado (WANDERLEY 1995), seria uma estratégia bastante utilizada. Na realidade, o que se constata é justamente o contrário, tendo em vista o predomínio, com uma pequena diferença, dos estabelecimentos que adquirem a maior parte da alimentação da família no mercado. Acrescente-se ainda, que a maioria dos agricultores com esse perfil são os que declararam as menores rendas monetárias brutas.

Por outro lado, observa-se que a maioria dos estabelecimentos familiares é auto-suficiente na produção de determinados alimentos. Grande parte das necessidades alimentares em carne suína, aves, ovos, feijão, milho, mandioca, verduras e frutas são obtidas através da própria produção do estabelecimento. O que se busca no mercado são prioritariamente os alimentos processados industrialmente, como massas, óleos vegetais, açúcar etc.

A produção pecuária, de forma geral, está voltada para o mercado (65%), mas não se constitui em importante fonte de renda para os agricultores familiares. Apenas um agricultor produz derivados do leite, como queijos e manteigas. Não há uma tradição forte de produção de produtos caseiros do setor alimentício e muito menos uma valorização deles. O máximo que se produz são queijos tipo “Minas”. Ocorre também que na região onde Boa Esperança está inserida sempre predominou a pecuária de corte e como a dimensão física dos estabelecimentos é reduzida acaba por restringir a expansão da pecuária bovina, explorada de forma extensiva. Nesse sentido, menos da metade dos agricultores (40%) dedicam-se a essa atividade e possuem pequeno efetivo de animais.

Diferentemente da bovinocultura, tanto a pecuária suína quanto a avícola estão presentes em quase todos os estabelecimentos familiares. Estreitamente relacionadas ao autoconsumo da família, apenas um quarto dos estabelecimentos destina parte da produção de suínos, aves e ovos ao comércio. De certa forma, são atividades que se organizam independente do mercado e em duplo sentido, tendo em vista que este não é nem o local, no qual se adquire a alimentação do rebanho e tampouco para onde se destina a produção. Os estabelecimentos (90%) asseguram a auto-suficiência alimentar dos animais .

Fortemente arraigada ao trabalho feminino, a criação de suínos e aves expressa mais uma das estratégias de reprodução do grupo familiar. A renda obtida com essas atividades não é expressiva em relação à renda monetária bruta total declarada pelos agricultores familiares, mas permite complementar, em determinados momentos, algumas das necessidades da família encontradas apenas no mercado.

3.7 Agricultores familiares: quem são e como vivem?

Diante de todas as informações analisadas, como são as condições de vida do agricultor familiar de Boa Esperança? O grau de satisfação desses sujeitos sociais em relação às condições habitacionais é bastante acentuado. Para 56% dos agricultores as condições de moradia são ótimas ou boas, apenas 7% consideram ruins e o restante

razoáveis. Esses indicadores são positivos, pois as habitações asseguram o bem estar da família. A aparente simplicidade das habitações é também expressão dos valores culturais da população rural, como na Figura 17 que apresenta uma casa simples, com arquitetura típica do imigrante italiano nessa região. Na Figura 18, um outro exemplo de habitação rural de construção mais recente, com características arquitetônicas diferentes, mas que em ambas as condições habitacionais são asseguradas.

Todas as habitações dos estabelecimento dispõem de água encanada e energia elétrica. Os agricultores familiares possuem os principais eletroeletrônicos e eletrodomésticos, considerados necessários de acordo com os valores culturais e o ambiente socioeconômico em que vivem. Nessa perspectiva, são poucos os que possuem vídeo cassete, por não considerarem esse objeto importante, mas quase todos dispõem de antenas parabólicas, muito útil na zona rural. Esses indicadores servem como parâmetro para avaliar o perfil econômico e as condições de vida do agricultor familiar. Mesmo que só aproximadamente um terço possuam carro e metade motos, o ambiente em que esses sujeitos sociais se reproduzem é muito mais favorável que o das periferias dos grandes centros urbanos. O caráter social é mais um dos fatores que justifica o fortalecimento da agricultura familiar, como forma de fixar o agricultor no campo.

TABELA 22
BOA ESPERANÇA: INDICAÇÃO DE ACESSO A ALGUNS OBJETOS

ITENS	(%)	ITENS	(%)
Televisão	97,67	Apar. de Som	72,09
Parabólica	86,05	Vídeo	6,97
Geladeira	100	Bicicleta	81,4
Rádio	97,67	Moto	53,49
Freezer	69,77	Carro	37,21

Fonte: Dados da pesquisa de campo/2004.

Elaboração: BERGAMIM, M. C./2004.

FIGURA 18
BOA ESPERANÇA: HABITAÇÃO TÍPICA DO IMIGRANTE ITALIANO



Fonte: BERGAMIM, M.C.

FIGURA 19
BOA ESPERANÇA: HABITAÇÃO DA ZONA RURAL



Fonte: BERGAMIM, M. C./2004

Com relação às necessidades alimentares da família, estas são atendidas, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. É inegável que a produção para o autoconsumo venha perdendo importância, mas que essa prática contribui fundamentalmente para garantir uma melhor qualidade da alimentação. Acrescente-se também que filhos dos agricultores têm acesso à educação garantido até o ensino médio.

Ao analisar agricultura familiar em Boa Esperança, identificamos ao mesmo tempo, avanços e fatores limitantes na reprodução socioeconômica dessa forma de organização da produção. Uma série de entraves foram apresentadas na implementação da política agrícola para a agricultura familiar, mas que apesar disso representa um avanço para esses sujeitos sociais, caracterizados fortemente pela extraordinária capacidade de adaptação a diferentes contextos socioeconômicos. Essa capacidade ajuda a entender o crescimento da agricultura familiar no Espírito Santo e em Boa Esperança, como expressão de um processo de recomposição.

Acrescente-se também que as condições de vida do agricultor familiar são um dos reflexos da forma pela qual ocorre sua reprodução socioeconômica. Os avanços mencionados, ao contribuírem para frear o êxodo rural e fixar os agricultores familiares no campo, estão assegurando-lhes condições de vida superiores às que obteriam se tivessem migrado para a periferia das grandes cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das particularidades fundamentais da formação socioespacial do Espírito Santo reside na constituição da pequena propriedade rural, fundada no trabalho familiar. No âmbito da transição do trabalho compulsório para o trabalho livre, a forma pela qual o governo central conduziu a política imigratória para a Província capixaba, promoveu a fragmentação da grande propriedade e a difusão da pequena propriedade. Como estratégia para atrair imigrantes para outras regiões do país, utilizaram o Espírito Santo como propaganda, pois nessa Província o imigrante europeu teve acesso à propriedade da terra e não substituiu o trabalho escravo nas fazendas de café, conforme ocorrido em outras regiões cafeeiras do país.

Nessas condições, a política migratória capixaba conferiu a essa Província um novo e peculiar arranjo espacial, expresso pela estrutura fundiária e pelas relações de trabalho, representadas respectivamente pela pequena propriedade e pelo trabalho familiar. Os resultados do modelo de imigração ainda se manifestam no presente, uma vez que o Espírito Santo figura como a unidade da federação que apresenta a segunda melhor distribuição da propriedade da terra.

A pequena propriedade rural então instituída, fundada no trabalho familiar, sobretudo do imigrante europeu, e no cultivo do café como principal atividade com valor comercial e cultivado sem a utilização de recursos técnicos, constituiu a estrutura produtiva predominante no Espírito Santo. Com essas características de produção, a qualidade e a produtividade do café cultivado no estado eram inferiores às das principais regiões produtoras do país.

Essa estrutura produtiva promoveu a ocupação do território capixaba e esse fato não se trata de um mero detalhe, mas que tem implicações diretas na formação socioespacial do estado. A formação socioespacial está relacionada à organização da produção e uma estrutura produtiva com tais características só poderia apresentar incipiente potencial de acumulação, limitado em princípio à reprodução simples das unidades produtivas familiares.

Nessa estrutura produtiva, dependente da monocultura do café, cultivado sem o emprego de recursos técnicos, à medida que os solos se esgotavam, o agricultor familiar deslocava-se espacialmente para novas áreas de cultivo. Com essa mobilidade espacial, o agricultor familiar transpôs o rio Doce e ocupou o norte capixaba, com tamanha velocidade que constituíram nessa região a única zona pioneira do estado. No entanto, essa estratégia de reprodução esbarra-se na indisponibilidade de terras aptas ao cultivo do café.

Nos anos 1960, encerra a fronteira agrícola para o café e esse fato impõe limites à reprodução da estrutura produtiva vigente. Dadas as suas características, a estrutura produtiva torna-se anti-econômica e entra em crise, cujos efeitos são acentuados ainda mais pela erradicação do café. Nesse momento, a agricultura familiar sofre forte impacto negativo, pois as bases em que se assentavam a sua reprodução se desestruturaram. Inúmeras unidades produtivas familiares desaparecem e os membros a elas pertencentes vão integrar as estatísticas do êxodo rural.

Quase uma década após a crise da estrutura produtiva, a agricultura familiar encontrava-se estagnada, pois a base pretérita em que se assentava sua reprodução fora destruída, mas não a substituíram por outra. É nesse contexto que se inicia a modernização da agricultura, um processo que desestruturou ainda mais a reprodução da agricultura familiar. Os impactos da “modernização violenta”, forma pela qual fora denominada, assumem dimensão maior quando se projetam em uma realidade socioespacial como a do Espírito Santo no momento pré-modernização.

Entre 1970 e 1980, o período mais intenso da modernização da agricultura, tanto a concentração fundiária quanto o êxodo rural ocorreram de forma mais acentuada. Os desdobramentos dessas transformações mais uma vez recaíram sobre a agricultura familiar, num processo de expropriação e expulsão da população rural que constitui essa forma de organização da produção.

A crise na estrutura produtiva e a modernização da agricultura introduziram transformações no arranjo espacial que impuseram limites à reprodução da agricultura familiar. Isso significa que a forma de organização da produção difundida e reproduzida de forma predominante no Espírito Santo por quase um século foi tão fortemente desestruturada, cujos resultados ainda se expressam no presente. Apesar do

desempenho favorável em relação à distribuição da propriedade da terra, o Espírito Santo é um dos estados no qual o peso dos estabelecimentos familiares e do trabalho familiar na agricultura é inferior à média nacional.

Acrescentamos também que algumas atividades agrícolas em expansão relacionadas ao setor agroindustrial, como a cana-de-açúcar e o eucalipto, utilizam fundamentalmente mão-de-obra assalariada. Como são atividades representativas para a agricultura capixaba, reduzem proporcionalmente o peso do trabalho familiar nesse setor econômico.

Relacionada também à expansão dessas atividades juntamente à pecuária, manifesta-se uma outra particularidade da formação socioespacial do Espírito Santo. Este destaca-se como a única unidade da federação que apresenta tendência progressiva de concentração da terra, segundo os dados fundiários do INCRA. Espacialmente, as manchas de maior concentração fundiária estão localizadas nos municípios onde essas atividades são predominantes.

Em termos estaduais, o comportamento fundiário em questão ainda não significa uma ameaça direta à reprodução da agricultura familiar. A concentração está ocorrendo entre os estratos de área maiores, pois verificamos que nos estratos representados pelos estabelecimentos menores, ou seja, inferiores a 50 ha e onde se concentram prioritariamente os agricultores familiares, houveram acréscimos de área a partir dos anos 1980. Apesar disso, as atividades desencadeadoras da concentração, sobretudo as agroindustrializáveis, requerem limites rígidos de expansão produtiva.

Nos anos 1980, inicia-se um processo de recomposição da agricultura familiar. Além da expansão da área e do número de estabelecimentos potencialmente familiares, a participação do trabalho conduzido pelos membros não remunerados da família amplia-se. Uma das explicações para o predomínio da agricultura familiar reside na sua extraordinária capacidade de adaptação aos diferentes contextos socioeconômicos em que se insere. A recomposição da agricultura familiar no Espírito Santo expressa o comportamento adaptativo dessa forma de organização da produção.

Excluída pelo Estado brasileiro em sua trajetória de reprodução, a agricultura familiar passou a figurar como a protagonista do desenvolvimento rural nos anos 1990. Pressionado por organizações internacionais e pelos movimentos sociais, o Estado foi

forçado a reconhecer a superioridade competitiva da agricultura familiar, uma vez que essa forma de organização da produção apresenta maior capacidade produtiva e de geração de empregos, quando comparada com a agricultura patronal.

No âmbito dessas transformações, a escolha do município de Boa Esperança como recorte espacial serviu como parâmetro para compreender a reprodução socioeconômica da agricultura familiar no presente. A análise processual da constituição e difusão da agricultura familiar no Espírito Santo contextualizou a trajetória e o ambiente em que essa forma de organização da produção se reproduz.

Com relação à organização da produção o agricultor familiar do município é pouco capitalizado. Os créditos específicos para a agricultura familiar são insuficientes para financiar o desenvolvimento agrícola em condições competitivas mais vantajosas. Apesar disso, os financiamentos ampliaram a incorporação de tecnologias, o que por sua vez, vem contribuindo para conter o êxodo rural.

Fortemente dependente da cafeicultura, a agricultura familiar de Boa Esperança tem nessa atividade sua principal fonte de rendas. Além do café plantam fundamentalmente feijão, milho e mandioca, o que expressa o papel tradicionalmente atribuído à agricultura familiar como produtora de alimentos. Algumas tentativas de diversificação, em caráter pontual, vêm sendo experimentadas, como o cultivo do abacaxi, do coco, da pimenta etc, mas, devido à precariedade do sistema de comercialização, resultou em alguns casos de perda da produção em razão do agricultor familiar não conseguir colocá-la no mercado.

Os agricultores familiares são desorganizados e, embora existam associações que os representem, elas não surgiram como resultado de um processo participativo, mas foram criadas pelo poder público e limitam-se ao fornecimento, na forma de aluguel, de máquinas e implementos agrícolas a preços inferiores aos do mercado. Com esse nível de atuação, as associações não asseguram melhores condições de produção e comercialização. O agricultor familiar, após superar os limites da produção, enfrenta o mercado individualmente. Dessa forma, ocorre uma sujeição acentuada da produção ao comércio, que no caso do café está centralizado quase que em um único comerciante local.

Desorganizados e assentados nessas condições de produção e comercialização, os agricultores realizam pequeno potencial de acumulação, cuja dimensão permite parcialmente o auto-financiamento do estabelecimento e a reprodução dos membros da família.

Nessa forma de organização da produção propriedade e trabalho estão estreitamente relacionados à família. O chefe do estabelecimento, a mulher e os filhos participam efetivamente da condução dos trabalhos agrícolas e utilizam pouco mão-de-obra assalariada. Os membros da família recorrem pouco ao trabalho externo, embora a agricultura familiar apresente baixos níveis de diversificação produtiva, o que pode contribuir para a ampliação do tempo de não-trabalho. Também não foi identificada a existência de ocupações rurais não-agrícolas. Ocorre que o contexto municipal, distante de centros urbanos maiores e marcado pela quase ausência de indústrias, não favorece a expansão da pluriatividade. Caso contrário, no âmbito das condições gerais em que se processa a reprodução da agricultura familiar, essa seria uma estratégia familiar amplamente difundida no município.

Em suas estratégias de reprodução o agricultor familiar realiza constantes deslocamentos espaciais, como expressão de sua elevada capacidade de adaptação. Conseqüentemente são desenraizados territorialmente e não estabelecem esse vínculo com a terra. No entanto, identificam-se com a profissão de agricultores, mas não gostariam que os filhos continuassem exercendo essa atividade, por isso o acesso à educação é um elemento fundamental.

A recente inserção da agricultura familiar nas políticas agrícolas contribuiu para a conformação de um novo arranjo espacial no espaço rural de Boa Esperança. Apesar das diversas limitações atribuídas a essas políticas, elas expressam um avanço na reprodução da agricultura familiar materializado nas melhores condições de produção alcançadas. Ao possibilitar a incorporação de algumas tecnologias, os agricultores familiares tiveram ganhos produtivos que estimulam a permanência no campo, onde têm condições de sobrevivência muito mais favoráveis que as dos moradores da periferia das grandes cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 1998.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ALENCAR, A. J. de; LIMA, E. D. de. Pecuária de Leite. In: **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – PEDEAG**. Vitória: Governos do Estado do Espírito Santo, 2003. Disponível em www.incaper.es.gov.br/pedeag. Acesso em 10/10/2003.

ALENTEJANO, P, R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 149-178.

ALMADA, V. P. **A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo 1850-1888**. 1981. Dissertação (Mestrado) Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

_____. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

BECKER, B. K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação (introdução). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 107-132, jul./set. 1973a.

_____. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação (conclusão). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 35-112, out./dez. 1973b.

BLUM R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104

BORGIO, I.; ALVARENGA ROSA, L.B.R. de; PACHECO, R. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento**. Vitória: EDUFES, 1996.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas: UNICAMP, 1999.

BRUM, A. J. A revolução verde. In: _____. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1987. p. 44-50.

BUANAINM M. A. **Trajetória recente da política agrícola brasileira.** Projeto UTF/FAO/036/BRA. Campinas, 1997. Disponível em <http://www.incra.gov.br/fao>. Acesso em 10/10/2003.

BUANAINM M. A.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 40., Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: SOBER, 2002.

BUFFON, J. A. **O café e a urbanização do Espírito Santo:** aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 352 f.1992. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

CAMPOS JR. C. T. **O novo arrabalde.** Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CARMO, C. A. S. do; FORNAZIER, M. J. Olericultura. In: **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – PEDEAG.** Vitória: Governos do Estado do Espírito Santo, 2003. Disponível em www.incaper.es.gov.br/pedeag. Acesso em 10/10/2003.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.

CARVALHO, J. M. de. **Pontos e Bordados:** ensaios de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CORRÊA, R. L. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, M. (Org.) **Novos rumos da geografia Brasileira.** 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 25-34

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia:** conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 15-48

COSTA, A. N. da & SILVA, D. N. da. Fruticultura. In: **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – PEDEAG.** Vitória: Governos do Estado do Espírito Santo, 2003. Disponível em www.incaper.es.gov.br/pedeag. Acesso em 10/10/2003.

CUNHA, M. S. da. Convergência da distribuição da posse da terra no Brasil, 1970-1995/95 In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: UPF, 2002. 1 CD-ROM.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** São Paulo; Campinas: Ícone/UNICAMP, 1985.

DEMUNER, L. H; TEIXEIRA, M. M. Cafeicultura sustentável. In: **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – PEDEAG**. Vitória: Governos do Estado do Espírito Santo, 2003. Disponível em www.incaper.es.gov.br/pedeag. Acesso em 10/10/2003.

EGLER, A. W. A zona pioneira ao norte do rio Doce. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 13, n. 2, abr/jun, p. 55-96, 1951.

EMBRAPA. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1978.

CAPES. **Estudos de desenvolvimento regional (Espírito Santo)**. Série Levantamentos e análises, n. 14, 1959.

FERREIRA, S. P. **Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1940-1960**. 2 61f. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências), Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

FRUTA é opção para diversificação. **A Gazeta** (Caderno Especial: Agronegócio: o futuro nasce aqui). Vitória, 07 nov. 2003.

GANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GASQUES, J.G; CONCEIÇÃO, J.C.P.R da. Financiamento da Agricultura: experiências e propostas. In: GASQUES, J.G; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. (Org.) **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 97-155.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **A modernização conservadora: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

_____. _____. **O que é questão agrária?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. _____. _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. _____. _____. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2.ed.Porto Alegre: UFRGS, 2003.

GUIMARÃES. A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HELFAND, M. S.; REZENDE, G. C. de. Agricultura Brasileira nos Anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, J.G; CONCEIÇÃO, J.C.P.R da (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 248-301.

HESPANHOL, R. A. de M. **Produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente – SP. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Presidente Prudente, 2000.

HOFFMANN, R. **A estrutura Fundiária no Brasil de acordo com o Cadastro do INCRA**: 1967 a 1998. Convênio INCRA/UNICAMP, 1998. Disponível em <http://www.incra.gov.br/need>. Acesso em 04/01/2003.

IBGE. Censos Agropecuários: 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

_____. Censos Demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991e 2000.

_____._____. **Levantamento de recursos naturais**. Rio de Janeiro, v. 34, 1987.

INCRA/FAO (convênio). www.incra.gov.br/sade. acesso em; 3 jan. 2004.

LAMARCHE, H. Introdução geral. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas:UNICAMP, 1993. p. 13-34.

_____._____. **Agricultura Familiar**: do mito à realidade. Campinas:UNICAMP, 1998.

LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **O cativo da Terra**. 4. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

_____._____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____._____._____. **Reforma agrária**: o impossível diálogo sobre a história possível. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

_____._____._____. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre:UFRGS, 2003

MAUREL, M. C. Das trajetórias às estratégias fundiárias. In:LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar**: do mito à realidade (vol. II). Campinas:UNICAMP, 1998.

MMA – Secretaria de Recursos Hídricos. **Diagnóstico preliminar da bacia hidrográfica do rio Itaúnas.** Grupo de Estudos e Ações em Recursos Hídricos/UFES, 1997.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: HUCITEC/ Polis, 1984.

MORAES, N. L. **Novo atlas escolar do Espírito Santo.** Vitória: Grafer, 1997.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991

Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – PEDEAG. Vitória: Governos do Estado do Espírito Santo, 2003. Disponível em www.incaper.es.gov.br/pedeag. Acesso em 10/10/2003.

PETRONI, P. **Aspetos geográficos da área de colonização antiga do estado do Espírito Santo.** AGB: São Paulo, avulso n.º 3, 1962.

RIBEIRO, I de O. O modelo de modernização da agricultura brasileira. In: _____. **Agricultura, democracia e socialismo.** Organização de Carlos N. Coutinho e Maria Beatriz de A. David. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988. p. 89-106.

ROCHA, A. C.; COSSETTI. M. da P. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo – 1850/1930.** Vitória: UFES/CCJE/Dep. Economia/NEP, 1983.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955- 1985.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

_____. A formação econômica do Espírito Santo e a sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, J. G. M; DAVEL, E. P. B. (Org.). **Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo.** Vitória: EDUFES, 1998.

SALETTI, N. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888 – 1930).** Vitória: EDUFES, 1996a.

_____. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930).** Vitória: EDUFES, 1996b.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOUZA FILHO, H. M. **A modernização violenta:** principais transformações na agricultura capixaba. 1990. 201f .Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1990.

SOUZA, J. M. L de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia:** conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

TEDESCO, J. C. Contratualização e racionalidade familiar. In:_____. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 107-148.

VALADÃO, V de A. **Assentamentos e sem terra:** a importância do papel dos mediadores. Vitória: EDUFES, 1999.

WAIBEL, L.H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** v. 17, n. 4, out/dez, p. 3-36, 1955.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidade e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 1999, p. 21 – 55.

_____.Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária.** Campinas: ABRA, v. 25, n. 2 e 3, p. 37-57, mai./dez. 1995.

ZANOTTI, N. E. Agronegócio cana-de-açúcar. In: **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – PEDEAG.** Vitória: Governos do Estado do Espírito Santo, 2003. Disponível em www.incaper.es.gov.br/pedeag. Acesso em 10/10/2003.

ANEXOS

ANEXO A

**EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA NOS
MUNICÍPIOS CAPIXABAS (1960 – 1995/96)**

MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE GINI					
	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Afonso Cláudio	0,430	0,452	0,472	0,472	0,517	0,557
Água Doce do Norte	-	-	-	-	-	0,544
Águia Branca	-	-	-	-	-	0,556
Alegre	0,565	0,586	0,563	0,607	0,589	0,583
Alfredo Chaves	0,397	0,412	0,424	0,461	0,478	0,481
Alto Rio Novo	-	-	-	-	-	0,603
Anchieta	0,538	0,530	0,629	0,619	0,636	0,622
Apiacá	0,596	0,635	0,616	0,581	0,606	0,548
Aracruz	0,496	0,652	0,748	0,779	0,826	0,827
Atílio Vivácqua	-	0,599	0,596	0,579	0,587	0,616
Baixo Guandu	0,498	0,552	0,575	0,608	0,613	0,603
Barra de São Francisco	-	0,519	0,542	0,569	0,611	0,614
Boa Esperança	-	0,612	0,564	0,607	0,646	0,641
Bom Jesus do Norte	-	0,555	0,534	0,556	0,568	0,538
Cachoeiro de Itapemirim	0,580	0,586	0,546	0,574	0,578	0,638
Cariacica	0,664	0,628	0,678	0,607	0,636	0,621
Castelo	0,470	0,511	0,496	0,489	0,490	0,53
Colatina	0,424	0,490	0,537	0,546	0,565	0,582
Conceição da Barra	0,783	0,670	0,655	0,786	0,843	0,913
Conceição do Castelo	-	0,453	0,448	0,470	0,494	0,525
Divino de São Lourenço	-	0,570	0,577	0,556	0,574	0,572
Domingos Martins	0,348	0,417	0,402	0,441	0,479	0,498
Dores do Rio Preto	-	0,549	0,545	0,560	0,568	0,589
Ecoporanga	-	0,630	0,675	0,708	0,746	0,698
Fundão	0,534	0,606	0,512	0,656	0,591	0,62
Guaçuí	0,610	0,598	0,586	0,626	0,652	0,619
Guarapari	0,518	0,536	0,552	0,554	0,588	0,64
Ibatiba	-	-	-	-	0,578	0,587
Ibiraçu	0,356	0,401	0,475	0,484	0,517	0,529
Ibitirama	-	-	-	-	-	0,573
Iconha	0,474	0,482	0,483	0,487	0,486	0,485
Irupi	-	-	-	-	-	0,57
Itaguaçu	0,379	0,452	0,456	0,502	0,502	0,56
Itapemirim	0,756	0,729	0,750	0,782	0,799	0,787
Itarana	-	0,373	0,386	0,458	0,470	0,51
Iúna	0,524	0,528	0,543	0,576	0,600	0,607
Jaguaré	-	-	-	-	0,561	0,637
Jerônimo Monteiro	0,608	0,558	0,588	0,543	0,593	0,569
João Neiva	-	-	-	-	-	0,556
Laranja da Terra	-	-	-	-	-	0,496
Linhares	0,575	0,630	0,638	0,674	0,678	0,694
Mantenópolis	-	0,487	0,515	0,516	0,545	0,569
Marechal Floriano	-	-	-	-	-	0,515
Marilândia	-	-	-	-	0,502	0,523

Mimoso do Sul	0,612	0,610	0,617	0,623	0,617	0,63
Montanha	-	0,640	0,657	0,676	0,694	0,716
Mucurici	0,509	0,571	0,585	0,649	0,658	0,748
Muniz Freire	0,570	0,552	0,574	0,556	0,558	0,644
Muqui	0,598	0,594	0,603	0,621	0,623	0,653
Nova Venécia	0,500	0,541	0,563	0,589	0,605	0,611
Pancas	-	0,553	0,522	0,557	0,558	0,562
Pedro Canário	-	-	-	-	0,667	0,711
Pinheiros	-	0,553	0,572	0,643	0,683	0,7
Piúma	-	0,687	0,689	0,649	0,646	0,686
Presidente Kennedy	-	0,607	0,647	0,669	0,646	0,695
Rio Bananal	-	-	-	-	0,489	0,52
Rio Novo do Sul	0,435	0,471	0,484	0,502	0,546	0,523
Santa Leopoldina	0,350	0,401	0,413	0,474	0,500	0,586
Santa Maria De Jetibá	-	-	-	-	-	0,51
Santa Teresa	0,371	0,404	0,426	0,445	0,485	0,51
São Domingos do Norte	-	-	-	-	-	0,533
São Gabriel da Palha	-	0,487	0,526	0,568	0,557	0,525
São José do Calçado	0,560	0,543	0,522	0,532	0,519	0,529
São Mateus	0,540	0,602	0,706	0,753	0,816	0,821
Serra	0,663	0,789	0,776	0,719	0,680	0,706
Vargem Alta	-	-	-	-	-	0,545
Venda Nova do Imigrante	-	-	-	-	-	0,508
Viana	0,671	0,664	0,697	0,692	0,678	0,608
Vila Pavão	-	-	-	-	-	0,567
Vila Velha	0,594	0,711	0,837	0,722	0,706	0,558
Vitória	0,653	0,565	0,541	0,377	0,523	-
ES	0,524	0,580	0,608	0,635	0,647	0,671

Fonte: IBGE/ Censos Agropecuários: 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C.

ANEXO B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES DE BOA ESPERANÇA-ES

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO E DO PRODUTOR

1. Estabelecimento

1.1 Nome da propriedade:

1.2 Localização:..... 1.3 Tel. Contato:.....

2 Chefe do Estabelecimento

2.1 Nome:..... b) Idade:.....

2.2 Qual o nível de instrução?

- () analfabeto () fund. comp. () sup. incomp.
() fund. Incomp. (1º ciclo) () ens. médio incomp () sup. comp
() fund. Comp. (1º ciclo) () ens. médio comp. () outro.....
() fund. Incomp..

2.3 Naturalidade:..... f) religião:.....

2.4 É descendente de europeus? () sim () não. Qual nacionalidade?.....

3 Cônjuge

3.1 Nome:..... b) Idade:.....

3.2 Qual o nível de instrução?

- () analfabeto () fund. comp. () sup. incomp.
() fund. Incomp. (1º ciclo) () ens. médio incomp () sup. comp
() fund. Comp. (1º ciclo) () ens. médio comp. () outro.....
() fund. Incomp.

3.3 Naturalidade:..... f) Religião:.....

3.4 É descendente de europeus? () sim () não. Qual nacionalidade?.....

2 CARACTERIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO

2.1 Caracterização

2.1.1 Qual a distância do(s) estabelecimento(s) da sede do município?(km)

2.2.2 Qual a área total do(s) estabelecimentos(s)?(ha)

2.2.3 Qual a área concedida à parceria?(ha)

2.2.4 Qual a área concedida para arrendamento?.....(ha)

2.2 Infra-estrutura

2.2.1 O estabelecimento possui energia elétrica? () sim () não. Há quanto tempo?.....

2.2.2 Caso a resposta seja negativa, quais são as fontes de energia utilizadas?
.....
.....

2.2.3 A casa é de: () alvenaria () madeira () outro:.....

2.2.4 A cobertura da casa é de:

() laje de cimento () terra de barro () zinco () outro.....

2.2.5 Tem água encanada? () sim () não

2.2.6 Qual a proveniência da água?
.....
.....

2.2.7 Como considera suas condições de moradia no estabelecimento? (para quem mora no estabelecimento)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

2.2.8 Como considera suas condições de moradia na cidade? (para quem mora na cidade)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

2.2.9 Possui máquina de secar café? () sim () não

2.2.10 Caso a resposta seja negativa, onde e como o café é secado?

.....

.....

2.2.11 Utiliza terreiro para secar o café? () sim () não. O terreiro é de: () concreto () terra batida

2.2.12 Possui máquina de pilar café? () sim () não

2.2.13 Caso a resposta seja negativa, onde o café é pilado?

.....

.....

2.2.14 Possui galpão? () sim () não. Em que local o café é armazenado?

.....

.....

2.2.15 O estabelecimento possui área de preservação? () sim () não. Por quê?

.....

.....

2.2.16 Resposta afirmativa, quantos % do estabelecimento são destinado à preservação?
.....(ha).

2.2.17 Quais desses objetos possui?

() tv	() freezer	() bicicleta
() parabólica	() microondas	() moto
() geladeira	() aparelho de som	() carro
() rádio	() vídeo	() computador

3 PROGRESSO TÉCNICO

3.1 Irrigação

3.1.1 O produtor utiliza irrigação? () sim () não. Por quê?

.....

.....

3.1.2 Qual tipo? () aspersão () pivô central () gotejamento () outro

3.1.3 Qual a procedência da água utilizada para irrigação?

() barragem () poço artesiano () córrego ou rio () outra.....

3.1.4 Quais culturas são irrigadas?

.....

.....

3.1.5 A água disponível em seu estabelecimento é suficiente para atender a irrigação?

() sim () não

3.1.6 O produtor considera possível, no seu estabelecimento, cultivar sem irrigação?

() sim () não. Por quê?

.....

.....

3.2 Tratores

3.2.1 O produtor possui tratores? () sim () não

3.2.2 Quantas unidades?.....

3.2.3 Qual a potência e o ano do

trator?.....

3.2.4 Possui arado de tração animal? () sim () não

3.2.5 Possui arado de tração mecânica? () sim () não

3.2.6 Aluga algum tipo de equipamento agrícola para utilizar em seu estabelecimento? () sim

() não. Qual(is)?

3.2.7 Qual a finalidade dos equipamentos alugados?

.....
.....
.....

3.3 Mudas e sementes

3.3.1 Utiliza mudas selecionadas? () sim () não. Em quais culturas?

.....
.....

3.3.2 Utiliza sementes selecionadas? () sim () não. Em quais culturas?

.....
.....

3.4 Insumos

3.4.1 Em quais culturas utiliza os insumos abaixo e a quantidade?

culturas	Fétil. Químico	Fétil. Orgânico	Calcário	Defensivo	Quantidade	
					Suf.	Insuf.

4 CRÉDITO FUNDIÁRIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.1 Nos últimos cinco anos teve acesso à financiamento?

- () sim. Quais? () Banco do Nordeste. Qual valor?.....
() PRONAF. Qual valor?..... Quantas vezes recebeu?.....
() outro..... Qual valor?.....
() não. Por quê?

.....
.....

4.2 O valor recebido foi aplicado em quais atividades?

.....
.....

4.3 Considera o valor recebido suficiente para financiar as atividade agrícolas em seu estabelecimento?

- () sim () não. Por quê?

.....
.....

4.4 No ano de 2003 recebeu financiamento? () sim () não. Qual?

.....
.....

4.5 Qual o valor recebido?

.....
.....

4.6 Considera esse valor suficiente? () sim () não.

4.7 Como considera as condições de financiamento do PRONAF?

() ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima

4.8 Como considera o acesso ao financiamento (fácil, normal, difícil)? Por quê?

.....
.....
.....

4.9 Qual a importância do financiamento para o desempenho econômico de sua propriedade?

() muito grande () grande () razoável () pequena () nenhuma importância. Por quê?

.....
.....

4.10 Como avalia o papel do estado em relação às políticas voltadas para a agricultura?

() ótimo () bom () regular () ruim () péssimo. Por quê?

.....
.....

4.11 Recebe assistência técnica? () sim () não. De quais órgãos?

.....
.....

4.12 Recorre a assistência técnica para qual finalidade?

.....
.....

4.13 Como avalia esses serviços, considerando a qualidade e a frequência?

Pública:.....

.....
.....

Privada:.....

.....
.....

5 PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

5.1 Produção agrícola: ano civil de 2003

5.1.1 Principais cultura comerciais- 2003: (enumerar os produtos por ordem de importância)

culturas	Área cultivada (ha)	Quantidade produzida*	Valor Bruto da Produção (anual)

*especificar toneladas, sacas, quilos, etc

5.1.2 Principais culturas para consumo próprio-2003

culturas	Área cultivada (ha)	Quantidade produzida*

*especificar toneladas, sacas, quilos, etc

5.1.2 Dos alimentos consumidos pela família, quais são produzidos no estabelecimento e quais são comprados?

Comprados no mercado:

.....

Produzidos no estabelecimento:

.....

5.1.3 A produção do estabelecimento é responsável por quantos % da alimentação da família?

.....

5.2 Pecuária:

5.2.1 Qual a finalidade, a área do estabelecimento ocupada pela pecuária e o efetivo de animais?

Tipo	Comércio	Auto-consumo	Área destinada	Nº de cabeças ou quantidade produzida	Valor Bruto da Produção-2003 (anual)
Bovinos					
Suínos					
Caprinos					
Aves					
Ovos					
Queijos					

5.2.2 Utiliza forrageiras para alimentar o gado? () sim () não

5.2.3 Utiliza ração para alimentar o gado? () sim () não

5.2.4 Qual o sistema de criação de bovinos? () intensivo () semi-extensivo () extensivo

5.2.5 Qual a produção média de leite por dia?.....

5.2.6 Como é vendida a produção de leite?.....

.....

5.2.7 Qual o valor mensal da renda obtida com a produção de leite.....

5.2.8 Excluindo os bovinos, qual a procedência da maior parte da alimentação dos outros animais?.....

.....

5.3 Comercialização da produção agropecuária (em %)

5.3.1 Qual a % das culturas destinadas para consumo e para comércio?

Cultura	Para consumo	Vende para cooperativa	Vende para agroindústria	Vende para comerciante	Outros

5.3.2 Tem acesso às informações sobre mercado (preços, demanda, exigências do consumidor)?

() sim () não

5.3.3 Como obtêm esse tipo de informação?.....

5.3.4 Considera essas informações importantes? () sim () não. Por quê?

5.3.5 Qual a principal forma de escoar a produção?

() Veículo próprio

() Veículo da associação

() Veículo fretado

() Veículo do comerciante

() Outra.

5.3.6 Quais os principais problemas enfrentados para comercializar sua produção?

6 RENDA MONETÁRIA BRUTA

6.1 Qual a renda monetária bruta obtida apenas pelas atividades realizadas no estabelecimento?

6.2 Qual a principal atividade realizada no estabelecimento?.....

6.3 Essa atividade representa quantos % da renda obtida no estabelecimento?

7 CONDIÇÃO E PERFIL DO PRODUTOR

7.1 Condição atual

7.1.1 Nesse estabelecimento, o produtor é:

() proprietário () parceiro () arrendatário () outra.....

7.1.2 Onde o produtor e sua família moram?

() no próprio estabelecimento rural () na cidade. Qual?.....

7.1.3 O produtor é filho de agricultores? () sim () não

7.1.4 Caso já tenha morado em outro lugar, por que se mudou para este estabelecimento em que vive no presente?

7.1.5 Como o produtor adquiriu este estabelecimento?

() compra. De quem comprou? () família () Outros:.....

() herança. Herdou de quem? () pai () sogro () outro:.....

() outra forma. Qual?.....

7.1.6 Ano em que adquiriu o estabelecimento?.....Área inicial do estabelecimento?.....

7.1.7 Antes da divisão da herança qual era a área da inicial do estabelecimento?.....(ha)

7.1.8 Como será a divisão da herança?

() Todos os filhos receberam partes iguais () Os homens receberão mais que as mulheres

() Apenas os filhos homens receberão ().....

7.1.9 Há quantos anos está neste estabelecimento?.....

7.1.10 Há quantas gerações a sua família está neste estabelecimento?.....

7.1.11 Quantas gerações moram com a família?.....

7.1.12 Em quais circunstâncias venderia esse estabelecimento?

7.1.13 Venderia este estabelecimento para comprar outro que oferecesse melhores condições de exploração ou que fosse maior? () sim () não

7.1.14 Além deste, possui outro(s) estabelecimento(s)? () sim () não. Quantos?

7.1.15 Estão localizados em quais municípios?.....

7.1.16 Há quantos anos o produtor trabalha na agricultura?.....

7.1.17 Qual a sua profissão principal?.....

7.1.18 Já exerceu outra profissão? () sim () não. Qual?.....

7.1.19 Gostaria de exercer outra profissão? () sim () não. Qual?.....

Por quê?

7.2 Perfil migratório do produtor

Lugares que morou	Morava no		Em que período Morou (ano)	Profissão exercida	Proprietário de terra	Meeiro	Outro
	campo	cidade					

7.2.1 Nesse município (atual) já possuiu outro estabelecimento, além deste? ()sim () não

8 COMPOSIÇÃO FAMILIAR E RELAÇÕES DE TRABALHO

8.1 Importância do trabalho familiar para a propriedade

8.1.1 Quantas pessoas moram com a família?.....

8.1.2 Quantos filhos têm?.....Destes, quantos moram com a família?.....

8.1.3 Filhos casados trabalham nesse estabelecimento? () sim () não. Quantos?.....

8.1.4 Qual a idade dos filhos?

(1).....(2).....(3).....(4).....(5).....(6).....(7).....(8).....

8.1.5 Qual o nível de instrução dos filhos?

() analfabeto () até dois anos () até quatro anos () até seis anos () até oito anos

() até dez anos () até treze anos () superior incompleto () superior completo

().....

8.1.6 Considera importante que os filhos estudem? Por quê?

.....
.....
.....

8.1.7 Gostaria que seus filhos: () fossem agricultores () exercessem outra profissão. Por quê?

.....
.....
.....

8.1.8 Caso deseje que os filhos não continuem na agricultura, qual profissão gostaria que eles exercessem?

Filhos:

Filhas:

8.1.9 Quantos filhos trabalham no estabelecimento?.....

8.1.10 A mulher trabalha no estabelecimento?()sim () não. Quais atividades exerce?

.....
.....
.....

8.2 Mão-de-obra familiar fora do estabelecimento

Mão-de-obra familiar fora do estabelecimento	Atividade exercida e o local	Período (H/D)	Dias por ano	Remuneração (R\$)
Chefe do estab.				
Mulher				
Filhos				

8.2.1 Por que trabalham fora do estabelecimento?

.....
.....
.....
.....

8.2.2 Como essa renda externa é utilizada?

() investida no estabelecimento

() gastos pessoais da familiar (alimentação, saúde, lazer, vestuário) () na compra de mais terra () outra:.....

8.2.3 Essa renda externa representa quantos % da renda total da família?

8.2.4 Alguém da família recebe aposentadoria?() Sim () não. Quem?.....

8.2.5 Qual o valor total das aposentadorias?.....

8.2.6 Usa trocar dias de serviços com familiares, proprietários vizinhos, etc? () sim () não

8.2.7 Com qual frequência recorrem a essa prática?.....

8.3 Assalariado permanente

8.3.1 Número de trabalhadores contratados :

8.3.2 Trabalham quantos dias por ano?

8.3.3 Tipo de serviço que realizam:.....

8.4 Assalariado temporário

8.4.1 Número de trabalhadores contratados :

8.4.2 Trabalham quantos dias por ano?

8.4.3 Tipo de serviço que realizam:.....

9 ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

9.1 É filiado à:

() Associação. Qual?.....

() Sindicato. Qual?.....

